

Regulação do Direito Autoral e Fontes de Informação para a Pesquisa Jurídica



**Editora
Ibict**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Luciana Santos
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretor

Carlos Andre Amaral de Freitas
Coordenador de Administração - COADM

Ricardo Medeiros Pimenta
Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia - COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes
Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Cecília Leite Oliveira
Coordenadora Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade - CGIT

Washington Luis Ribeiro de Carvalho Segundo
Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Hugo Valadares Siqueira
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku
Coordenação de Tecnologias para Informação - COTEC

Rosilene Paiva Marinho de Sousa
Milton Shintaku
Marckson Roberto Ferreira de Sousa
Flavio Marcelo Rodrigues Bruno
Paulo Henrique Tavares da Silva
Bernardo Dionízio Vechi
Ingrid Torres Schiessl
Natalia Nakano
Thiago Ribeiro Rafagnin
Paula Carina de Araújo
Fernanda Maciel Rufino

AUTORES

Regulação do Direito Autoral e Fontes de Informação para a Pesquisa Jurídica



Brasília

2024

© 2024 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict

Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0-NC-ND*, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações



Conselho Editorial

Gustavo Silva Saldanha, Milton Shintaku,
Luana Sales, Franciele Garcês, Leyde Klébia
Rodrigues da Silva, Stella Moreira Dourado,
Daniel Strauch

EQUIPE TÉCNICA

**Diretor do Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia**
Tiago Emmanuel Nunes Braga

**Coordenador-Geral de Tecnologias de
Informação e Informática – CGTI**
Hugo Valadares Siqueira

**Coordenador do Projeto Comunicação
Jurídica no Distrito Federal: proposição de
modelo voltado à Integração de Serviços**
Milton Shintaku

**Coordenadora do Projeto Proteção Autoral
e Utilização de Fontes de Informação para
Pesquisa Jurídica da Universidade Federal
do Oeste da Bahia (UFOB)**
Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Autores

Rosilene Paiva Marinho de Sousa, Milton
Shintaku, Marckson Roberto Ferreira de
Sousa, Flavio Marcelo Rodrigues Bruno,
Paulo Henrique Tavares da Silva, Bernardo
Dionízio Vechi, Ingrid Torres Schiessl, Natalia
Nakano, Thiago Ribeiro Rafagnin, Paula
Carina de Araújo, Fernanda Maciel Rufino.

**Pesquisadores do Projeto Proteção
Autoral e Utilização de Fontes de
Informação para Pesquisa Jurídica**
Rosilene Paiva Marinho de Sousa, Milton
Shintaku, Marckson Roberto Ferreira de
Sousa, Flavio Marcelo Rodrigues Bruno e
José Londe de Carvalho Neto.

Pesquisadores Convidados

Bernardo Dionízio Vechi, Paulo Henrique
Tavares da Silva, Thiago Ribeiro Rafagnin.

Pesquisadores do Projeto Comunicação Jurídica no Distrito Federal: proposição de modelo voltado à Integração de Serviços

Rosilene Paiva Marinho de Sousa, Milton
Shintaku, Paula Carina de Araújo, Bernardo
Tadeu Machado Verano, Deise Fátima
Guimarães Ribeiro, Leonardo Mota
Bandeira, Ruth Rosa Marinho, Silvana Seixas
Fernandes, Sebastião Gerônimo Filho, Maria
Aline Correia de Souza Schimidt, Heliomar
Medeiros de Lima, Sonia Gorette Carvalho
Santos, Sandra Maria Alves Lopes, Alexandre
da Silva Rodrigues, Lucas Batista de Carvalho
Pinheiro, Carlos Henrique Martins Leão,
Amanda Cavalcante Pereira, Frederico
Ramos Oliveira, Adriano Augusto Silva, Karla
Maria Madeira Marques de Carvalho, Bruno
Leonardo Costa Alves Silva, Rebeca dos
Santos de Moura, Natália Nakano, Ingrid
Torres Schiessl.

Revisão de texto

Rafael Teixeira de Souza

Diagramação e projeto gráfico

Nuielle Medeiros, Flávio Altoé

Normalização

Bernardo Dionízio Vechi, Alda M. César
Ingrid Torres Schiessl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Alda M. César - CRB 1/3253

R344d Regulação do Direito Autoral e Fontes de Informação para a Pesquisa Jurídica [recurso eletrônico] / Rosilene Paiva Marinho de Sousa; Milton Shintaku; Marckson Roberto Ferreira de Sousa; Flavio Marcelo Rodrigues Bruno; Paulo Henrique Tavares da Silva; Bernardo Dionízio Vechi; Ingrid Torres Schiessl; Natalia Nakano; Thiago Ribeiro Rafagnin; Paula Carina de Araújo; Fernanda Maciel Rufino. Brasília, DF: Editora Ibict, 2024.

1 recurso online [241 p.] : il.

Modo de acesso: World Wide Web

Publicação digital (e-book) no formato PDF [2.4 MB]

ISBN 978-65-89167-78-5

DOI 10.22477/9786589167785

1. Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). 2. Informação Jurídica. 3. Acesso à informação. I. Sousa, Rosilene Paiva Marinho de. II. Shintaku, Milton. III. Sousa, Marckson Roberto Ferreira de. IV. Bruno, Flavio Marcelo Rodrigues. V. Silva, Paulo Henrique Tavares da. VI. Vechi, Bernardo Dionízio. VII. Schiessl, Ingrid Torres. VIII. Nakano, Natalia. IX. Rafagnin, Thiago Ribeiro. X. Araújo, Paula Carina de. XI. Rufino, Fernanda Maciel.

CDU 347.77:001.891

Este livro é um produto de cooperação entre o Projeto Proteção Autoral e Utilização de Fontes de Informação para Pesquisa Jurídica e o Projeto Comunicação Jurídica no Distrito Federal: proposição de modelo voltado à Integração de Serviços.

Projeto Proteção Autoral e Utilização de Fontes de Informação para Pesquisa Jurídica

Código: PII895-2021

Edital: PROPGP Nº 01/2022 Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária - Fluxo Contínuo 2022. Coordenação: Rosilene Paiva Marinho de Sousa - Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como referenciar esta publicação:

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de *et al.* **Regulação do direito autoral e fontes de informação para a pesquisa jurídica.** Brasília, DF: Editora Ibict, 2024. 241 p. *E-book.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	11
2. A REVOLUÇÃO DA ESCRITA E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	15
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS AUTORAIS	19
4. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA	23
5. O ACESSO À INFORMAÇÃO, À EDUCAÇÃO E À CULTURA E OS DIREITOS AUTORAIS	29
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITOS AUTORAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA	35
7. DESVENDANDO OS CONCEITOS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES INFORMACIONAIS	41
8. SELEÇÃO DE MATERIAIS DE PESQUISA	47
9. COMPREENDENDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO	51
10. A INFORMAÇÃO JURÍDICA	55
10.1 A Doutrina	57
10.2 A Legislação	58
10.3 A Jurisprudência	59
10.4 O conceito jurídico de informação e o conceito de informação jurídica	60
10.5 Elementos caracterizadores da informação jurídica	62

11. CAMINHOS PARA A PESQUISA JURÍDICA	65
12. AS RELAÇÕES ENTRE DIREITOS AUTORAIS, USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA	73
13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA	81
13.1 Bibliotecas Institucionais do Executivo	92
13.2 Biblioteca Institucionais do Legislativo	93
13.3 Bibliotecas Institucionais do Judiciário	93
13.4 Repositórios institucionais	94
13.5 Revistas científicas na área Jurídica	98
13.5.1 <i>Periódicos Qualis A1</i>	99
13.5.2 <i>Periódicos Qualis A2</i>	115
13.5.3 <i>Periódicos Qualis A3</i>	131
13.5.4 <i>Periódicos Qualis A4</i>	147
13.5.5 <i>Periódicos Qualis B1</i>	164
13.5.6 <i>Periódicos Qualis B2</i>	181
13.5.7 <i>Periódicos Qualis B3</i>	195
13.5.8 <i>Periódicos Qualis B4</i>	211
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	227
SOBRE OS AUTORES	237



APRESENTAÇÃO

A Comunicação Jurídica pode ser compreendida de vários modos, a partir de simples questões linguísticas, com toda a terminologia da área, até questões mais completas, compondo todos os processos pelos quais a informação jurídica é produzida, disseminada, utilizada e divulgada, numa comparação com a comunicação científica e organizacional. Assim, torna-se um contexto rico para pesquisas envolvendo inúmeros tópicos de estudo, tendo a informação jurídica como elo entre todos os assuntos.

Nesse quesito, entender a informação jurídica como objeto de estudo envolve a pesquisa jurídica, que, em parte, apresenta aspectos profissionais e científicos, ou seja, compõe tanto a comunicação organizacional quanto a científica. Assim, ela é comum na criação de instrumentos jurídicos para a pesquisa, seja um artigo científico ou um parecer técnico. Por isso, a pesquisa jurídica faz parte das atividades de todos os profissionais ligados à área, tanto profissionalmente quanto na academia.

Nesse caminho, ter conhecimento sobre as fontes de informação jurídica torna-se um diferencial, visto que tais iniciativas não contam apenas com a legislação. Fontes científicas, ou mesmo culturais, podem amparar pesquisas, pois as leis pedem interpretações, de modo que outros tipos de informações estão sempre envolvidos. A lei pura e simples nem sempre basta para amparar estudos jurídicos.

Entretanto, fazer uso de informações deve seguir questões básicas relacionadas a direitos autorais. Da mesma forma ocorre quando se produz conhecimento jurídico, uma vez que se exige o conhecimento dos direitos de autor. Assim, tanto no uso como na criação de conhecimento, os direitos autorais são essenciais para a atividade, sobretudo no que diz respeito à autoria.

Nesse contexto, a presente obra busca contribuir para a discussão sobre os direitos autorais e as fontes de informação no contexto da comunicação jurídica, o que envolve todos os processos relativos à informação jurídica. Busca-se também atender à crescente necessidade de novas obras sobre a comunicação jurídica em face das mudanças ocorridas pela informatização cada vez mais comum, principalmente no tocante às novas tecnologias, como a inteligência artificial.

Boa leitura!

1. INTRODUÇÃO

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem contribuído com o grande volume de informações jurídicas disponíveis, bem como com a diversidade de fontes existentes, gerando impacto na comunidade acadêmica com reflexos para o exercício da profissão dos operadores do direito. Essa amplitude de fontes de informação vem exigindo especial atenção e dinamicidade no trato dos documentos para a organização e recuperação da informação, devendo ser levada em consideração a importância dos critérios de seleção de matérias, bem como o desenvolvimento de habilidades informacionais no trato com o desenvolvimento de pesquisas e respeito aos direitos autorais.

Diante disso, as tecnologias de informação e comunicação têm sido utilizadas como instrumento de viabilidade da execução das atividades acadêmicas, visando a facilitar o acesso à educação e à informação científica e tecnológica. O uso das TIC conduz a uma série de preocupações, entre as quais pode-se citar o processo disruptivo na mudança de uma metodologia presencial para remota e a necessidade de seu uso no processo de ensino-aprendizagem, bem como a forma como os conteúdos serão utilizados por professores e alunos. Frente a esse panorama, torna-se necessário atentar para a preocupação dos reflexos advindos no processo da proteção autoral.

Os direitos de autor garantem a proteção dos direitos morais, entre os quais se destaca o direito de reconhecimento de paternidade sobre a obra, bem como a garantia sobre a utilização dada pelo autor à sua obra, considerando

as obras que são protegidas pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) (Brasil, 1998). Assim, pode-se questionar: como reduzir os impactos na utilização de fontes de informação disponíveis para a pesquisa jurídica pela comunidade acadêmica em relação à proteção autoral?

Logo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as fontes de informação disponíveis para a pesquisa jurídica visando ao delineamento de diretrizes que possam contribuir para construção de uma cultura de proteção autoral.

Nesse caso, pode-se dizer que a escolha da presente proposta se faz pela necessidade de mobilização de profissionais que já atuam tanto na área das Ciências Jurídicas, no desenvolvimento de pesquisa sobre direitos autorais, como na área da Ciência da Informação, possibilitando a compreensão de fenômenos que envolvem estudos sobre fontes de informação, em particular aplicadas em sentido jurídico.

Na introdução, apresenta-se o delineamento da pesquisa, além de aspectos que evidenciam o surgimento da escrita e a história dos registros do conhecimento, desdobrando-se em acontecimentos que os transformam, como a prensa de Gutemberg, até a disseminação de informações com as tecnologias de informação e comunicação, destacando-se o papel dos editores e autores no processo. Na terceira seção, são abordados os aspectos históricos dos direitos autorais, evidenciando-se os sistemas presentes no mundo, deixando claro que o Brasil adota o sistema de *droit d'auteur*. Na quarta seção, discorre-se sobre a proteção dos direitos autorais no âmbito internacional e no ordenamento pátrio, apresentando tratados, convenções normativas, o histórico de regulação no país, além de se fazer menção à proposta de alteração da lei de direitos autorais em tramitação no Congresso. Segue-se um apanhado sobre a teoria da ponderação no caso de sobreposição de princípios constitucionais que envolvem acesso à informação, à educação e à cultura, e sua relação com os direitos autorais. Posteriormente se discutem os direitos autorais na pesquisa científica, com observância aos elementos da pesquisa e às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), seguindo-se a importância do desenvolvimento de competências e habilidades informacionais que possam envolver criticidade e ética na pesquisa. Na seção oito, abordam-se os elementos considerados na seleção de materiais de pesquisa, que exigem conhecimento envolvendo competências e habilidades desenvolvidas pelo discente/pesquisador.

Adentra-se na compreensão sobre as fontes de informação, para, na sequência, tratar de uma revisão de literatura sobre o conceito de informação jurídica e sua distinção do conceito jurídico de informação. Apontam-se os caminhos da pesquisa jurídica, com observância para estratégias de busca de informação e, em seguida, abordam-se as relações entre direitos autorais, uso da inteligência artificial (IA) e produção científica, evidenciando-se o impacto da IA na academia e examinando a necessidade de discussões que envolvem ferramentas como *ChatGPT*, boas práticas para uso, além de posicionamento de revistas científicas sobre seu uso, considerando a legislação de direitos autorais brasileira. Por último, elencam-se exemplos de fontes de informação jurídica, a saber, bases de dados, jornais, fontes legislativas, jurisprudências, fontes jurimétricas, bibliotecas e repositórios digitais, além de revistas com *Qualis A e B* avaliadas pela Capes.

O presente trabalho tem sua importância ao repercutir no ambiente acadêmico, uma vez que a realização de uma pesquisa nesta área poderá atenuar a lacuna existente na matéria, mostrando-se relevante ao ofertar uma possível contribuição bibliográfica, permitindo o desenvolvimento de produção científica que possa evidenciar a necessidade de se considerar a proteção autoral na seleção e utilização das fontes de informação a serem utilizadas nas pesquisas. Como benefícios advindos para a comunidade acadêmica, pode-se citar o desenvolvimento de habilidades que contribuam no processo de uso e seleção de fontes de informação confiáveis, completas e atualizadas, colaborando no fomento à pesquisa e a uma cultura de respeito aos direitos autorais na produção científica.



2. A REVOLUÇÃO DA ESCRITA E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Desde os primórdios, a humanidade traz consigo a necessidade de expressar seus pensamentos e registrar suas ideias. Higounet dizia que a escrita não se trata apenas de procedimento para fixar a palavra como meio de expressão permanente, mas também “[...] dá acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo”, se identificando com a história dos avanços do espírito humano (Higounet, 2003, p. 10).

A história da escrita reflete a evolução do processo de comunicação ao longo de séculos. Desde os tempos mais longínquos, o homem utilizou-se de símbolos e desenhos para sua comunicação e para registrar informações. Segundo Horcades (2016, p. 16):

Sabemos hoje que os primeiros hominídeos datam de cerca de cinco milhões de anos. Mas o homem permaneceu quase tão primitivo como na pré-história por praticamente esses mesmos cinco milhões de anos até pelo menos dez mil anos atrás. Naquela época, os agrupamentos humanos começaram a crescer mais e mais e, com tanta gente nas vilas, foi preciso organizar a sociedade. Só a palavra falada já não era suficiente. Então o homem inventou a escrita.

As representações simbólicas foram evoluindo ao longo do tempo para sistemas mais complexos, como a escrita egípcia que compreendia a hieroglífica,

repletas de pictogramas (desenhos); a hierática, usada pelos religiosos; e a demótica, mais fonética e de desenho mais simples. Segundo Higounet (2003), destacando-se entre as formas primitivas de escrita e o alfabeto utilizado na atualidade, observam-se três etapas essenciais, quais sejam, escritas sintéticas, analíticas e fonéticas. Nas primeiras, um grupo de sinais buscavam representar frases ou ideias contidas nelas; a escrita analítica evolui para a representação da palavra, registrando como mais antigas as escritas suméria, egípcia e chinesa; e a escrita fonética, em que se buscava a notação de cada consoante em um sinal distinto, conduziu ao primeiro alfabeto consonantal, desenvolvido pelos fenícios, que serviu de base para muitos sistemas de escrita modernos. Segundo Jean (2008, p. 53):

Os fenícios que eram sobretudo comerciantes e navegadores, comerciavam com todos os povos do perímetro do Mediterrâneo oriental. E foi por causa de suas transações comerciais que tornaram seu alfabeto conhecido nessa parte do mundo.

A importância da escrita tornou-se evidente com sua secularização, notadamente a partir da Idade Média, quando surgiram as primeiras obras. Nesse período, os mosteiros desempenharam papel central na produção e reprodução de obras literárias, em que o escriba frequentemente superava o autor em destaque, devido, até então, à falta de uma concepção individualizada de autoria.

Com o desenvolvimento do papel, na China, e da imprensa por Gutenberg, na Europa, revolucionou-se a disseminação da informação. Em relação ao papel, etimologicamente a palavra papel advém do latim *papyrus*, mas não se trata de derivação do papiro. Segundo Martins (2001, p. 111), os chineses fabricavam livros desde 213 a.C., cujo material utilizado era a seda, considerada particularmente cara, e, na tentativa de substituição, passaram a fabricar o papel de seda, que seria menos custoso e permitiria o aproveitamento de trapos e tecidos usados. Conforme exposto em Martins (2001, p. 111), seguia-se a seguinte técnica para sua fabricação:

Cortava-se ou rasgava-se a seda em tiras e pedaços miúdos, logo postos de molho numa Cuba cheia de água. O tecido apodrecia e fermentava, as fibras pouco a pouco se desintegravam e formavam uma pasta que, posta a secar se transformava em papel. Já era, como se vê, o embrião

2. A REVOLUÇÃO DA ESCRITA E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

da fabricação moderna, da qual só se distingue quantitativamente. Os chineses, que o soubessem ou não, isolavam, por consequência, a celulose, para formar o que se chama de pasta de papel.

Segundo o referido autor, o papel faz sua aparição na Europa, mais de mil anos após sua invenção, com o estabelecimento de uma fábrica na Espanha em 1144. Ainda assim, até os fins do século XVIII, a fabricação do papel ocorria manualmente. Não obstante, foi a partir da impressão gráfica com os tipos móveis, durante o século XV, que as ideias e suas expressões atingiram a divulgação em escala mundial (Gandelman, 2007).

Durante o Renascimento, graças à invenção da imprensa por Gutenberg e à mudança de mentalidade impulsionada por transformações culturais, artísticas e científicas, surgiu a capacidade de reproduzir livros de maneira mais eficiente, superando o método tradicional dos copistas. Segundo Vechi e Mignot (2011, p. 17):

Em 1448, a indústria gráfica surgiu da necessidade de se atender a quantidade de textos em forma seriada. O “Pai da Imprensa”, Gutenberg, com sua inovação altera sensivelmente o que se conhecia por produção de livros, ao desenvolver o primeiro modelo de impressora tipográfica.

Na França, a reprodução de livros levou à criação dos privilégios de impressão, uma forma de proteção industrial que concedia temporariamente exclusividade aos editores para reproduzir e distribuir livros, sendo autorizados pela Coroa (Sousa; Sabanai, 2021).

O surgimento das tecnologias de informação e comunicação trouxe contribuições evidentes para a circulação de grandes volumes de conteúdo, permitindo seu rápido armazenamento e compartilhamento em formatos eletrônicos. Assim, impulsionava-se uma cultura informacional que permite, de forma mais rápida, a identificação das necessidades dos usuários, organização, acesso e uso da informação, facilitando a elaboração de estratégias para gerenciamento, intervenção, organização, disseminação e compartilhamento da informação. Segundo Vechi e Mignot (2011, p. 28), “[...] as Tecnologias de Informação e Comunicação devem ser vistas como um método aperfeiçoado de grandes criações, precursoras e algumas

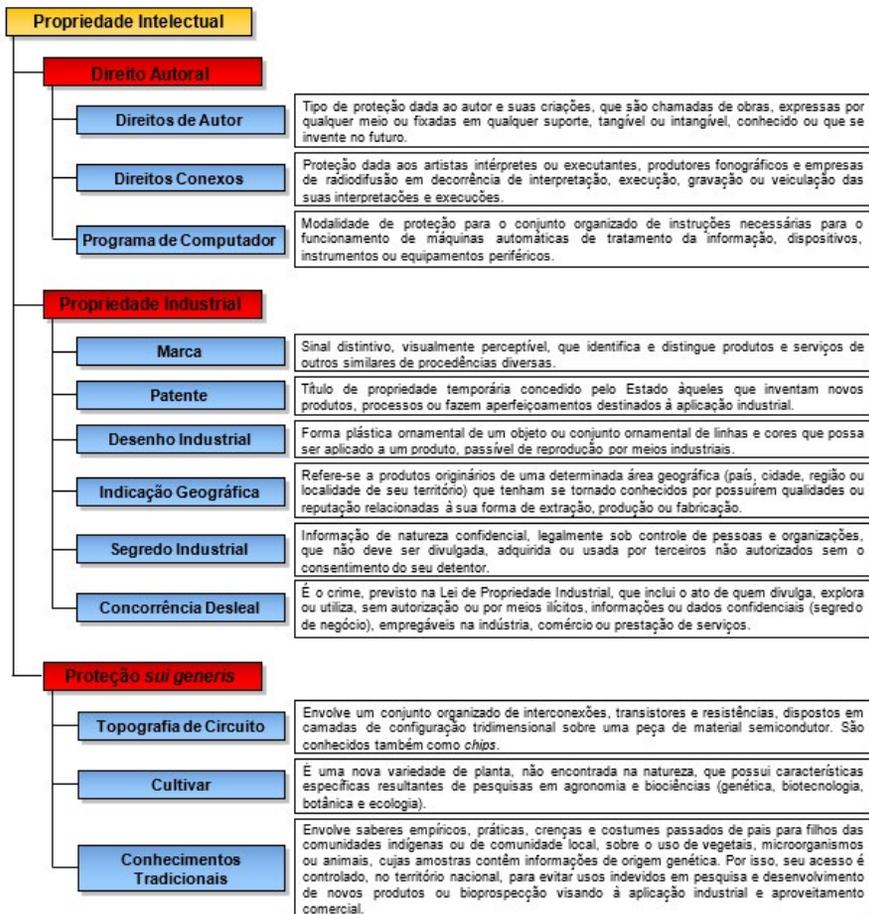
vezes insubstituíveis”. Conforme os referidos autores, o leitor deve atentar para a qualidade e validade das informações disponíveis na Internet, cujos meios de controle estão exclusivamente dispostos à necessidade de informação do usuário.

Nesse contexto, com a amplitude de fontes de informação, vem se exigindo especial atenção e dinamicidade no trato dos documentos para organização e recuperação da informação, evidenciando-se a importância dos critérios de seleção de matérias, além da necessidade de desenvolvimento de habilidades informacionais para o desenvolvimento de pesquisas e de respeito aos direitos autorais.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS AUTORAIS

No Brasil, a propriedade intelectual compreende os direitos relativos à atividade intelectual nos campos da indústria, da ciência, da literatura e das artes. Visa a proteger os interesses dos criadores sobre suas criações, e se traduz na informação ou conhecimento do criador. Assim, a propriedade intelectual se desdobra no direito autoral, na propriedade industrial e na proteção *sui generis*. O direito autoral, por sua vez, compreende o direito de autor (obras e descobertas científicas, por exemplo), os direitos conexos (interpretações de intérpretes e transmissões em radiodifusão) e programas de computador. A propriedade industrial compreende marca, patente, desenho industrial, indicação geográfica e segredo industrial, e repressão à concorrência desleal. A proteção *sui generis* compreende a topografia de circuito integrado, o cultivo e o conhecimento tradicional. Conforme exposto na Figura 1:

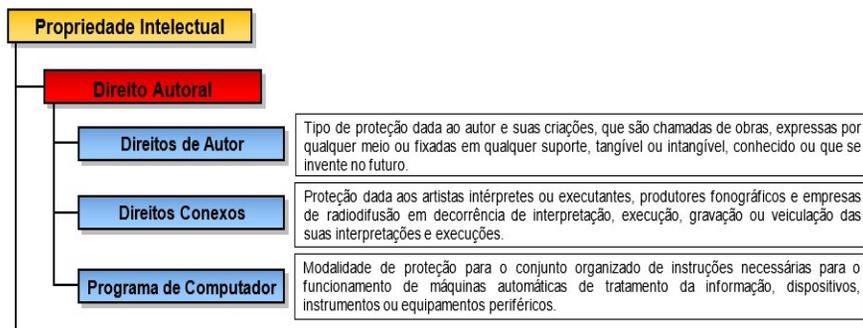
Figura 1 - Propriedade Intelectual no Brasil.



Fonte: adaptado de Jungmann e Bonetti (2010); Sousa e Dias (2017).

O direito autoral no Brasil é garantido na esfera civil pela Lei nº 9.610 de 1998, conhecida como Lei do Direito Autoral. Ainda, o direito autoral se desdobra nos direitos de autor, direitos conexos e programa de computador, conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2 - Direitos Autorais no Brasil.



Fonte: adaptado de Jungmann e Bonetti (2010); Sousa e Dias (2017).

Os direitos autorais envolvem direitos morais e direitos patrimoniais. Os direitos morais dizem respeito à reivindicação de autoria de uma obra, não cessam com o tempo e são intransmissíveis a terceiros. Os aspectos patrimoniais estão relacionados ao direito de receber os resultados econômicos da comercialização de uma obra. No Brasil, esse direito cessa decorridos 70 anos da morte do autor da obra, vindo a ficar em domínio público.

Para cessar o monopólio que os livreiros e editores tinham sobre as obras dos autores, na Inglaterra, o “Estatuto de Anne” estabelecia um período para a exploração comercial da obra (Krokosz, 2014, p. 68). Nesse contexto, houve a distinção entre autor e escritor. O autor era a figura cujo nome circulava entre o público nas obras impressas, e os escritores eram aqueles que produziam os manuscritos. Foi nessa época também que surgiu a figura do autor como modalidade de trabalho remunerado. Esse movimento acabou sendo legitimado pela institucionalização do direito autoral, que busca preservar e garantir os frutos econômicos provenientes da sua obra.

Wilson Martins, em sua obra “A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca”, destaca que o autor é o último elemento a aparecer na história do livro, de modo que, antes da relevância a ele atribuída,

[...] grandes bibliotecas tinham inscrito a sua existência no enorme tombo da humanidade; os manuscritos se haviam transformados em impressos; os tipógrafos célebres tinham conduzido a sua arte a um ponto extraordinário de perfeição (Martins, 2001, p. 392).

Segundo o referido pensador, “[...] pode-se dizer que até o século XVIII a sociedade não reconhece o autor como uma entidade definida” (Martins, 2001, p. 392).

Martins (2001, p. 394) esclarece que, no período da antiguidade, não se registra a ideia de existência dos direitos autorais, considerando que a Grécia era uma civilização cuja cultura se baseava na oralidade. Já em Roma, não havia nenhuma regulamentação, reconhecendo-se aos autores apenas o direito de publicação da obra, embora o comércio enriquecesse os livreiros. Com a invenção da imprensa, os problemas econômicos relacionados aos editores começaram a surgir, pois a concorrência conduzia-os a resguardar seus interesses, surgindo daí os privilégios concedidos aos editores.

Segundo Sousa e Shintaku (2021, p. 15), a proteção legal dos autores teve início em 1710, por meio do “Estatuto da Rainha Ana”, quando se deixou de conceder privilégios específicos garantidos aos livreiros e impressores. Dessa forma, a Inglaterra e os Estados Unidos passaram a priorizar o direito de exclusividade de impressão pelo autor. Como consequência, Martins (2001, p. 395):

[...] a Inglaterra foi, inesperadamente, o primeiro país que reconheceu a propriedade literária. Worthley fez passar na Câmara dos Comuns, a 11 de janeiro de 1709, um *bill* que estabelecia o *copyright* dos autores ou dos seus cessionários sobre qualquer obra, durante 14 anos a contar da primeira publicação, e por 14 anos se, expirado o primeiro prazo, o autor ainda estivesse vivo, sob a condição, todavia, de que o livro fosse registrado na *Stationer's Company* (constituída em 1556 para registrar os títulos dos livros e regular a indústria tipográfica. A autoridade da *Stationer's Company*, que inaugurava, assim, na Inglaterra, o sistema de depósito legal, foi legalmente reconhecida por Carlos I, em 1645).

Segundo Sousa e Dias (2017, p. 90), no contexto do sistema francês de direitos autorais, conhecido como *droit d'auteur*, enfatiza-se a primazia do autor em relação à sua obra, bem como se destacam os aspectos morais do autor, que são preservados devido à sua natureza de inalienabilidade e irrevogabilidade. Isso ocorre porque tais direitos são considerados pessoais e são elevados à categoria de direitos humanos fundamentais. Destacam-se o direito ao ineditismo, à paternidade e à integridade da obra, que não podem ser alterados sem o consentimento explícito do autor.

4. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA

Em matéria de direito internacional, a proteção dos direitos autorais é regulada por tratados e convenções, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Tratados e Convenções em matéria de direitos autorais.

Tratados e Convenções em matéria de direitos autorais		
Convenção de Berna para Proteção de Obras Literárias e Artísticas (1886).	Atualizada em 1971, objetivando oferecer proteção aos autores/criadores entre os Estados membros.	Foi adotada pelo Brasil, de modo que a adesão entrou em vigor por meio do Decreto nº 75.699, de 6 de maio de 1975.

Tratados e Convenções em matéria de direitos autorais		
Convenção de Buenos Aires, de 1910	Tratado Interamericano de Direito Autoral, primeira norma de Direito Autoral Internacional.	Decreto nº 11.588, de 19 de maio de 1915. Promulga as convenções assinadas pelos delegados na IV Conferência Internacional Americana, realizada em julho e agosto de 1910, na cidade de Buenos Aires.
Convenção de Washington (1946).	Tinha por objetivo conciliar os dois sistemas de direitos autorais, a saber, o <i>Copyright</i> dos EUA e o <i>Droit d'auteur</i> francês, mas não obteve sucesso, uma vez que os EUA não aderiram.	Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 26.675, de 18 de maio de 1949.

4. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA

Tratados e Convenções em matéria de direitos autorais		
<p>Convenção Universal sobre Direito de Autor (1960). Revista em Paris em 24 de julho de 1971.</p>	<p>Assegurar em todos os países a proteção dos direitos autorais sobre obras literárias, científicas e artísticas, convencidos de que um regime de proteção dos direitos dos autores apropriado a todas as nações e expresso numa convenção universal – juntando-se aos sistemas internacionais já em vigor, sem os afetar – tem o objetivo de assegurar o respeito dos direitos da pessoa humana e favorecer o desenvolvimento das letras, das ciências e das artes, persuadidos de que tal regime universal de proteção dos direitos de autor tornará mais fácil a difusão das obras do espírito e contribuirá para melhor compreensão internacional. Diante disso, decidiu-se rever a Convenção Universal Sobre o Direito de Autor, assinada em Genebra a 6 de setembro de 1952.</p>	<p>Promulgada pelo Decreto nº 76.905, de 24 de dezembro de 1975, a Convenção Universal sobre Direito de Autor, revisão de Paris, 1971.</p>
<p>A Convenção de Roma sobre a Proteção de Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão (1961).</p>	<p>Primeira a conferir direitos conexos no âmbito internacional.</p>	<p>Adotada pelo Brasil por meio do Decreto nº 57.125, de 28 de outubro de 1965.</p>

Tratados e Convenções em matéria de direitos autorais		
Acordo TRIPS, que integra o acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC).	Normas substantivas integram as descritas como padrões mínimos de proteção, os direitos de autor e os que lhes são conexos.	Promulgado pelo Brasil por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.
Tratado de Marraqueche, firmado em 17 de junho de 2013.	Tem por objetivo facilitar às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades, o acesso ao texto impresso de obras publicadas.	Aprovado pelo Congresso por meio do Decreto nº 261, de 25 de novembro de 2015.
Acordo de Direitos Autorais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) - <i>WCT (WIPO Copyright Treaty)</i> (1996)	Tem por objetivo ampliar a abrangência dos direitos autorais como resposta aos desenvolvimentos da tecnologia da informação.	Até maio de 2023 o <i>WCT</i> havia sido ratificado por 115 países, incluindo Portugal, mas não pelo Brasil.

Fonte: Adaptado de Sousa e Shintaku (2021, p. 16).

No âmbito do ordenamento brasileiro, registram-se em seu processo histórico quatro normas relacionadas aos direitos autorais, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Normas de Direitos Autorais no Brasil.

Lei de 11 de agosto de 1827	Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda (criou os primeiros cursos de ciências jurídicas e sociais).	Estabelecia, em seu artigo 7º, que os direitos autorais dos professores sobre os compêndios produzidos para as disciplinas dos cursos – após submetidos para aprovação pela Assembleia Geral – seriam impressos e fornecidos às escolas, de forma a garantir aos seus autores o privilégio exclusivo da obra por dez anos (Brasil, 1827, <i>online</i>).
-----------------------------	---	---

4. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA

Código Civil de 1916	Tratamento dos direitos autorais e delineamento dos aspectos de sua proteção.	[...] classificou o direito de autor como bem móvel, fixou o prazo prescricional da ação civil por ofensa a direitos autorais em cinco anos e regulou alguns aspectos da matéria nos capítulos 'Da Propriedade Literária, Artística e Científica', 'Da Edição' e 'Da Representação Dramática' (Branco Júnior, 2007, p. 20).
Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973	Regula os direitos autorais e toma outras providências, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhe são conexos.	Desvinculou-se do Código Civil e regulou a proteção dos direitos autorais em lei específica.
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais)	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	Atualmente em vigor, sob revisão por meio do PL nº 2.370, de 2019, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.

Fonte: Adaptado de Sousa e Sabanai (2021, p. 190).

A Lei de Direitos Autorais encontra-se em processo de revisão por meio do Projeto de Lei nº 2370/2019, que altera os arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 68, 77, 78, 79, 81, 86, 90, 95, 96, 97, 100-B, 101, 102, 103, 107, 108 e 109, e acrescenta os arts. 30-A, 52-A, 52-B, 52-C, 52-D, 52-E, 61-A, 67-A, 85-A, 88-A, 88-B, 88-C, 99-C, 99-D, 110-A, 110-B, 110-C, 110-D, 110-E, 110-F, 110-G, 110-H, 110-I, 110-J, 110-K, 110-L, 111-A, 111-B, 113-A e 113-B na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (Brasil, 2019, *online*).

Entre as alterações da proposta está o artigo 1º, parágrafo único, o qual estabelece que a interpretação e a aplicação da referida lei deverão “atender às finalidades de estimular a criação intelectual e a diversidade cultural

e de garantir a liberdade de expressão” (Brasil, 2019, *online*); além de “ser orientadas pelos ditames constitucionais de proteção aos direitos autorais em equilíbrio com os demais direitos fundamentais e sociais” (Brasil, 2019, *online*). Além disso, em seu capítulo IX, especifica a regulação da utilização da obra na *Internet*, observando-se a responsabilidade solidária do provedor ao tornar a obra pública caso não se adotem providências previstas na referida lei.

5. O ACESSO À INFORMAÇÃO, À EDUCAÇÃO E À CULTURA E OS DIREITOS AUTORAIS

A expressão “direitos fundamentais” (*droits fondamentaux*) surgiu na França, em 1970, no movimento político e cultural que deu origem à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Contempla direitos relacionados à liberdade e à igualdade criados com o objetivo de proteger e promover a dignidade da pessoa humana (Novelino, 2010).

A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado brasileiro, origina-se no valor constitucional supremo em torno do qual circundam os direitos fundamentais. Ao mesmo tempo que os direitos fundamentais surgiram como exigência da dignidade de proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, somente por meio da existência desses direitos a dignidade poderá ser respeitada e protegida (Sousa, 2012).

A utilização de tais direitos advém de uma tradição jusnaturalista, que concebe os direitos dos cidadãos como intrínsecos ao homem, que são anteriores, inclusive, a qualquer organização política, existindo não em razão das leis, ou do Estado, mas considerados como direitos inalienáveis, que não podem ser maculados por qualquer órgão estatal.

Na Constituição Brasileira de 1988, os direitos fundamentais foram regulados nos arts. 1º ao 17, tendo a doutrina e a jurisprudência firmadas que o Supremo Tribunal Federal pode reconhecê-los em outras partes da

Constituição. Estando o direito a informações assegurado no art. 5º, XXXIII da Constituição Federal, trata-se, portanto, da informação, de um direito fundamental ao determinar que:

[...] todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado (Brasil, 1988, *online*).

No que se refere ao direito à educação, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 elucida que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, *online*).

Segundo Edison Ricardo Saleme, em sua obra *Direito Constitucional*,

Os incisos XXVII, XXVIII e XXIX do art. 5º da CF garantem a propriedade intelectual, que se consubstancia no direito de propriedade industrial e nos direitos do autor ou propriedade imaterial (Saleme, 2022, p. 167).

Nesse contexto, a utilização de obra, qualquer que seja, sem consentimento de seu autor, gera a violação do direito autoral (Saleme, 2022). Entretanto, importa observar a função social desses direitos no tocante ao acesso à informação, à educação e à cultura. Logo, vê-se que há deveres fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 assegurou uma série de direitos fundamentais que constituem prerrogativas imprescindíveis das pessoas para que seja assegurada uma vida digna. Do ponto de vista formal, constituem “[...] as matrizes de todos os demais, dando-lhes fundamento, e sem eles não se pode exercer muitos outros” (Pedra, 2013, p. 283).

Contudo, “[...] não se pode olvidar que a satisfação das necessidades essenciais das pessoas depende de atuações de outras pessoas (físicas ou jurídicas), além da atuação do próprio Estado” (Pedra, 2013, p. 284). É justamente nesse sentido que

5. O ACESSO À INFORMAÇÃO, À EDUCAÇÃO E À CULTURA E OS DIREITOS AUTORAIS

[...] os deveres fundamentais possuem o importante papel de proteger e promover direitos fundamentais; alguns destes dependem daqueles diretamente (v.g. dever de educar os filhos) enquanto outros dependem indiretamente (v.g. dever de pagar tributos) (Pedra, 2013, p. 283).

Por isso é que os deveres fundamentais devem ser compatíveis com a promoção dos objetivos fundamentais do Estado. E, assim sendo, destaca-se a fundamentalidade formal e a material.

Na primeira, os deveres fundamentais têm de ser estabelecidos via normas com força jurídica própria da supremacia constitucional, incluindo aqui os tratados internacionais em que o Estado brasileiro seja parte, e podem ser explícitos ou implícitos. De outra via, a segunda está relacionada com

[...] a relevância do dever no sentido de suprir as necessidades básicas essenciais de uma pessoa – de si, de outrem ou da coletividade – e volta-se à defesa da promoção de direitos fundamentais (Pedra, 2013, p. 286).

Assim, devem-se entender os deveres fundamentais não como mitigadores de direitos, mas como promotores de direitos. E ainda que sejam considerados uma categoria autônoma, estão correlacionados aos direitos fundamentais, de modo que são limitados e assegurados pelos mesmos.

Nesse contexto, cumpre discorrer sobre princípios constitucionais e sua aplicabilidade. Tratar da aplicabilidade de princípios constitucionais exige uma contextualização que antecede desde sua definição (estabelecendo-se diferenças entre regras e princípios), aos elementos que permitem melhor compreensão para solucionar problemas de interpretação e aplicação do Direito.

Ingo W. Sarlet ensina que os princípios fundamentais possuem a

[...] qualidade de normas embaadoras e informativas de toda a ordem constitucional, inclusive (e especialmente) das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais (Sarlet, 2015, p. 73).

Dessa forma, o cerne da supremacia formal e material das normas constitucionais é composto precisamente pelos princípios fundamentais e pelos direitos e garantias fundamentais.

Humberto Ávila propõe uma definição de princípios visando a apresentar características próprias que os distingam das regras. Segundo o referido autor, “cada espécie normativa desempenha funções diferentes e complementares, não se podendo sequer conceber uma sem a outra, e outra sem a uma” (Ávila, 2021, p. 151).

Entretanto, evidencia a força normativa dos princípios, buscando-se saber se

[...] os princípios podem ser definidos como normas ‘caredoras de ponderação’, no sentido restrito de normas que se submetem a um sopesamento diante do caso concreto, por meio do qual podem ser derrotadas por princípios colidentes (Ávila, 2021, p. 151).

Os direitos fundamentais não devem ser limitados ao que está especificado no título segundo da Magna Carta, pois confundi-los com as normas que os garantem é um erro (Vale, 2012). Isso ocorre porque a Constituição brasileira adota o chamado sistema aberto de direitos fundamentais, o que implica que existem mais direitos fundamentais do que os explicitados na própria Constituição. Vale (2012) destaca a importância de distinguir entre a disposição de direito fundamental (texto) e a norma de direito fundamental, uma vez que o mesmo dispositivo constitucional pode originar uma variedade de normas, ou elas podem resultar da combinação de diversos dispositivos. Nesse contexto, as normas surgiriam da interpretação do(s) dispositivo(s), resultando em tantas normas de direitos fundamentais quantas forem as interpretações possíveis.

Robert Alexy menciona, nesse contexto, que tanto regras quanto princípios são normas, uma vez que ambos indicam o que deve ser feito. Ambos podem ser expressos por meio de deveres, permissões e proibições básicas. Os princípios, assim como as regras, fornecem razões para julgamentos concretos de dever-ser, embora de natureza distinta. A diferenciação entre regras e princípios, portanto, é uma distinção entre duas categorias de normas (Alexy, 2015).

Nesse sentido, há uma distinção qualitativa entre regras e princípios, pois “[...] princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida do possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes” (Alexy, 2015, p. 90). Em contrapartida, “[...] as regras são normas que são sempre satisfeitas ou não satisfeitas” (Alexy, 2015, p. 91). No entanto, Ávila (2011) argumenta que os princípios são propriamente normas imediatamente finalísticas, estabelecendo um fim a ser alcançado.

Assim, os princípios impõem o dever de adotar determinados comportamentos, tanto pelo Estado quanto pela sociedade, visando à realização de um estado de coisas ou prescrevendo o dever de alcançar certos fins mediante a adoção de comportamentos necessários (Ávila, 2011).

Conforme exposto em Carvalho (2009, p. 85), o conflito entre direitos fundamentais ocorre “[...] quando o exercício de um direito fundamental por parte de um titular colide com o exercício de direito fundamental por parte de outro titular”. Para a autora, essa espécie de colisão denomina-se por Alexy, de sentido estrito, ocorrendo quando “[...] a realização de um direito fundamental por um titular tem consequências negativas sobre direitos fundamentais de outros titulares” (Carvalho, 2009, p. 85). E podem ocorrer frente a direitos fundamentais diversos, além de envolver interesses individuais contrapostos a interesses da comunidade.

Para Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2022, p. 100), que consideram o entendimento de Canotilho, a ponderação decorre sempre da necessidade de se resolver casos de tensão, em particular de colisões entre bens juridicamente protegidos. Ainda segundo os referidos autores, a ponderação decorre:

[...] (a) a inexistência de uma ordenação hierarquizada e abstrata de bens constitucionais; (b) a estrutura de princípio de muitas normas constitucionais, que, por sua vez, implica a refutação de uma lógica do “tudo ou nada” e, portanto, exige a otimização e harmonização de tais princípios, especialmente nos casos de conflito; (c) a possibilidade de uma diversidade de leituras dos conflitos de bens constitucionais em face de uma ausência de unidade de valores no âmbito da comunidade política, impondo cuidadosa análise dos bens em causa e uma rigorosa fundamentação no âmbito da resolução dos conflitos (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2022, p. 100).

Conforme os autores supracitados, a função da ponderação consiste na “[...] obtenção de equilíbrio e na ordenação de bens em conflito (ou tensão) por ocasião de determinado caso concreto” (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2022, p. 100).

Por fim, é mister mencionar o exposto por Sousa e Shintaku (2021, p. 27), pois torna-se possível afirmar que os direitos não são vistos como absolutos. No contexto constitucional, apesar de serem protegidos, devem estar em consonância com outras normas de igual hierarquia constitucional, como o direito de acesso à informação, à educação, à cultura, entre outros. Assim, devem ser considerados de maneira ponderada, ou seja, de forma equilibrada, para evitar possíveis implicações na aplicação de outros direitos fundamentais também estabelecidos, a exemplo dos direitos autorais.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITOS AUTORAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA

De forma genérica, o plágio surge na modernidade por meio da institucionalização do *Copyright Law* na Inglaterra em 1710. A partir de então, estabelece-se o autor como proprietário de sua obra, assegurado por lei, e a obra passa a ter valor econômico explorado não apenas pelo escritor, autor da obra, mas por editores e livreiros que adquiriam sua concessão para obter exclusividade na impressão e comercialização das obras. Anteriormente a esse entendimento, o trabalho de copistas, aceito e compartilhado pela sociedade, era considerado fundamental para a preservação do conhecimento (Krokoscz, 2014, p. 54).

[...] embora a noção moderna de plágio tenha se voltado principalmente para a proteção da obra em função da sua importância ou uso econômico, antes disso a ideia do plágio estava relacionada àquilo que é inalienável, ou seja, que não pode ser subtraído de alguém. Declamar o poema de alguém não faz da pessoa um poeta, da mesma forma que utilizar a solução matemática de um problema elaborada por outra pessoa não torna alguém intelectual. A questão essencial, portanto, ao tratar do plágio principalmente no âmbito acadêmico, é mais importante em relação à AUTENTICIDADE do que em relação à ORIGINALIDADE (Krokoscz, 2014, p. 55).

Em decorrência do entendimento do autor da obra (ou quem detém sua concessão) como proprietário de um bem que pode ser explorado economicamente, foram criadas leis de propriedade intelectual e registros de patentes para proteger sua propriedade. No Brasil, quem plágia comete crime previsto na Lei 9.610/98, conhecida como lei do direito autoral. Está também previsto no código penal, na seção de crimes contra propriedade intelectual, no Art. 184, e prevê pena de detenção e multa.

De acordo com Abreu (2012), a partir do entendimento de que o plágio acadêmico não é um ato isolado e uma ação individual, mas envolve professores, alunos e escola como um todo, a autora questiona a visão do plágio com foco apenas no produto plagiado e ato passível de punição do autor do plágio. Para realizar a análise do plágio acadêmico, é necessário entender o que está diretamente relacionado à autoria. Plágio e autoria fazem parte da mesma realidade, uma vez que só se pode falar em plágio quando se considerar que se trata de uma fraude de autoria. Para entender o plágio, é necessário entender as características da autoria, que, por sua vez, diferem nas diferentes culturas, que normatizam sobre direitos autorais de maneira diferente (Krokosz, 2014).

Assim, pensar no plágio envolve refletir sobre autoria. Plágio e autoria são duas facetas da mesma realidade, “[...] pois uma coisa se opõe à outra, sendo desta maneira uma a condição de entendimento e caracterização da outra” (Krokosz, 2014, p. 53).

É importante que docentes e discentes estejam cientes do que configura o plágio, e que garantam que o trabalho original seja citado apropriadamente. Além disso, as instituições educacionais em todos os níveis, desde o nível elementar até o nível superior, devem educar os alunos e os instrutores e professores sobre integridade acadêmica e desenvolver políticas para educar sobre as consequências do plágio para quem o comete.

No contexto educacional brasileiro, observa-se que, desde a infância, os estudantes são introduzidos à prática da pesquisa e orientados a utilizar recursos como a *internet* ou enciclopédias disponíveis nas bibliotecas escolares. Durante esse processo, eles não raramente transcrevem as informações ali contidas para responder às indagações propostas pelos professores, muitas vezes sem a inclusão de devidas referências bibliográficas. Este padrão de aprendizagem, embora comum na educação básica, confronta-se com os

padrões acadêmicos exigidos no ensino superior, ou seja, agora os alunos não mais podem transcrever, copiar informação sem atribuir crédito, pois tal prática é categoricamente considerada plágio. O plágio pode levar a consequências negativas, como danos à reputação acadêmica, consequências legais, profissionais e éticas.

Surgem, então, questões pertinentes: a quem atribuir a responsabilidade por essa lacuna na formação acadêmica dos estudantes? Seria do estudante, que não desenvolveu o hábito de citar suas fontes? Do professor, que porventura não abordou os conceitos de plágio e integridade acadêmica em sala de aula? Ou da instituição educacional, que pode ter falhado ao não incorporar esses ensinamentos em seu currículo?

A resolução deste problema requer uma reflexão de todos os agentes envolvidos no processo educacional, para a integração de práticas éticas de pesquisa desde os primeiros anos de formação escolar.

É importante que as escolas e as instituições de ensino superior ensinem sobre plágio e integridade acadêmica, e que os alunos sejam incentivados a desenvolver habilidades de pesquisa e escrita originais. Além disso, é importante que as instituições estabeleçam políticas claras e consequências para o plágio, e que os professores estejam cientes dessas políticas e possam orientar os alunos adequadamente.

Outra questão importante que necessita ser observada seria a aplicação de normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para o alinhamento da pesquisa. Apesar de não se tratar de lei, tem sua importância no ambiente de pesquisa por indicar um padrão adotado nas escritas de textos científicos. Entre as Normas da ABNT que podem ser observadas para o desenvolvimento de pesquisas, de forma geral, podem ser mencionadas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Versão corrigida em 2020.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Atualização em 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

Os tipos de trabalho de conclusão de curso na NBR 14724:2011 que tratam especificamente de trabalhos acadêmicos apresentam as seguintes definições de dissertação, tese e trabalho de conclusão de curso:

Dissertação: documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011, p. 2).

Tese: documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITOS AUTORAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA

coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011, p. 4).

Trabalho de conclusão de curso de graduação, trabalho de graduação interdisciplinar, trabalho de conclusão de curso de especialização e/ou aperfeiçoamento: documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011, p. 4).

Nesse contexto, a questão do plágio e da autoria não deve ser tratada apenas como uma questão legal, mas também educacional e acadêmica que precisa ser abordada de forma proativa e não punitiva. Assim, os processos autorais legítimos resultam de estratégias de competência informacional e formação autoral que podem fazer parte da vida acadêmica desde as primeiras etapas educacionais. (Krokosz, 2014). Dessa forma, torna-se relevante desenvolver competências e habilidades no trato com informações para desenvolvimento de pesquisa.



7. DESVENDANDO OS CONCEITOS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES INFORMACIONAIS

Muito se tem discutido sobre a importância da produção científica no desenvolvimento de pesquisas e avanço da ciência. Entretanto, com os avanços advindos com a tecnologia da informação e comunicação, a prática do plágio tem gerado uma constante preocupação na qualidade da escrita científica no âmbito das universidades.

O volume disponível de conteúdo conduz ao recorrente aumento do plágio nas pesquisas no âmbito das instituições de ensino superior, em face da facilidade de acesso e uso do mesmo, comprometendo a qualidade e a confiabilidade da produção científica no país, além de gerar reflexos no campo do direito autoral.

Torna-se necessário aproximar da comunidade acadêmica, o conhecimento sobre direito de autor, bem como da importância da informação para a produção científica, considerando as tecnologias da informação e comunicação como instrumento que apenas possibilita a difusão das criações de modo diverso dos tradicionais.

A ideia de combate ao plágio nas universidades deve ser observada com seriedade, uma vez que repercute tanto nos índices de qualidade das pesquisas desenvolvidas, como pode prejudicar a formação do aluno enquanto indivíduo capaz de refletir e tomar decisões. Fazendo referência a uma reportagem da *Revista Veja*, de autoria de Fernanda Bassette, publicada em 2018, sobre a realização de uma pesquisa denominada de “Estudo para o

desenvolvimento de uma política de integridade acadêmica para a Unicamp”, entre agosto e setembro de 2018 – com 958 estudantes, sendo 35% de graduação e 65% de pós-graduação, envolvendo todas as áreas do conhecimento da Universidade –, observou-se que

[...] 87% dos alunos chegaram à universidade sem ter a noção exata do que é plágio e sem saber ao certo o que configura uma citação ou uma cópia de conteúdo em um trabalho acadêmico (Bassette, 2018, *online*).

Indo mais além, a referida pesquisa demonstrou que “[...] 36,7% dos alunos admitiram que já copiaram trechos de textos sem a devida citação”. Além disso, “[...] oito em cada dez alunos ouvidos afirmam que ações educativas podem prevenir que alunos cometam plágio” (Bassette, 2018, *online*).

Nesse cenário, torna-se necessário que as universidades desenvolvam, juntamente aos seus alunos, competências e habilidades informacionais para realização de pesquisas, visando ao fortalecimento de uma cultura de respeito aos direitos autorais.

Existe uma variedade de estudos que envolvem a Competência Informacional, em que se constata divergências a respeito da teoria utilizada. Em publicações estrangeiras, a temática tornou-se conhecida por *Information Literacy*, e ao passo que foi traduzida para o português, dois termos passaram a representá-la, a saber, a Competência Informacional e o Letramento Informacional. Contudo, há estudos no Brasil que consideram os dois termos distintos, compreendendo o letramento informacional como o processo de aprendizagem do uso da informação (aprender a aprender) e a competência informacional como uma evolução desse letramento.

As bases teóricas mais importantes da competência informacional surgem partindo do conceito de competência, ao delinear as principais nuances que a determinam. O termo “competência” foi utilizado inicialmente por McClelland e Spencer, em 1973, para descrever a característica de um indivíduo de exercer com desempenho superior uma determinada tarefa. Segundo os referidos autores, a competência caracteriza-se pelo desempenho de uma tarefa da melhor forma possível. Isto significa que competência, segundo Fleury e Fleury (2001), é um saber agir responsável, cuja implicação compreende a mobilização, integração, transferência de conhecimentos e habilidades que integrem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Como primeira referência sobre o tema da competência, surge a de Perrenoud (1999), ao esclarecer que são representações da realidade, que o indivíduo constrói e armazena ao sabor de suas experiências e formação. O referido autor comenta que “[...] Quase toda ação mobiliza alguns conhecimentos, algumas vezes elementares e esparsos, outras vezes complexos e organizados em redes” (Perrenoud, 1999, p. 7).

Segundo esse entendimento, o autor conceitua competência do seguinte modo:

[...] uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos (Perrenoud, 1999, p. 7).

Considerada de natureza interdisciplinar, a competência informacional segundo Belluzzo e Feres (2013), tem sido tema de discussões no âmbito da Ciência da Informação desde os anos 2000, e seus múltiplos conceitos e terminologias acabam por envolver diferentes áreas de conhecimento, a saber, a psicologia, a educação, a administração etc. A competência informacional tem suas raízes na sociedade da informação, um contexto em que o valor e o controle da informação são essenciais para a tomada de decisões e para a geração de conhecimento. Essa competência envolve habilidades para encontrar, escolher, acessar, organizar e aplicar informações de maneira eficaz, contribuindo para a tomada de decisões informadas e a resolução de problemas (Gasque, 2010).

Segundo Belluzzo (2001), a Competência Informacional deve ser entendida como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para o uso da informação no contexto social, para o desenvolvimento tecnológico e profissional. Isto implica em saber qual informação torna-se necessária; onde e como encontrá-la; saber analisar o seu conteúdo; saber armazená-la e recuperá-la quando necessário; e como disseminá-la de maneira ética.

Conceito também reconhecido e divulgado de *Information Literacy* é o da *Association of College and Research Library*, de 2000. De acordo com a instituição, *Information Literacy* descreve um conjunto de habilidades pessoais que capacitam ou habilitam o indivíduo a identificar a informação necessária e a localizar, avaliar e utilizar essa informação de forma eficiente (Gasque, 2010).

Nas palavras da *Association of College and Research Libraries - ACRL* (2000, p. 2):

Information literacy is a set of abilities requiring individuals to “recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information.” [...] Information literacy forms the basis for lifelong learning. It is common to all disciplines, to all learning environments, and to all levels of education. It enables learners to master content and extend their investigations, become more self-directed, and assume greater control over their own learning¹.

Além da definição, a *ACRL* (2000, p. 10) estabelece, em seu manual, os padrões e os indicadores que os indivíduos competentes em informação precisam ter:

An information literate individual is able to: Determine the extent of information needed; Access the needed information effectively and efficiently; Evaluate information and its sources critically; Incorporate selected information into one’s knowledge base; Use information effectively to accomplish a specific purpose; Understand the economic, legal, and social issues surrounding the use of information, and access and use information ethically and legally².

¹ A competência informacional é um conjunto de habilidades que requer que os indivíduos “reconheçam quando a informação é necessária e tenham a habilidade de localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação necessária”. [...] A competência informacional constitui a base para a aprendizagem ao longo da vida. É comum a todas as disciplinas, a todos os ambientes de aprendizagem e a todos os níveis de ensino. Permite que os alunos dominem o conteúdo e ampliem suas investigações, tornem-se mais autossuficientes e assumam maior controle sobre a sua própria aprendizagem (*Association of College and Research Libraries - ACRL*, 2000, p. 2, tradução nossa).

² Um indivíduo competente em informação é capaz de determinar a extensão da informação necessária; acessar as informações necessárias de forma eficaz e eficiente; avaliar criticamente a informação e as suas fontes; incorporar informações selecionadas em sua base de conhecimento; usar as informações de forma eficaz para atingir um propósito específico; compreender as questões econômicas, legais e sociais que envolvem o uso da informação e acessar e usar a informação de forma ética e legal (*Association of College and Research Libraries - ACRL*, 2000, p. 10, tradução nossa).

7. DESVENDANDO OS CONCEITOS DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES INFORMACIONAIS

Ao tratar de habilidades informacionais, percebe-se que estas se constituem de elementos que compõem a competência informacional. Conforme Mirabile (1997, p. 74, tradução nossa), tal competência pode ser compreendida como

[...] a um talento, tal como destreza manual, acuidade visual ou espacial, ou pensamento conceitual. A premissa é que embora as habilidades possam ser ensinadas, aprendidas, ou destacadas, há uma predisposição natural para elas.

Para Gasque (2013, p. 6), habilidade informacional compreende “[...] a realização de cada ação específica e necessária para alcançar determinada competência”. Nesse contexto, ainda de acordo com a referida autora,

[...] para o aprendiz ser competente em identificar as próprias necessidades de informação, por exemplo, é necessário desenvolver habilidades para formular questões sobre o que deseja pesquisar, explorar fontes gerais de informação para ampliar o conhecimento sobre o assunto (Gasque, 2013, p. 6).

No mundo atual, é essencial que as pessoas, especialmente os atuantes em direito, sejam competentes informacionalmente para atuarem como cidadãos e influenciadores críticos e reflexivos, com autonomia e responsabilidade. Tal habilidade é fundamental para ajudar a resolver os sérios problemas globais e locais que enfrentamos, a exemplo do fenômeno global da desinformação. Portanto, é necessário discutir e empreender ações políticas, sociais, culturais, educacionais e econômicas em todos os setores da sociedade, de maneira organizada e abrangente, em todos os níveis educacionais, a fim de implementar a competência informacional, considerando que ela vai além de simplesmente adquirir conteúdo e habilidades, mas ensina a aprender continuamente, contribuindo para a sustentabilidade da vida e para a solidariedade humana na sociedade moderna (Gasque, 2010).

Embora as definições e as perspectivas sobre a competência informacional sejam significativamente relevantes para os estudantes em todos os níveis, especialmente na contemporaneidade, quando enfrentamos verdadeira enxurrada de *fake news* e desinformação, não se pode deixar de mencionar a perspectiva da competência crítica em informação.

De acordo com a literatura sobre competência informacional (Manhique; Casarin; Ançanello, 2023), a definição de competência informacional da ACRL

(2000) é determinante para orientar as bibliotecas universitárias, mas carece de elementos importantes relacionados às diversas formas e meios de disseminação da informação. A concepção da competência em informação como um grupo de habilidades específicas é demasiada simplificadora, configurando-se em uma categoria técnica e neutra, percebida apenas como funcional, prática e orientada para resultados.

A competência crítica em informação busca encorajar os estudantes a analisar e questionar os contextos sociais, econômicos e políticos nos quais a informação é produzida e consumida. Além disso, objetiva também fazer com que os estudantes reconheçam seu papel ativo nas atividades acadêmicas e incentivá-los a ver a pesquisa não apenas como uma coleta de dados, mas como um processo dinâmico de criação de significados.

A competência crítica em informação busca transformar o papel educativo das bibliotecas, encorajando os estudantes a refletirem sobre: quem produz e vende a informação? Quem tem acesso à informação? Quais são as vozes ouvidas e publicadas? A quem interessa o discurso publicado? Por outro lado, quais são as vozes silenciadas no processo de publicação? Essas questões para reflexão devem ajudar os estudantes e aqueles envolvidos no processo educacional a perceberem a comunicação científica – e por que não os conteúdos publicados digitalmente – como um processo dialógico e político (Manhique; Casarin; Ançanello, 2023).

Visto de outro modo, a competência crítica em informação pode ser resumido como o saber fazer prático sobre as pesquisas informacionais de forma analítica e crítica. Tendo como base tais conceitos, passa-se a verificar aspectos que contribuem com o desenvolvimento dessas habilidades fundamentais na contemporaneidade. Além disso, considera-se o respeito à proteção autoral, principalmente ao se buscar fontes de informações originais, que permitam a identificação de características que possam defini-la como tal, a exemplo da identificação de autoria e as limitações de uso do material com proteção autoral.

Assim, além de considerar os critérios de seleção de material (fontes de informação), torna-se indispensável conhecer aspectos da proteção autoral, tais como direitos de autor, obras protegidas, limitações aos direitos autorais.

8. SELEÇÃO DE MATERIAIS DE PESQUISA

A seleção de materiais de pesquisa busca determinar o universo de informação a que terão acesso. Essa tomada de decisão proporciona, desse modo, o crescimento coerente e de qualidade do material evitando-se uma inadequação à finalidade da pesquisa.

Como condições que podem influenciar na seleção de materiais para a pesquisa jurídica, considera-se o campo de atuação jurídica, que consiste em um critério de seleção fazendo uma relação das várias denominações de sua abrangência que indicam a especialização (Direito Constitucional, Civil, Trabalhista, Empresarial, Processual, entre outros) nas instituições jurídicas tendo-se aí uma subdivisão como critério de seleção relacionadas ao assunto.

Uma consideração a ser realizada diz respeito à definição do usuário. Pode existir uma graduação dos critérios de seleção, sejam amplos ou específicos, considerando suas necessidades e as hierarquias da estrutura jurídica do poder judiciário.

Nesse contexto, as pesquisas jurídicas iniciaram o processo de seleção com pontuações amplas que são depois refinadas e adequadas a cada uma delas em particular. Essas considerações vão se referir ao assunto ao usuário, ao documento em si e ao seu valor.

Conforme exposto em Sousa, Sousa, Shintaku e Carvalho Neto (2023, *online*), o processo de seleção deve levar em consideração aspectos abrangentes, sendo posteriormente aperfeiçoados e ajustados conforme suas particularidades. Os referidos aspectos devem observar área, assunto, usuário, espécies de fontes de informação (físico ou digital), documentos, assuntos e importância frente ao tema de pesquisa. Além disso, em relação à pesquisa jurídica deve-se observar o ano de publicação dos documentos examinando sua eficácia e validade.

Observando-se os critérios de seleção adotados pelas bibliotecas, expostos em Vergueiro (2010), para seleção de fontes de informação, pode-se dizer que em relação ao estudante/pesquisador, deve-se observar os critérios que seguem, em relação ao conteúdo, usuário e outros aspectos adicionais:

Em relação aos critérios que abordam o conteúdo dos documentos, Vergueiro (2010, p. 18-21) traz como sugestão de inclusão em uma coleção os seguintes critérios:

- a) autoridade: procura garantir o nível de qualidade da obra por meio da reputação do autor, editor ou patrocinador;
- b) precisão: busca averiguar se a informação contida na obra é exata, rigorosa e correta. O bibliotecário pode precisar de apoio de um especialista na área;
- c) imparcialidade: busca analisar se os assuntos de uma obra são tratados sem desigualdades e sem favoritismos, verificando a existência de preconceitos;
- d) atualidade: este critério vai oscilar conforme a área de conhecimento da biblioteca, pois algumas áreas de conhecimento se desatualizam rapidamente, como as ciências exatas, em contraposição de outras como as ciências humanas, que valorizam obras antigas;
- e) cobertura/tratamento: está ligado à maneira como o assunto é abordado na obra. Um texto pode apresentar um assunto detalhadamente ou superficialmente, e ainda tentar cobrir todos os aspectos relevantes ou optar por deixar alguns de fora.

Em relação aos critérios que abordam a adequação ao usuário, Vergueiro (2010, p. 22-23) traz como sugestão de inclusão em uma coleção os seguintes critérios:

- a) conveniência: visa assegurar que as obras selecionadas sejam compreendidas pelo usuário. O bibliotecário precisa conhecer quais são as limitações e potencialidades do usuário;
- b) idioma: tem por objetivo garantir que o usuário conseguirá ler e compreender os trabalhos. O idioma do documento é acessível ao usuário;
- c) relevância/interesse: pretende assegurar que o documento é relevante ao usuário, levando em consideração sua experiência, bem como despertar sua imaginação e curiosidade;
- d) estilo: visa garantir que o estilo adotado seja apropriado ao assunto ou ao objetivo do texto.

Importa ressaltar, que todos esses critérios exigem que se conheça o usuário e/ou o assunto para que o material selecionado atenda as necessidades informacionais.

Em relação aos critérios relativos a aspectos adicionais do documento, Vergueiro (2010, p. 23-24) traz como sugestão de inclusão em uma coleção os seguintes critérios:

- a) características físicas: deve-se verificar os formatos e suportes disponíveis do material, garantindo a acessibilidade do usuário;
- b) aspectos especiais: requer a análise qualitativa das bibliografias, apêndices, notas, índices etc.;
- c) contribuição potencial: observar se o documento selecionado agrega valor quando visto no todo; cada obra selecionada deve apresentar novas perspectivas e/ou enriquecer a pesquisa/discussão;
- d) custo: viabilizar a aquisição do material.

Segundo Passos e Barros (2009), o processo de seleção de materiais de pesquisa revela complexidade exigindo senso crítico nas atividades a serem desenvolvidas, constituindo-se um conjunto de normas, critérios, procedimentos e decisões para a formação e atualização dos mesmos.

9. COMPREENDENDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO

As instituições geram informações de diversas naturezas de forma contínua, o que impacta diretamente na necessidade de aperfeiçoar a administração dos recursos de informação. Esse gerenciamento desempenha um papel essencial na criação das bases necessárias para as atividades de planejamento, controle, operação e tomada de decisões, tanto dentro quanto fora da instituição. Segundo Rodrigues e Blattmann (2014, p. 7), para isso, deve-se pensar inicialmente em “compreender o contexto nas quais as atividades gerenciais são realizadas”. Isso envolve a identificação das fontes de informação e das informações necessárias, permitindo assim a elaboração de um mapeamento abrangente das informações disponíveis, dos recursos de informação existentes, das unidades responsáveis e dos serviços e sistemas disponíveis.

Em seguida, a fim de fornecer aos usuários os dados essenciais em produtos e serviços, é necessário realizar várias etapas, incluindo a exploração do ambiente de informações, a categorização das informações, bem como a formatação e estruturação das mesmas (Rodrigues, Blattmann, 2014, p. 7). A partir dessas operações, dá-se o compartilhamento das informações em conformidade com as necessidades de seus usuários.

O contexto do conceito de fontes de informação pode ser considerado amplo, abarcando desde uma sofisticada tese de doutorado até o mais básico objeto informacional. Esse espectro engloba diversos tipos de materiais ou produtos que têm a capacidade de preservar sinais e vestígios, proporcionando elementos para preencher lacunas de informação (Morigi; Bonotto, 2006).

Segundo exposto em Shintaku, Sousa, Araújo e Vechi (2023, p. 14), as fontes de informação são instrumentos cujo objetivo consiste em permitir que sejam atribuídas à confiabilidade, especificidade, qualidade e completude dos dados à informações específicas, concernentes às necessidades dos usuários. Para os referidos autores:

A confiabilidade deve ser levada em consideração quando se relaciona a produção da informação e sua origem; a especificidade vincula-se a uma peculiaridade própria da necessidade do usuário; e a qualidade e completude da informação se refere ao tipo de fonte selecionada para busca de informações, de modo que, quanto mais oficial e autêntica for a fonte, mais qualidade e completude a informação apresentará (Shintaku; Sousa; Araújo; Vechi, 2023, p. 14).

O conceito de fonte de informação jurídica, está definido por Passos e Barros (2009, p. 122), e pode ser compreendido como local onde pesquisador pode adquirir informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, “[...] podendo ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referências, serviços e sistemas de informação, base de dados, etc.”.

Em termos de volume de informações disponíveis, a título ilustrativo, em relação à edição de normas no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT (2022, *online*), desde a Constituição Federal de 1988 até setembro de 2022, foram editadas sete milhões, cento e vinte e nove mil e setenta e quatro normas:

[...] desde 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da atual Constituição Federal), até agora (base 30/09/2022), foram editadas 7.129.074 (sete milhões, cento e vinte e nove mil e setenta e quatro) normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 575 normas editadas todos os dias ou 829 normas editadas por dia útil.

Em termos de normas federais foram editadas em 34 (trinta e quatro) anos de Constituição Federal, 14,64 normas federais por dia ou 21,13 normas federais por dia útil, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 - Normas Federais editadas nos 34 anos de Constituição Federal.

QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS - 33 ANOS DA CF DE 1988		
NORMAS FEDERAIS	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1	1
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO	6	-
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	125	18
LEIS DELEGADAS	2	-
LEIS COMPLEMENTARES	137	60
LEIS ORDINÁRIAS	6.709	1.171
MEDIDAS PROVISÓRIAS ORIGINÁRIAS	1.745	274
MEDIDAS PROVISÓRIAS REEDITADAS	5.491	1.674
DECRETOS FEDERAIS	14.014	1.728
NORMAS COMPLEMENTARES*	153.412	33.614
TOTAL	181.642	38.540
MÉDIA POR DIA	14,64	3,11
MÉDIA POR DIA ÚTIL	21,13	4,48

Fonte: IBPT (2022, *online*).

Percebe-se que as fontes de informação podem ser concebidas em diferentes dimensões e formas de atuação. Pode-se dizer, segundo Choo (2003, p. 79): “[...] Um grande número de critérios pode influenciar a seleção e o uso das fontes de informação, [...] muitos grupos de usuários preferem fontes locais e acessíveis, que não são, necessariamente, as melhores”. Para o referido autor o acesso à fonte seria mais importante que sua qualidade. Nesse contexto, torna-se essencial procurar fontes especializadas, pois a coleta de dados está intrinsecamente relacionada à identificação dos problemas enfrentados, às necessidades e aos desafios que possam surgir.

Para garantir resultados confiáveis, torna-se fundamental que o aluno/pesquisador saiba onde buscar as fontes de informação apropriadas. Isso geralmente começa com a busca de fontes primárias, embora a estratégia ideal possa variar dependendo do contexto da pesquisa, às vezes envolvendo fontes terciárias, como a pesquisa *in loco*, com base na delimitação do escopo da pesquisa. Isso tem o propósito de filtrar as informações e direcionar a pesquisa para atender às necessidades de identificação de problemas, desafios e necessidades.

Passos e Barros (2009, p. 122), destaca que

[...] os sistemas de informação e as bases de dados desempenham um papel fundamental tanto para os bibliotecários quanto para os usuários finais na busca e recuperação de informações jurídicas.

As fontes de informação podem ser primárias, secundárias e terciárias. As fontes primárias, segundo Passos e Barros (2009, p. 121), consistem naquelas que contém a informação em sua forma originária, considerados “[...] documentos de transmissão em primeira mão”. Já as fontes secundárias, compreendem aquelas que contém informações retiradas das fontes primárias e são organizadas em forma de dicionários, enciclopédias, bibliografia, entre outras. E, as fontes terciárias, compreendem as fontes capazes de guiar o usuário para as fontes já mencionadas, envolvem *catálogos online*, bibliografias de bibliografias.

Nessa senda, evidencia-se a importância em compreender o conceito de informação jurídica, objeto das fontes a serem analisadas e indicadas em um rol extensivo de caráter exemplificativo que servirá de consulta aos pesquisadores/estudantes na realização de pesquisas no âmbito jurídico.

10. A INFORMAÇÃO JURÍDICA

Diante da dificuldade em definir o conceito de informação jurídica, Passos (1994) adota uma abordagem pragmática. Nesta perspectiva, a autora considera como informação jurídica aquela que auxilia o receptor na tomada de decisões, enfatizando a influência da mensagem sobre o receptor.

Portanto, Passos (1994, p. 363) define informação jurídica como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juizes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Para Guimarães (1999, p. 11)

A informação jurídica pode ser definida pelo conjunto de conteúdos pertencentes ao universo conceitual das Ciências Jurídicas, que se expressam por meio das formas documentárias reveladoras da atuação jurídica.

Passos e Barros (2009) complementam que a informação jurídica pode ser analítica, normativa e interpretativa. A informação jurídica analítica refere-se ao conteúdo doutrinário, que envolve um grande volume de documentos em face da necessidade de interpretar novas normas que auxiliam os operadores do direito em sua atividade prática. Para Sousa (2012), essa modalidade de informação jurídica compõe-se de estudos e teorias desenvolvidas pelos juristas, com o objetivo de sistematizar e interpretar as normas vigentes e de conceber novos institutos jurídicos, advindos por momentos históricos.

Para Guimarães (1999, p. 41):

[...] a doutrina consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas. É na doutrina que, em última análise, se encontra a preocupação com o caráter científico da informação jurídica, através do estabelecimento de conceitos, definições, estruturas e princípios para os institutos expressos na legislação e aplicados a casos concretos na jurisprudência.

A normativa, por sua vez, é exclusivamente produzida por órgãos estatais competentes, sendo pública e acessível a todos, e única em sua natureza, pois cada dispositivo legal possui um caráter normativo específico e insubstituível (Passos, 1994). Segundo Passos e Barros (2009), a informação jurídica normativa compreende o grande volume de produção de normas jurídicas; Guimarães (1999, p. 43) acrescenta afirmando que “A legislação corresponde, materialmente, ao conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente”. Portanto, a legislação, que inclui leis e regulamentos, representa a estrutura normativa formal estabelecida por órgãos legislativos ou governamentais.

Já a informação interpretativa, também pública, é primordialmente representada pela jurisprudência, caracterizando-se pelas interpretações das leis feitas pelos tribunais em suas decisões, que servem como guias para a aplicação do direito em casos similares. A informação jurídica interpretativa, portanto, refere-se ao conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada matéria jurídica, servindo como uma fonte interpretativa vital, em que a aplicação da lei em casos específicos estabelece precedentes que orientam futuras decisões judiciais e a prática legal.

A informação jurídica é, portanto, crucial para a promoção da cidadania, fornecendo aos profissionais do direito a base para análises e decisões que moldam a regulamentação da vida em sociedade. Passos (1994, p. 363) reforça essa perspectiva ao afirmar que a ciência do direito “[...] abrange, praticamente, todas as facetas da vida humana, mesmo antes do seu nascimento até depois da sua morte”. O direito, assim, desempenha um papel fundamental na regulação das complexas relações humanas e na manutenção da ordem social, destacando a importância da informação jurídica não apenas para os profissionais do direito, mas para a sociedade como um todo.

10.1 A Doutrina

Doutrina, do latim *doctrina*, significa instruir e ensinar. Dita muito brevemente, Doutrina, no âmbito jurídico, refere-se ao conjunto de estudos, reflexões e interpretações realizadas por operadores da área do Direito. Esses estudos são geralmente compilados e publicados em livros, artigos ou outros formatos acadêmicos. Nas palavras de Sousa (2012), a doutrina, no contexto jurídico, atua simultaneamente como uma fonte de direito e uma fonte de informação. É composta por estudos e teorias elaboradas por juristas, cujo propósito é organizar e interpretar as normas em vigor, além de criar novos conceitos jurídicos em resposta às demandas do contexto histórico atual. A doutrina desempenha um papel crucial na interação entre informação e direito. Tem função criadora quando introduz novos termos, conceitos, teorias e instituições no âmbito jurídico. Tem função ou aplicação prática quando o jurista começa com a tarefa de sistematização, que é a base para a interpretação e compreensão do significado da informação e o escopo das leis que a definem. Finalmente, na sua função crítica, é por meio do diálogo e confronto entre diferentes teorias e opiniões, e o choque entre variadas correntes de pensamento, que se cria um instrumento eficiente para a governança dos interesses sociais.

Orlando Gomes (1997, p. 64, grifo nosso), reconhece uma interconexão entre ensino, legislação e jurisprudência que são influenciadas pela doutrina:

Pelo ensino, formam-se os magistrados e advogados, que se preparam para o exercício das profissões pelo conhecimento dos conceitos e teorias indispensáveis à compreensão dos sistemas de direito positivo. Inegável, por

outro lado, a influência da obra dos juristas sobre os **legisladores**, que, não raro, vão buscar no ensinamento dos doutores os elementos para legislar. E, por fim, notável a sua projeção na **jurisprudência**, não só porque proporciona fundamentos aos julgados, como porque, através da crítica doutrinária, se modifica frequentemente a orientação dos tribunais.

Quando ministrada nas faculdades de direito, a doutrina não se limita apenas aos textos escritos por juristas e acadêmicos, mas ela abrange as lições, interpretações e discussões que ocorrem no ambiente acadêmico. Nesse sentido, a doutrina compreende um corpo vivo e dinâmico de conhecimento moldado e influenciado pela maneira como os professores de direito apresentam e debatem seu conteúdo com os futuros operadores do direito. Portanto, nesse ambiente, ela contribui para a formação de novos juristas, influenciando como eles compreendem e aplicam o direito nas suas carreiras. Além disso, as escolas de direito são o ambiente onde as mudanças e desafios atuais da legislação são discutidas, analisadas, mantendo a doutrina relevante e atualizada.

Os legisladores são influenciados pela doutrina, conforme explicado por Orlando Gomes (1997) pela influência e pelo papel que a doutrina jurídica exerce sobre o processo de formulação e elaboração das leis. Ela guia os legisladores na criação de novas leis. As contribuições de juristas e acadêmicos, suas críticas, pesquisas e opiniões ajudam a moldar a legislação, oferecendo diretrizes baseadas em princípios jurídicos sólidos, considerações éticas e sociais, alinhadas com os valores e necessidades da sociedade.

Os juízes têm na doutrina referência valiosa para tomada de decisões. A doutrina serve como um guia ou fonte de consulta para os juízes para interpretação, clareza, fundamentação teórica e perspectivas sobre um problema jurídico, oferecendo subsídios teóricos para decisões informadas e ponderadas.

10.2 A Legislação

A legislação, segundo Andreta (2004), representa uma fonte formal do direito, cuja autoridade é conferida pela Lei de Introdução ao Código Civil. Trata-se de um conjunto normativo que tem papel crucial na estruturação

e no fornecimento de informações jurídicas e é indispensável que os operadores do direito e os bibliotecários jurídicos conheçam a estrutura interna do texto legal para a interpretação e aplicação corretas das leis assim como para a eficiente recuperação da informação jurídica. A legislação é composta por diversos elementos, como preâmbulos, artigos, parágrafos e incisos, cada um com uma função específica na comunicação das normas e diretrizes legais. Além disso, cabe ressaltar a característica dinâmica da legislação, sujeita a constantes atualizações, o que exige um acompanhamento contínuo dos profissionais envolvidos.

Nesse cenário, o processo de divulgação de atos legais é uma etapa crucial na aplicação e no cumprimento da legislação. Como destacado por Passos e Barros (2009), o acesso à informação jurídica normativa se apoia em três pilares fundamentais: a obrigatoriedade da publicação das normas jurídicas, a exigência de que todas as normas jurídicas sejam conhecidas, e o grande volume de normas jurídicas que são editadas diariamente.

A legislação é um veículo tanto de informações formais, em termos de estrutura e apresentação, quanto de conteúdo substancial, encapsulando o espírito e os objetivos do Direito. De acordo com Sousa e Dias (2017, p. 35):

No caso da lei [como informação jurídica], pode ser observada como suporte de significados do termo informação, no seu sentido formal/material, que além de atender os requisitos de forma, possui conteúdo próprio do Direito.

10.3 A Jurisprudência

A jurisprudência, conforme descrito por Passos e Barros (2009), pode ser entendida como uma ciência da lei, que se fundamenta na aplicação e interpretação de conhecimentos legislativos e princípios jurídicos para resolver disputas legais. A jurisprudência é um processo de aplicação da lei e também uma prática interpretativa que envolve a análise crítica e contextual de casos judiciais. Os juízes, ao decidirem sobre casos específicos, não apenas aplicam as leis existentes, mas também consideram diversos fatores, como precedentes legais, princípios éticos, normas sociais e o contexto específico de cada caso. Este processo de deliberação e interpretação é o que confere à jurisprudência seu caráter de ciência da lei. De acordo com Sousa e Dias

(2017, p. 36), “A informação, no caso da jurisprudência, pode ser tratada no sentido das particularidades de cada caso concreto submetido ao crivo da justiça, dentro das normas específicas aplicadas”.

Assim como a legislação, a jurisprudência é caracterizada por sua natureza dinâmica e evolutiva. As decisões dos tribunais superiores estabelecem precedentes que podem orientar a resolução de casos futuros, criando uma orientação jurídica consistente e, até certo ponto, conferindo segurança jurídica, ou seja, estabilidade e previsibilidade do direito. Assim, a jurisprudência não só orienta a aplicação das leis, mas também facilita a compreensão dos direitos e deveres dos indivíduos, influenciando a adaptação do direito às mudanças na sociedade e na cultura.

10.4 O conceito jurídico de informação e o conceito de informação jurídica

Conforme exposto em Sousa (2012, p. 26)

[...] o avanço da informação no último século tem sido evidente, sendo o termo informação percebido como um termo complexo, de múltiplas acepções e riquezas semânticas, para a Ciência da Informação.

Ao tratar dos conceitos que envolvem a informação no âmbito jurídico, inicialmente, se faz necessário esclarecer que não se pode confundir o conceito jurídico de informação com o conceito de informação jurídica, pois estes apresentam particularidades distintas.

Na análise do que se compreende por conceito jurídico de informação, deve-se levar em consideração as propriedades e o comportamento próprios da informação, a partir do papel que a informação exerce no direito, sopesando a importância que ocupa nas fontes do direito, quais sejam, a lei, os costumes, a analogia, os princípios gerais do direito, a doutrina, a jurisprudência e a equidade, tendo a função de desempenhar a manutenção da ordem jurídica fundamental no país, apresentando-se como pressuposto dessa função a sua supremacia, por ter previsão constitucional.

No entendimento de Sousa (2012, p. 31-32), a informação, assim como o direito, está subentendida em cada ação do homem que se relacione com

outro homem, não existindo senão na sociedade. O referido conceito se funda sobre dois aspectos, quais sejam, o primeiro, implícito, que depende da relação entre o sujeito e o signo (informação), em que este depende da relação entre sujeitos, e o segundo, explícito, que se externaliza num movimento dialógico da comunicação, de modo que a mensagem é mediada pela linguagem.

Desse modo, segundo a autora, a informação deve ser vista a partir do mundo construído, daquilo que o homem acrescenta à natureza, através do conhecimento de suas leis, nas relações interpessoais onde ocorre transmissão ou disseminação da mesma. E, sendo o direito que regula todas as formas de relações humanas, o conceito jurídico de informação, pode ser compreendido como:

[...] um fenômeno jurídico implícito em cada comportamento do homem, externalizado através de uma mensagem, que o receptor recebe e reproduz, assumindo forma ou estado individualizado da matéria, incorporando-a e moldando-a em cada ramo do direito que a define em suas respectivas particularidades (Sousa, 2012, p. 32, grifo do autor).

A informação é *um fenômeno jurídico implícito em cada comportamento do homem* pois toda ação ou comportamento humano tem uma dimensão informativa que pode ser relevante do ponto de vista jurídico. Por exemplo, quando uma pessoa publica algo *online* ou simplesmente conversa com outra pessoa está transmitindo informações que podem ter implicações legais. Outro aspecto da definição é que a informação é *externalizada através de uma mensagem*, ou seja, é expressa ou comunicada atendendo a uma perspectiva dialógica “[...] de modo que a mensagem é mediada pela linguagem” (Sousa; Dias, 2017, p. 37); *recebida e reproduzida pelo receptor* expressa que a informação não existe isoladamente, ela requer um receptor que a perceba, interprete e possivelmente a dissemine, trazendo implicações relacionadas ao direito autoral, por exemplo. Ainda, a informação assume *forma ou estado individualizado da matéria*, afirmando que a informação adquire uma forma concreta ou tangível como um documento escrito ou uma gravação de áudio e em se tratando do estado individualizado, reporta-se à área jurídica ao qual a informação se origina. A *incorporação e moldagem em cada ramo do direito* nos leva a concluir que a informação é moldada e definida de diferentes maneiras dependendo do ramo do direito. Por

exemplo, no direito penal, informação pode ser uma evidência de um crime, enquanto no direito empresarial a informação pode ser um segredo empresarial. Finalmente, o conceito enfatiza que cada área do direito define a informação de acordo com suas necessidades e seus princípios específicos. Em direito civil, em casos de difamação, por exemplo, a natureza e o impacto das informações divulgadas são analisadas para determinar se há danos à reputação, informações sobre impactos ambientais de atividades industriais são críticas em direito ambiental, ou ainda no âmbito empresarial, as informações oriundas do estudo dos tipos societários, divergem das informações tratadas no âmbito de direito falimentar e do direito de propriedade industrial e outros ramos do direito definem a importância das informações de acordo com as suas particularidades e especificidades.

10.5 Elementos caracterizadores da informação jurídica

Martinho (2004) destaca as peculiaridades da informação jurídica, ressaltando seu vasto volume e rápida desatualização devido ao contínuo surgimento de novas leis e áreas do direito. Ele observa a diversidade de fontes e a proliferação de suportes de informação como bases de dados e internet. Além disso, aponta a interação da informação jurídica com diversas áreas do conhecimento, o exigente e variado público-alvo, e a necessidade de precisão e rigor tanto na conservação quanto na transmissão dessas informações, para assegurar sua correta utilização e confiabilidade.

Além das características diferenciadoras levantadas por Martinho (2004), podemos incluir algumas características diferenciadoras sob o prisma de quem cria as informações, da sua forma e do seu conteúdo, além de a informação jurídica poder ser considerada complexa.

A informação jurídica analítica, normativa e interpretativa é criada por diferentes operadores do direito, que contribuem com sua *expertise* específica. No caso da informação normativa, esta é elaborada pelo legislador e seus assessores, refletindo o processo legislativo e a criação de novas leis e regulamentos. Assim, a informação jurídica normativa estabelece as leis e regras que regem a sociedade, delineando os limites e as obrigações legais.

Por outro lado, a informação jurídica analítica é produzida principalmente por acadêmicos e estudiosos do direito. Esses operadores do direito se

dedicam ao estudo aprofundado das leis, sua evolução histórica, implicações sociais e conexões com outras áreas do conhecimento. Essa análise crítica e teórica contribui para a compreensão mais ampla do direito e para o desenvolvimento de novas interpretações e abordagens jurídicas.

Já a informação interpretativa é criada por juízes e advogados, entre outros operadores, nas diferentes instâncias do sistema judiciário. Essa categoria de informação se destaca pela aplicação prática das leis em casos concretos, envolvendo a interpretação e aplicação das normas jurídicas a situações específicas. As decisões judiciais e as argumentações levantadas pelas partes são exemplos desse tipo de informação, que desempenha um papel vital na evolução da jurisprudência e na administração da justiça.

Além dessas fontes, órgãos auxiliares da justiça, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, também produzem informações jurídicas relevantes. O Ministério Público, por exemplo, atua na fiscalização da aplicação da lei e na defesa dos interesses da sociedade, enquanto os Tribunais de Contas se dedicam à fiscalização contábil, financeira e orçamentária das entidades públicas.

A criação da informação jurídica por operadores do direito, de fato, confere a ela características distintivas tanto com relação à sua forma quanto ao seu conteúdo. Essas características refletem a natureza especializada e formal do direito.

No que se refere à forma, a informação jurídica segue padrões estruturais específicos. Por exemplo, as leis são tipicamente organizadas em um preâmbulo ou caput, seguido de artigos, parágrafos, incisos e alíneas. Esta estrutura organizacional não é meramente estética; ela facilita a clareza, a precisão e a sistematização do texto legal. A consistência na forma também busca facilitar a interpretação e a aplicação das leis, garantindo que os operadores do direito e o público possam compreender e seguir as disposições legais de maneira eficiente.

Quanto ao conteúdo, a informação jurídica muitas vezes se utiliza de uma linguagem técnica e específica. Este uso de terminologia especializada, incluindo termos jurídicos e jargões, é essencial para a precisão e exatidão no campo do direito. No entanto, essa característica também pode tornar o texto legal menos acessível para pessoas sem formação jurídica.

Finalmente, a informação jurídica é complexa, complexidade no sentido preconizado por Morin e Lisboa (2007). A informação jurídica deve ser entendida como complexa por suas raízes históricas, pelos princípios do direito que nortearam a sua criação, e pelos precedentes legais. As informações jurídicas são o resultado de processos históricos, movimentos sociais, mudanças culturais e políticas, e debates éticos. Essa interconexão com o passado e com os valores da sociedade é essencial para entender por que certas normativas foram criadas e como elas se destinam a operar, como são interpretadas e discutidas.

Assim, a informação jurídica não deve ser vista isoladamente, mas sim como parte de um sistema interligado. A natureza complexa da informação jurídica demanda um olhar especializado e contextual, essencial para sua interpretação e aplicação.

11. CAMINHOS PARA A PESQUISA JURÍDICA

Nobre (2004) fez um diagnóstico da pesquisa em Direito no Brasil. O autor afirma que há um relativo atraso do domínio, se comparado com as demais áreas das ciências humanas. O autor indica dois fatores para tal constatação: a não diferenciação entre prática profissional, pesquisa científica e ensino e o isolamento do Direito. Essa mesma pesquisa enfatiza que o ensino jurídico não se fundamenta em pesquisas, mas em resultados da prática jurídica profissional (do advogado, juiz, promotor), estreitando a concepção de teoria jurídica presente na produção nacional (Nobre, 2004). Tal constatação está diretamente ligada ao padrão predominante de argumentação da produção científica em direito, totalmente fundamentada no modelo de parecer.

De um outro ponto de vista, Fragale Filho e Veronese (2004, p. 67) discordam da hipótese do atraso em relação às outras áreas (Nobre, 2004). Todavia, eles sustentam que o que é chamado pelo autor de “atraso”, consiste na ausência de uma reflexão epistemológica e metodológica mais consistente na área jurídica.

Araújo e Schiocchet (2021) analisaram de que forma são mobilizados os recursos metodológicos de teses defendidas de 2017 a 2019 no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, mediante a identificação da presença ou ausência dos itens obrigatórios (tema, objetivo, método, discussão e conclusão) nos seus resumos. A partir dessa pesquisa, constatou-se que há fragilidade metodológica e, portanto, científica na escrita dos resumos, uma vez que apenas 10 teses de um total de 45

analisadas continham a representação de todos os recursos metodológicos (tema, objetivos, métodos, resultados/conclusões. Por meio dessa pesquisa, também foi constatado na prática o que Nobre (2004) afirmou. Há uma indistinção entre a escrita da prática profissional e a teoria/pesquisa acadêmica e também observou-se que a escrita seguindo o “modelo de parecer” está presente nas teses analisadas na pesquisa.

Em outra pesquisa recente, Fabiani e Tormin (2023) constataram dois grandes problemas em projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão apresentados ao mestrado profissional do programa da FGV Direito: a falta de domínio de metodologia de pesquisa e o desconhecimento quanto ao papel da pesquisa jurídica no contexto mais amplo das ciências humanas.

Por reconhecer essas fragilidades, este capítulo tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da pesquisa jurídica com um olhar mais apurado para o seu desenvolvimento e a produção de conhecimento científico.

Portanto, cabe ressaltar que a Ciência envolve o conjunto de conhecimentos metodologicamente sistematizados e testados para apresentação de resultados. Em relação às ciências jurídicas, deve-se compreendê-las como “[...] atividade intelectual que tem por objeto o conhecimento racional e sistemático dos fenômenos jurídicos, enquadrando-se então num conhecimento unívoco e não variado” (Sparemberger, 2000, p. 89). E se distingue “[...] pelo seu método e também pelo seu objeto” (Diniz, 2009, p. 27).

Segundo Minayo (2012, p. 16), a pesquisa constitui “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Para Lakatos e Marconi (2009, p. 43), “A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais [...]”. As referidas autoras ainda esclarecem que, “[...] é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos” (Lakatos; Marconi, 2009, p. 43).

Diante disso, para o delineamento da pesquisa torna-se necessário observar alguns elementos importantes para seu desenvolvimento, conforme expostos no Quadro 4:

Quadro 4 - Delineamento da Pesquisa

Pesquisa	Para que pesquisar?	“Resolver problemas, gerar teorias e avaliar teorias existentes” (Richardson, 2012, p. 16)
Tema	Definição do tema	Deverá ser indicado de maneira concisa e pode ter uma breve contextualização
Problema de pesquisa	O que pesquisar?	<p>Questão não resolvida se pretende buscar uma solução (Gil 2006; Rodrigues, 2017).</p> <p>Principais regras para formulação do problema (Gil, 2006, p. 54):</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Deve ser formulado como pergunta • Deve ser claro e preciso • Deve ser delimitado a uma dimensão viável (não pode ser amplo, impossível de ser investigado)”. <p>É a partir da definição cautelosa do problema que o pesquisador ou a pesquisadora serão capazes de delimitar o objeto da pesquisa (Bufrem; Alves, 2020).</p>
Hipótese		São informações provisórias ou uma solução possível referente ao problema colocado em estudo (Santos, 2004). Podem ser confirmadas ou refutadas.
Objetivos	Para que pesquisar?	<p>O objetivo geral constitui o “resultado intelectual” a ser obtido no final da pesquisa (Santos, 2004).</p> <p>“Os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessários à realização do objetivo geral” (Deslandes, 2012, p. 45).</p>
Metodologia	Como pesquisar?	Os métodos e as técnicas devem ser descritos em tópicos separados, sendo fundamentada sua adequação e reconhecidos os seus limites na produção de dados. Explica o passo a passo da pesquisa, desde a sua concepção, análise e disseminação.

Justificativa	Por que pesquisar?	Trata-se de uma exposição sucinta das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática (Marconi; Lakatos, 2009). É importante informar a justificativa pessoal, social e científica para a realização da pesquisa.
Revisão da literatura	Elemento Textual	Trata-se da introdução teórica do problema, abordando sua relação com o que já foi explorado anteriormente. Torna-se necessário elucidar os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa, assim como <i>insights</i> provenientes de investigações prévias. É um processo de caráter mais exaustivo de busca, visando a levantar o material necessário e pertinente para que se processe a análise e interpretação dos dados que comprovarão hipóteses ou suportarão as ideias defendidas (Bufrem, 2011). A revisão da literatura representa o referencial teórico da pesquisa.
Referências	A partir de quais fontes?	Elemento obrigatório. Existe uma enorme variedade de fontes que podem ser utilizadas nas diferentes fases da pesquisa. A observância às regras de normalização (ABNT, APA, etc.) também deve ser observada para padronização e garantir a preservação do direito autoral.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O campo de pesquisa em Direito constitui-se de abundante e ampla fontes de pesquisa que devem ser observadas, desde que se trata de fontes confiáveis, completas e atualizadas. Sobre as fontes de pesquisa jurídica, Bittar (2022, p. 76), esclarece que a atividade de pesquisa se concretiza com a atividade de busca e necessidade de informação no sentido de aquisição do conhecimento científico. Para o referido autor “[...] essa busca se instrumentaliza e se torna real sobre fontes de pesquisa, que se constituem de todo o material existente, à disposição ou a ser descoberto, que é capaz de guardar informações a serem estudadas” (Bittar, 2022, p. 76).

A partir da sugestão de Peritz (2016) para o processo de pesquisa jurídica, é possível apresentar os passos para o seu desenvolvimento:

1. **identificar fatos e questões relacionadas ao objeto da pesquisa:** compreender qual é o tema da pesquisa. Se a pesquisa foi solicitada por outra pessoa, é importante fazer todas as perguntas necessárias para esclarecer o objeto da pesquisa.
2. **definir o escopo da pesquisa:** considerar qual documento será produzido, quanto tempo será necessário, quais documentos serão consultados.
3. **estabelecer um plano de pesquisa:** responder perguntas como: O que será pesquisado? Por que será pesquisado? Como será pesquisado?; criar uma lista de palavras-chave que auxiliarão na coleta de dados para a revisão da literatura e, para tanto, usar dicionários, enciclopédias, tesouro, *websites*, consultar um colega, etc.; determinar qual legislação se aplica (legislação federal/estadual, civil/criminal).
4. **usar fontes de informação secundárias:** fontes como livros, artigos, comentários, etc., auxiliarão no processo de compreensão do objeto da pesquisa e conduzirão a fontes de informação primárias.
5. **acessar as fontes de informação primárias:** acessar bases de dados e revisar as fontes primárias localizadas por meio das fontes secundárias. Buscar outras fontes de informação primárias que possam auxiliar na pesquisa.
6. **desenvolver a pesquisa:** utilizar as fontes encontradas que respondem à pesquisa e produzir o documento (artigo, tese, dissertação) ou elaborar a resposta que gerou a pesquisa.

Toda e qualquer pesquisa científica necessita do delineamento apresentado no Quadro 4. Entretanto, como boa parte das pesquisas no domínio do direito são pesquisas teóricas ou pesquisas bibliográficas, compreende-se que é importante orientar quanto ao passo a passo para a sua realização, o que dará subsídio para a escrita da pesquisa como um todo, seja como um artigo, dissertação ou tese.

Figura 3 – Pesquisa Bibliográfica



Fonte: Adaptado de Marconi; Lakatos (2022, p. 47) e Rodrigues; Neubert (2023, p. 72).

A partir da representação da Figura 3 são descritas as etapas da pesquisa bibliográfica, a seguir.

Escolha do tema: este é o primeiro passo para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. A escolha do tema e sua delimitação se dá por meio da construção e definição do problema de pesquisa, uma das fases mais significativas do processo de pesquisa (Bufrem; Alves, 2020). “O tema de pesquisa é um assunto mais amplo, circunscrito a uma área científica, que se deseja conhecer e que necessita de um aprofundamento, especificação e delimitação” (Bufrem; Alves, 2020, p. 24). É importante destacar que o tema escolhido seja relevante acadêmica e socialmente. É desejável que o tema seja do interesse do pesquisador, entretanto, outros fatores também devem ser observados, como a disponibilidade de conhecimento sobre o assunto para auxiliar na fundamentação da pesquisa (Bufrem; Alves, 2020).

Levantamento Bibliográfico: consiste na identificação das publicações sobre determinado assunto ou autor em bases de dados e outras fontes de informação (Araújo, 2014, p. 3). Ao planejar o levantamento bibliográfico é preciso considerar as questões do Quadro 5.

Quadro 5 – Perguntas a considerar para o levantamento bibliográfico

PERGUNTA	DESCRIÇÃO
O que pesquisar?	Considerar o tema, abrangência geográfica e temporal, tipos de documentos que pretende buscar.
Onde pesquisar?	Definir as bases de dados, catálogos, entre outras fontes que serão consultadas.
Como pesquisar?	Definir as palavras-chave e utilizar os operadores booleanos para a busca.

PERGUNTA	DESCRIÇÃO
Como organizar a pesquisa?	Escolher o gerenciador bibliográfico que utilizará para a organização da pesquisa ou outro método da sua escolha.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O levantamento bibliográfico é uma parte muito importante da pesquisa bibliográfica e deve ser descrito detalhadamente na seção que apresenta a trajetória metodológica da pesquisa. Cada uma das respostas às perguntas apresentadas no Quadro 5 devem ser respondidas por meio da descrição mencionada anteriormente. No Quadro 6 apresenta-se um exemplo de descrição de levantamento bibliográfico.

Quadro 6 – Exemplo de levantamento bibliográfico

Elemento da Pesquisa	Descrição	Perguntas às quais responde
Tema	Meios alternativos de solução de conflitos no Brasil e Estados Unidos.	O que pesquisa?
Abrangência geográfica e temporal, tipos de documentos	Brasil; Estados Unidos 2000-2023 Artigos científicos; Livros	O que pesquisa?
Fontes de Informação	Base de Dados Lens.org <i>RT online</i> Biblioteca Fórum	Onde pesquisar?
Estratégia de Busca	“alternative dispute resolution” <i>AND</i> (technology OR internet) <i>AND</i> (Brazil OR United States)	Como pesquisar?
Softwares	Zotero; Excel	Como organizar a pesquisa?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Já em relação às estratégias de busca, é importante observar a escolha dos termos, das bases de dados e dos *operadores booleanos*, de forma a recuperar

com mais precisão os documentos sobre o assunto a ser pesquisado. Nesse sentido, a seleção criteriosa de termos, demanda análise para identificar sinônimos, variações linguísticas e termos relacionados. Além disso, a escolha das bases de dados é estratégica; compreender suas peculiaridades e especializações amplia as chances de encontrar informações pertinentes. A utilização dos operadores booleanos, como *AND*, *OR* e *NOT*, permite refinar a busca, ajustando a relevância dos resultados. Não menos importante, o uso de filtros temporais, geográficos ou de tipo documental garantem maior refinamento no levantamento das fontes de informação pertinentes. Picalho, Lucas e Amorim (2022) explicam detalhadamente o uso dos operadores booleanos.

Análise e interpretação: consiste, inicialmente, na seleção dos documentos que comporão a análise e interpretação a partir dos documentos encontrados no levantamento bibliográfico. Essa análise, geralmente, é feita a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos documentos recuperados. Uma vez selecionados os documentos, eles serão lidos na íntegra para possibilitar a análise e interpretação partindo dos objetivos geral e específicos da pesquisa. Essa leitura deve ser acompanhada de minuciosa organização por meio de fichamento e outras técnicas de anotações de modo a ter o material de análise para a redação do documento.

Redação: esta é a última etapa da pesquisa bibliográfica e deve-se observar os requisitos de redação de texto científico para transmitir os achados da pesquisa de modo a comunicar os resultados encontrados. Segundo Rodrigues e Neubert (2023, p. 94) o objetivo da redação científica “[...] é comunicar os registros do conhecimento científico, o detalhamento de informações sobre as pesquisas para que elas possam ser avaliadas e criticadas na fase de avaliação pelos pares [...]”. Além disso, para que sejam “[...] utilizadas na produção de novos conhecimentos, sendo reconhecidas e citadas depois de publicadas” (Rodrigues; Neubert, 2023, p. 94).

Neste capítulo problematizou-se o modelo de pesquisa desenvolvido no domínio do direito de forma breve e, partindo da compreensão que muitas pesquisas bibliográficas são desenvolvidas pelos pesquisadores do domínio, apresentou-se detalhadamente as etapas desse tipo de pesquisa. Entretanto, cabe destacar que é crescente o movimento pelo desenvolvimento de pesquisas empíricas e de outras naturezas, com relação aos procedimentos, neste domínio. Tal fato leva a uma reinvenção do campo e busca por aplicação de diferentes técnicas para alcançar os objetivos das pesquisas e diversificar o modo de produção do conhecimento.

12. AS RELAÇÕES ENTRE DIREITOS AUTORAIS, USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Na sociedade, o indivíduo por meio de sua conduta produz diuturnamente elementos a partir dos quais se constrói um sistema simbólico de caráter coletivo. Essa construção se dá no âmbito dos seus interesses que se manifestam por meio da busca de satisfação de suas necessidades, em uma dimensão coletiva.

Desse modo, diante das transformações ocorridas a partir da Segunda Guerra Mundial com a denominada explosão informacional advinda com os avanços tecnológicos, o direito autoral tem vivido o dilema de sua complexidade e necessidade de adequações frente a interesses na proteção de lacunas que impedem a abrangência da diversidade das criações humanas. Surgindo entre estas, as criações que podem vir a se constituírem bens no âmbito da inteligência artificial.

Segundo Schwab e Davis (2018, p. 21), a inteligência artificial compõe as tecnologias digitais que constituem a Quarta Revolução Industrial, são consideradas verdadeiramente disruptivas e subvertem as formas existentes de sentir, organizar, agir e cumprir acordos, representando maneira inteiramente nova de criação de valores para as organizações e para os cidadãos. Para o referido autor, a atuação humano-máquina cria preocupações sobre o papel do conhecimento especializado das pessoas e até onde a inteligência e o discernimento humano seriam necessários para realização de tarefas que podem ser realizadas por sistemas automatizados.

A inteligência artificial (IA), segundo exposto pela *OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development* (2019, online), tem se desenvolvido desde os anos de 1950 a partir do pensamento de Alan Turin sobre se as máquinas poderiam pensar. A partir de 2011, os avanços de *Machine Learning* (Aprendizado de Máquina), e um subconjunto de IA (inteligência artificial) que usa uma abordagem estatística vem melhorando a previsibilidade de uso de dados históricos por máquinas.

A inteligência artificial envolve dois campos específicos que necessitam ser diferenciados, a saber, *Machine Learning* e a *Deep Learning*. Segundo Shinohara (2018, p. 40), o aprendizado de máquina “[...] é a área da ciência da computação que estuda a melhor forma de ensinar computadores a aprender, exercendo funções de forma natural, sem parecer que foram programados para isso”. Indo mais além, a autora expõe que a aprendizagem de máquina se compõe por uma combinação de tecnologias que permitem a tomada de decisão por computadores com a ajuda de algoritmos que reconhecem padrões tornando-se capazes de realizar previsões. Em relação ao *Deep Learning*, conhecido como aprendizado profundo, segundo Shinohara (2018, p. 41), compreende “[...] uma técnica de *machine learning* composta por uma rede neural artificial, uma versão matemática de como uma rede neural biológica funciona, composta de camadas que se conectam para realizar tarefas de classificação”.

Nessa perspectiva, a inteligência artificial pode executar procedimentos ou atividades com capacidade de percepção, aprendizado, compreensão, raciocínio e resolução de problemas, conforme humanos. E sua artificialidade se dá na execução dessas atividades sem a intervenção humana, realizando atividade de forma não humana. Assim, as criações realizadas por inteligência artificial, como exemplo, os artigos e notícias esportivas realizadas automaticamente pela *StatSheet/Automated Insights* publicados no “Los Angeles Times”, são consideradas criações autônomas já existentes (Chaves, 2018).

Segundo Russell e Norvig (2021, p. 2), pode-se visualizar oito definições de inteligência artificial, que geralmente se relacionam a processos de pensamento e raciocínio, comportamento, desempenho humano e racionalidade. Nessa perspectiva, os conceitos apresentam-se conforme exposto na Figura 4:

12. AS RELAÇÕES ENTRE DIREITOS AUTORAIS, USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Figura 4 - Algumas definições de inteligência artificial, organizadas em quatro categorias

Pensando como um humano "O novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem (...) <i>máquinas com mentes</i> , no sentido total e literal." (Haugeland, 1985) "[Automatização de] atividades que associamos ao pensamento humano, atividades como a tomada de decisões, a resolução de problemas, o aprendizado..." (Bellman, 1978) Agindo como seres humanos "A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas." (Kurzweil, 1990) "O estudo de como os computadores podem fazer tarefas que hoje são melhor desempenhadas pelas pessoas." (Rich and Knight, 1991)	Pensando racionalmente "O estudo das faculdades mentais pelo uso de modelos computacionais." (Charniak e McDermott, 1985) "O estudo das computações que tornam possível perceber, raciocinar e agir." (Winston, 1992) Agindo racionalmente "Inteligência Computacional é o estudo do projeto de agentes inteligentes." (Poole et al., 1998) "AI... está relacionada a um desempenho inteligente de artefatos." (Nilsson, 1998)
---	--

Fonte: Russell e Norvig (2021, p. 2).

Com base nos avanços que a inteligência artificial vem alcançando mundialmente, evidencia-se cada vez mais a necessidade de regulamentar a inteligência artificial no Brasil. Diante disso, o Projeto de Lei nº 21/2020 (Brasil, 2020), atualmente em tramitação e já aprovado na câmara dos deputados, surge como uma proposta de regulação da inteligência artificial no país, baseando-se na perspectiva do risco.

Em relação à regulação do direito autoral no Brasil, por meio da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sua elaboração sofreu influência de tratados e convenções internacionais que tratam sobre o tema, com o objetivo de proteger os direitos dos autores de utilizar, fruir e dispor de suas obras.

Na Constituição Federal de 1988, a regulação dos direitos autorais encontra-se prevista entre os direitos e garantias fundamentais, especificamente no art. 5º, incisos XXVII e XXVIII (Brasil, 1988). Conforme exposto em Sousa e Dias (2017, p. 90-91), a regulação do direito autoral no Brasil, encontra-se assim exposta:

O Direito Autoral no Brasil é regulado pela lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (BRASIL, 1998). [...] Atualmente, o Brasil integra, entre outras convenções, o acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS, onde consta vários artigos que tratam especificamente do direito autoral. Compreende-se pela denominação de Direito Autoral os direitos de autor e os direitos que lhes são conexos. O Tratado da OMPI Sobre Direito de Autor (TODA) acrescenta a proteção dos programas de computador ao rol de obras protegidas, sob a categoria de "obra literária", o mesmo ocorrendo pelo artigo 2º, da Lei nº 9.609/98. A legislação brasileira protege o programa de computador como obra.

No âmbito das criações humanas a ênfase recai nos denominados direitos autorais sobre bens informacionais que envolvem as criações autônomas advindas da inteligência artificial. No nosso ordenamento, por autor, conforme a Lei de Direitos Autorais (Brasil, 1998, *online*) em seu artigo 11, compreende-se “[...] pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”.

Complexo o entendimento da natureza jurídica atribuída às criações autônomas, em face da possibilidade do enquadramento na propriedade intelectual, considerando a natureza jurídica dualista dos direitos morais e patrimoniais, com vistas à possibilidade de aproximação dessas criações a regulação do *software*. Seria o caso de analisar os conceitos de autor e criação no âmbito da Lei de Direitos Autorais, delineando características que determinam as relações de reciprocidade e divergências entre criações humanas e autônomas.

Atualmente, as questões sobre plágio e autoria e a inteligência artificial (IA) devem ser discutidas e repensadas com o advento da IA, mais especificamente com o advento dos Modelos de Linguagem de Grande Escala (*Large Language Models – LLMs*), como por exemplo o *ChatGPT*. O *ChatGPT* (e outras IA similares) são conhecidas como *LLMs* e/ou como IA Generativas. Elas são generativas no sentido que geram texto, imagens, e outros formatos de mídia ao invés de apenas analisar e processar dados. São *LLM* pois são treinadas com um volume gigantesco de dados de texto que permite que eles mantenham características conversacionais.

A literatura tem discutido o uso da IA para criação de texto, criação de imagens, gráficos, detecção de plágio, e até mesmo discute-se a possibilidade de citar o *ChatGPT* como coautor em trabalhos científicos (Jarrah; Wardat; Fidalgo, 2023).

Jarrah, Wardat e Fidalgo (2023) conduziram uma revisão de literatura para levantar o que se tem discutido a respeito do uso do *ChatGPT* se configurar em plágio ou não em pesquisas científicas.

The findings suggest that ChatGPT can be a valuable writing tool; however, it is crucial to follow responsible practices to uphold academic integrity and ensure ethical use. Properly citing and attributing ChatGPT's contribution is essential in recognizing its role, preventing plagiarism, and upholding

*the principles of scholarly writing. By adhering to established citation guidelines, authors can maximize ChatGPT's benefits while maintaining responsible usage (Jarrah; Wardat; Fidalgo, 2023, p. 1)*³.

Contrariamente à posição dos autores que advogam a citação do uso do *ChatGPT* como coautor, algumas revistas científicas como a "Science" e a "Nature" assumiram a posição de que as suas revistas não aceitam artigos em que a ferramenta foi utilizada, seja para escrita ou para criação de figuras, imagens e gráficos. Os editores afirmam que os autores assinam uma declaração de que o trabalho é original, e eles não acreditam que um texto escrito pelo *ChatGPT* seja original, eles presumem que seja plagiado da ferramenta. Além disso, os autores assumem responsabilidade pela autoria e pela pesquisa, e nesse caso, uma ferramenta não pode ser considerada autor (Stokel-Walker, 2023; Thorp, 2023, p. 313).

For years, authors at the Science family of journals have signed a license certifying that "the Work is an original" (italics added). For the Science journals, the word "original" is enough to signal that text written by ChatGPT is not acceptable: It is, after all, plagiarized from ChatGPT. Further, our authors certify that they themselves are accountable for the research in the paper. Still, to make matters explicit, we are now updating our license and Editorial Policies to specify that text generated by ChatGPT (or any other AI tools) cannot be used in the work, nor can figures, images, or graphics be

³ Os resultados sugerem que o *ChatGPT* pode ser uma ferramenta valiosa de escrita; no entanto, é crucial seguir práticas responsáveis para defender a integridade acadêmica e garantir o uso ético. Citar e atribuir adequadamente a contribuição do *ChatGPT* é essencial para reconhecer o seu papel, prevenir o plágio e defender os princípios da escrita acadêmica. Ao aderir às diretrizes de citação estabelecidas, os autores podem maximizar os benefícios do *ChatGPT* enquanto mantêm o uso responsável (Jarrah; Wardat; Fidalgo, 2023, p. 1, tradução nossa).

the products of such tools. And an AI program cannot be an author. A violation of these policies will constitute scientific misconduct no different from altered images or plagiarism of existing works (Thorp, 2023, p. 313)⁴.

Mesmo as pesquisas que advogam o uso do *ChatGPT* como coautor reconhecem que a autenticidade e credibilidade do trabalho acadêmico é questionável (Jarrah; Wardat; Fidalgo, 2023, p. 15)

The authenticity and credibility of academic work may be questioned when using AI tools like ChatGPT. One of the primary concerns is the potential for inaccuracies in AI-generated content. While AI language models like ChatGPT have shown remarkable proficiency in generating human-like text, they are fallible and may occasionally produce erroneous or misleading information (Jarrah; Wardat; Fidalgo, 2023, p. 15)⁵.

Diante do exposto na literatura, algumas questões devem ser consideradas para reflexão sobre as IA Generativas ou *LLMs* e o tema plágio e autoria.

Assim como muitas outras ferramentas tecnológicas, como processadores de texto, corretores ortográficos, *Photoshop* ou *Power BI*, as IA generativas devem ser utilizadas como ferramentas que são. Embora o *ChatGPT* tenha características conversacionais que se assemelham às humanas - o que pode

⁴ Durante anos, os autores da família de periódicos "Science" assinaram uma licença certificando que "o trabalho é original" (itálico adicionado). Para as revistas científicas, a palavra "original" é suficiente para sinalizar que o texto escrito pelo *ChatGPT* não é aceitável: afinal, é plagiado do *ChatGPT*. Além disso, nossos autores certificam que eles próprios são responsáveis pela pesquisa do artigo. Ainda assim, para deixar isso explícito, estamos agora atualizando nossa licença e Políticas Editoriais para especificar que o texto gerado pelo *ChatGPT* (ou qualquer outra ferramenta de IA) não pode ser usado no trabalho, nem figuras, imagens ou gráficos podem ser produtos de tais ferramentas. E um programa de IA não pode ser um autor. A violação destas políticas constituirá má conduta científica, não diferente de imagens alteradas ou plágio de trabalhos existentes (Thorp, 2023, p. 313, tradução nossa).

⁵ A autenticidade e credibilidade do trabalho acadêmico podem ser questionadas ao usar ferramentas de IA como o *ChatGPT*. Uma das principais preocupações é o potencial de imprecisões no conteúdo gerado por IA. Embora modelos de linguagem de IA como o *ChatGPT* tenham demonstrado notável proficiência na geração de texto semelhante ao humano, eles são falíveis e podem ocasionalmente produzir informações errôneas ou enganosas (Jarrah, Wardat, Fidalgo, 2023, p. 15, tradução nossa).

induzir a equívocos quanto à sua “inteligência” - isso não significa que a ferramenta possua inteligência e criatividade similares às dos humanos. Trata-se de um algoritmo muito bom em identificar padrões. Essas ferramentas podem ser valiosas para uma escrita gramaticalmente correta, por exemplo, mas suas limitações devem ser reconhecidas para evitar que seus usuários comprometam a integridade acadêmica e incorram em plágio.

ChatGPT is just a tool like spellcheck or Grammarly. Like baking a cake from a box: the cake is the baker's work, not the company that sells the cake mix. To be safe, we recommend any text generated by an LLM, or any human, be evaluated by plagiarism detection software for accidental close similarity to published text (Meyer et al., 2023, p. 10)⁶.

Essa consideração inicial nos leva ao segundo ponto para reflexão. Com relação ao plágio e autoria, percebe-se que, na literatura, o tópico ainda é uma área cinzenta da ética. A técnica utilizada para a constituição da base de dados dos *LLMs* é coletar o texto humano e codificá-lo para uso posterior. Vale a pena destacar que muitos desses textos pertencem a autores que não consentiram em ter seus textos coletados para a construção da base de dados das IA. Assim, o texto gerado pelo *LLM* corresponderá a um texto existente na internet, especialmente se a amostra for pequena (Meyer et al., 2023).

Além dos pontos levantados, deve-se considerar o treinamento da IA como ela ocorre no momento da escrita deste capítulo. O treinamento da IA generativa provém da maioria dos textos disponíveis publicamente na *Internet* até determinado período, no caso do *ChatGPT* até 2021. Assim, deve-se considerar que os *LLMs* imitam os textos disponíveis e são tão tendenciosos e preconceituosos quanto os seus dados de treinamento. Portanto, é de se esperar, por exemplo, que as IA generativas perpetuem estereótipos, que eles incorporam textos de desinformação e de *Fake News* nas suas bases de dados (Meyer et al., 2023). Podemos concluir que, até que a IA se desenvolva para textos de treinamento mais confiáveis, o conteúdo gerado deve ser questionado e discutido.

⁶ *ChatGPT* é apenas uma ferramenta como verificação ortográfica ou gramatical. É como fazer um bolo em uma caixa: o bolo é trabalho do padeiro, não da empresa que vende a mistura para bolo. Por segurança, recomendamos que qualquer texto gerado por um *LLM*, ou qualquer ser humano, seja avaliado por um *software* de detecção de plágio quanto à semelhança acidental com o texto publicado (Meyer et al., 2023, p. 10, tradução nossa).

O último ponto a ser considerado para reflexão é que tecnologicamente, não existem garantias absolutas de proteção contra violações de direitos de personalidade, como os direitos morais do autor, tecnologicamente é impossível controlar o bom uso ou mal uso da IA.

O aprimoramento das tecnologias de IA preocupa as instituições educacionais, em especial as de ensino superior, diante da possibilidade de os estudantes recorrerem a essas ferramentas para elaborarem trabalhos escritos e artigos científicos que podem colocar em dúvida a honestidade acadêmica tanto dos seus supervisores quanto das próprias instituições. Portanto, é um desafio que clama pela atenção das instituições que devem se antecipar e criar medidas educativas e estratégicas para o seu enfrentamento.

Nesse contexto, entende-se que o papel da universidade deve ser de dinamismo à semelhança do que já ocorre com os periódicos científicos mais prestigiosos do mundo. Elas devem formular e implementar políticas e/ou boas práticas de integridade acadêmica e conduta ética a fim de educar e orientar sobre o uso adequado da IA no ambiente acadêmico.

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

As fontes de informação para pesquisa jurídica podem ser classificadas de diferentes formas considerando diferentes critérios. Podem ser:

- Fontes mediatas, baseadas nas experiências, vivências, entre outros;
- Fontes imediatas, pesquisas de interesse jurídico ou jurídico-formais, como tratados e convenções internacionais, leis, mediação de conflitos e justiça restaurativa;
- Fontes diretas, consideradas aquelas expressamente previstas;
- Fontes indiretas, quando oriundas de outras fontes como os princípios gerais do direito;
- Fontes nacionais, advindas do ordenamento interno do país, a exemplo da Constituição Federal e leis ordinárias;
- Fontes internacionais, como decisões de cortes internacionais, tratados e convenções;
- Fontes primárias, baseadas na legislação primígena;
- Fontes secundárias, análise e interpretação de fontes primárias a exemplo de doutrina e jurisprudência;

- Fontes autônomas, consideradas autoaplicáveis;
- Fontes heterônomas, normas derivadas de outras autoridades como pelo Poder Executivo nas três esferas de poder;
- Fontes informais, compostas por informações constantes em projetos de pesquisa e extensão, seminários, debates e estudos de caso, entre outros.

Como classificação como fonte para a pesquisa jurídica, Bittar (2022, p. 70), apresenta como classificação com base na natureza própria da fonte, para o trabalho científico, conforme apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 - Fontes para a pesquisa jurídica.

Fontes Mediatas	experiência; vivência; trabalho; observação; atuação política; debate público; aprendizado didático-escolar; inter-relacionamento social; participação em movimentos sociais e estudantis.	
Fontes Imediatas	Fontes imediatas de pesquisa de interesse jurídico	curtas-metragens ou longas-metragens; obras de literatura; canções; notícias de jornais; reportagens do jornalismo televisivo; entrevistas; <i>Internet (sites e links)</i> ; videofonogramas; ilustrações; gravuras; fotos; pinturas; esculturas; resultados de pesquisas científicas; discursos políticos etc.

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

Fontes Imediatas	Fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa	legislação, tratados internacionais (ratificados ou não ratificados pela ordem jurídica nacional); princípios (princípios gerais do Direito, princípios constitucionais e princípios especiais dos diversos ramos das ciências do Direito); negócio jurídico (modelos negociais, contratuais e empresariais); analogia (analogia <i>juris</i> e analogia <i>legis</i>); costumes; jurisprudência (decisões dos tribunais, súmulas, enunciados...); doutrina nacional ou estrangeira (artigos científicos, conferências, anais de congressos, livros publicados); equidade (decisões que se utilizam da equidade para solução de caso concreto); práticas contemporâneas de cidadania (mediação de conflitos; políticas públicas participativas; decisão arbitral; justiça restaurativa)
------------------	---	--

Fonte: Bittar (2022, p. 70).

Nessa perspectiva, tendo em conta a natureza, origem e importância das fontes para comunidade acadêmica que desenvolvem pesquisas jurídicas, será apresentado um rol exemplificativo visando facilitar a busca do usuário em face de sua necessidade de informação, com base em fontes formais de pesquisa jurídica, conforme exposto no Quadro 8 e seções seguintes:

Quadro 8 - Fontes formais de informação jurídica.

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Base de Dados jurídicas ou multidisciplinar	Portal de Periódicos CAPES	Possui acervos científicos virtuais que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil	https://www-periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?
	<i>Scielo</i>	<i>Scientific Electronic Library Online</i> . Trata-se de um portal eletrônico cooperativo de periódicos científicos. Acesso eletrônico aos artigos completos de revistas da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, de Cuba, da Costa Rica, da Venezuela, da Bolívia, do Peru e do Uruguai.	https://www.scielo.br/
	<i>Scopus</i>	Reúne resumos e citações de artigos para revistas acadêmicas e disponibilizado apenas para assinantes	https://www.scopus.com/home.uri
	<i>Google Acadêmico</i>	Acervos de revistas acadêmicas e de outras entidades acadêmicas	https://scholar.google.com.br/?hl=pt

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Base de Dados jurídicas ou multidisciplinar	<i>Redalyc</i>	Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal – base de dados de bibliografias e biblioteca digital de revistas da Universidade Autónoma do Estado do México	https://www.redalyc.org/
	<i>LexML</i>	O acervo do Portal LexML reúne, organiza, integra e dá acesso a documentos de legislação, jurisprudência e proposições legislativas das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público	https://www.lexml.gov.br/
	BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Integra, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações de várias instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Criada pelo Ibict	https://bdtb.ibict.br/vufind/

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Base de Dados jurídicas ou multidisciplinar	RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas coordenada pela Biblioteca do Senado. Agrega recursos bibliográficos de onze bibliotecas da administração pública Federal e do Governo do Distrito Federal, dos poderes legislativo, executivo e judiciário	http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=find-b-0&local_base=sen01
Anais de Eventos	CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI) - a Sociedade Científica do Direito no Brasil, incentiva e promove os estudos jurídicos e o desenvolvimento da pós-graduação em Direito no Brasil	https://conpedi.org.br/#/
	WIDAT	Workshop de Informação, Dados e Tecnologia. Evento multidisciplinar	https://widat2023.ibict.br/
Sites de Órgãos Internacionais e Nacionais	ONU	Organização das Nações Unidas. Composta por 193 países-membros, que reúnem-se para discutir problemas comuns e encontrar soluções partilhadas que beneficiem toda a humanidade.	https://brasil.un.org/pt-br

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Sites de Órgãos Internacionais e Nacionais	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Procura construir a paz através da cooperação internacional na Educação, nas Ciências e na Cultura	https://www.unesco.org/en
	OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Formada por 38 países membros para estimular o progresso econômico e o comércio mundial	https://www.oecd.org/about/ https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/
	WIPO/OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). fórum global para políticas, serviços, informações e cooperação de propriedade intelectual	https://www.wipo.int/portal/en/index.html
	INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial	https://www.gov.br/inpi/pt-br

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Legislações e sites oficiais	Portal Oficial do Planalto	É possível ativar notificações através do sistema <i>push</i> , onde pode ser cadastrado o <i>e-mail</i> do interessado para receber atualizações sempre que houver alguma publicação no âmbito federal.	https://www4.planalto.gov.br/legislacao
	Portal do STF (Supremo Tribunal Federal)	Abrange consulta aos Informativos do STF	https://portal.stf.jus.br/
	Portal do STJ (Superior Tribunal de Justiça)	Informativos e seções de notícias	https://www.stj.jus.br/sites/portaltalp/Inicio
	Dje - Diário de Justiça Eletrônico	Publicação oficial do STJ	https://www.stj.jus.br/sites/portaltalp/Processos/Diario-da-Justica-Eletronico/Acesso-ao-Dje
	DOU - Diário Oficial da União	Informações de interesse público	https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao
	CNJ - Conselho Nacional de Justiça	Seção de atos normativos	https://www.cjf.jus.br/cjf/

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Jurisprudências	CJF - Conselho da Justiça Federal	Exercer a supervisão orçamentária e administrativa, o poder correicional e a uniformização da Justiça Federal	https://www.cjf.jus.br/cjf/
	CNJ - Conselho Nacional de Justiça	Seção de atos normativos	https://www.cnj.jus.br/
	CSM - Conselho Superior de Magistratura	Competências de nomeação, colocação, transferência e promoção dos Juízes dos Tribunais Judiciais e o exercício da acção disciplinar	https://www.csm.org.pt/
	JECs - Juizados Especiais Cíveis e JECrim(s) - Juizados Especiais criminais	Conciliação, processo e julgamento e execução das causas de sua competência	Buscar pelos respectivos tribunais
	STF - Supremo Tribunal Federal	Abrange consulta aos Informativos do STF	https://portal.stf.jus.br/

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Jurisprudências	TREs - Tribunais Regionais Eleitorais	Responsável pelo cadastro de eleitores, constituição de juntas e zonas eleitorais e apuração de resultados e diplomação dos eleitos em nível estadual	Buscar pelos respectivos tribunais
	TSE - Tribunal Superior Eleitoral	Instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral	https://www.tse.jus.br/#/
	STJ - Superior Tribunal de Justiça	Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada	https://www.stj.jus.br/sites/portaltalp/Inicio
	TRTs - Tribunais Regionais Federais	Segunda Instância da Justiça Federal	Buscar pelos respectivos Tribunais Regionais
	TJs - Tribunais de Justiça dos estados	Poder Judiciário Estadual	Buscar pelos respectivos Tribunais de Justiça Estaduais

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

FONTES FORMAIS			
Fonte de Informação	Descrição das Fontes	Características	Acesso
Jornais	Conjur	Notícias, artigos e entrevistas	https://www.conjur.com.br/
	Jus Navigandi	Permite que o usuário crie seu próprio perfil para inclusão de suas publicações	https://jus.com.br/
Fontes Jurimétricas	Justiça em Números	Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário	https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/
	ABJ - Associação Brasileira de Jurimetria	Incentivar o uso da Jurimetria, estudo empírico do Direito (estatística aplicada ao Direito), como ferramenta de tomada de decisão	https://abj.org.br/
	DATAJUD	Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ	https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação às fontes de informação relacionadas às Bibliotecas (institucionais) Digitais, seguem na sequência.

13.1 Bibliotecas Institucionais do Executivo

ÓRGÃO DO EXECUTIVO	NOME DA BIBLIOTECA
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)	Biblioteca Digital do MMFDH
Ministério da Justiça (MJ)	Biblioteca Digital MJ
Controladoria-Geral da União (CGU)	Base de Conhecimento da CGU
Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	Biblioteca Digital da Administração Pública
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Biblioteca Digital do BNDES
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Dspace BNB
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) 1	Repositório ALICE
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) 2	Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa (Infoteca-e)
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)	RIDI
CPRM - Serviço Geológico do Brasil	Repositório Institucional de Geociências (RIGeo)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	Acervo Digital do Inmetro
Prefeitura de São Paulo	Biblioteca HABI
Prefeitura Municipal de Santo André	Biblioteca Digital de Santo André
Instituto Biológico de São Paulo	Repositório do Instituto Biológico

ÓRGÃO DO EXECUTIVO	NOME DA BIBLIOTECA
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	ARCA
Jardim Botânico de Brasília	Biblioteca Digital do Cerrado
Unidade de Estudos e Prospectiva (UNIEPRO) - SESI / SENAI / IEL	Prospectiva e Projeção
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)	Biblioteca Incaper
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)	Portal InfoHidro

13.2 Biblioteca Institucionais do Legislativo

AGÊNCIA GOVERNAMENTAL	NOME
Senado Federal	Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)
Câmara dos Deputados	Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF)	Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	Biblioteca Digital da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

13.3 Bibliotecas Institucionais do Judiciário

AGÊNCIA GOVERNAMENTAL	NOME
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	Biblioteca Digital Jurídica (BDJur)
Superior Tribunal Militar (STM)	Integra-JMU
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	JusLaboris - Biblioteca Digital do Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Biblioteca Digital do CNJ
Conselho da Justiça Federal (CJF)	Repositório Digital - Conselho da Justiça Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Biblioteca Digital TRT-1
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Biblioteca Digital do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Biblioteca Digital do TRT 11ª Região
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Biblioteca Digital do TJDFT
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Biblioteca Digital do TJMG
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	BDJur do Tribunal de Justiça - CE

13.4 Repositórios institucionais

Universidades Federais	Repositório Institucional
Universidade Federal da Bahia – UFBA	https://repositorio.ufba.br/ri/
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	http://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	https://repositorio.ufpb.br/jspui/
Universidade Federal de Alagoas - UFAL	http://www.repositorio.ufal.br/
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	http://bdtd.ufcg.edu.br/
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	https://repositorio.ufpe.br/
Universidade Federal de Sergipe - UFS	https://ri.ufs.br/
Universidade Federal do Ceará - UFC	http://www.repositorio.ufc.br/
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	https://repositorio.ufma.br/jspui/
Universidade Federal do Piauí UFPI	https://ufpi.br/repositorio-ufpi
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	https://repositorio.ufrn.br/jspui/
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	http://www.repository.ufrpe.br/
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA	http://repositorio.ufersa.edu.br/

Universidades Federais	Repositório Institucional
Universidade Federal de Rondônia - UNIR	http://ri.unir.br/jspui/
Universidade Federal de Roraima - UFRR	http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/
Universidade Federal do Acre - UFAC	http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	http://riu.ufam.edu.br/
Universidade Federal do Pará - UFPA	http://repositorio.ufpa.br/jspui/
Universidade Federal do Tocantins - UFT	http://repositorio.uft.edu.br/
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA	http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	http://repositorio.unifesspa.edu.br/jspui/
Universidade de Brasília - UNB	https://repositorio.unb.br/
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/
Universidade Federal de Goiás - UFG	https://repositorio.bc.ufg.br/
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	http://ri.ufmt.br/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL- MG	https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI	https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

Universidades Federais	Repositório Institucional
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/
Universidade Federal de Lavras - UFLA	http://repositorio.ufla.br/
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	https://dspaceprod02.gru-de.ufmg.br/dspace/
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	https://www.repositorio.ufop.br/
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	http://repositorio.unifesp.br/
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	http://repositorio.ufu.br/
Universidade Federal de Viçosa - UFV	https://www.locus.ufv.br/
Universidade Federal do ABC - UFABC	https://propes.ufabc.edu.br/perfis-de-acesso/pesquisador/ciencia-e-dados-abertos/ciencia-aberta-repositorios-institucionais-da-ufabc
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	http://repositorio.ufes.br/
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	https://pantheon.ufrj.br/
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	http://bdtd.ufm.edu.br/
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	http://acervo.ufvjm.edu.br:8080/jspui/
Universidade Federal Fluminense - UFF	https://app.uff.br/riuff/

Universidades Federais	Repositório Institucional
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	https://rd.uffs.edu.br/
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	https://dspace.unila.edu.br/
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	https://repositorio.ufcspa.edu.br/
Universidade Federal de Pelotas - UFPel	http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	https://repositorio.ufsc.br/
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	https://repositorio.ufsm.br/
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	http://dspace.unipampa.edu.br:8080/
Universidade Federal do Paraná - UFPR	https://acervodigital.ufpr.br/community-list
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	http://repositorio.furg.br/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	https://lume.ufrgs.br/

13.5 Revistas científicas na área Jurídica

Rol exemplificativo das Revistas científicas na área Jurídica e multidisciplinar elencadas na plataforma com *Qualis Capes* A e B 2017-2020:

13.5.1 Periódicos *Qualis* A1

ISSN	Título
2237-8723	ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL
0102-700X	ACERVO (RIO DE JANEIRO)
0186-6028	ACTA SOCIOLOGICA
2316-7548	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM REVISTA
1676-9457	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS EM REVISTA
1005-0078	ADMINISTRATIVE LAW REVIEW
0002-0591	AFRO-ÁSIA (UFBA. IMPRESSO)
2236-4633	ALMANACK
1066-2316	AMERICAN JOURNAL OF CRIMINAL JUSTICE
2398-7723	AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW
0090-0036	AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH (1971)
1465-7252	AMERICAN LAW AND ECONOMICS REVIEW (PRINT)
0101-4714	ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA, CULTURA E MATERIAL (IMPRESSO)
2076-2615	ANIMALS
1983-201X	ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)
0003-603X	ANTITRUST BULLETIN
0003-6056	ANTITRUST LAW JOURNAL
0212-0364	ANUARIO DE DERECHOS HUMANOS

ISSN	Título
1870-4654	ANUARIO MEXICANO DE DERECHO INTERNACIONAL
2448-7872	ANUÁRIO MEXICANO DE DIREITO INTERNACIONAL
1575-6823	ARAUCARIA (MADRID)
2340-2199	ARAUCARIA: REVISTA IBEROAMERICANA DE FILOSOFÍA, POLÍTICA Y HUMANIDADES
0003-892X	ARCHIV DES VÖLKERRECHTS
1068-2341	ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES
1984-7505	ARETÉ (MANAUS)
0920-427X	ARGUMENTATION (DORDRECHT)
2176-9575	ARGUMENTUM (VITÓRIA)
2340-5155	ARS IURIS SALMANTICENSIS
0001-2343	ARSP. ARCHIV FUR RECHTS- UND SOZIALPHILOSOPHIE
0924-8463	ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND LAW
1414-4077	AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
2145-4515	AVANCES EN PSICOLOGÍA LATINOAMERICANA
2176-4573	BAKHTINIANA: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
2159-4627	BEIJING LAW REVIEW (PRINT)
2159-4635	BEIJING LAW REVIEW (ONLINE)
0959-8138	BMJ. BRITISH MEDICAL JOURNAL (CLINICAL RESEARCH ED.)
2675-1488	BOLETIM DE CONJUNTURA - BOCA
0041-8633	BOLETÍN MEXICANO DE DERECHO COMPARADO
1981-3821	BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1983-8239	CADERNO CRH (ONLINE)
0103-4979	CADERNO CRH (UFBA. IMPRESSO)
2340-860X	CADERNOS DE DEREITO ACTUAL (IMPRESSO)
2386-5229	CADERNOS DE DEREITO ACTUAL (ONLINE)
1980-5314	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE)
1678-4464	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA
0102-311X	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP. IMPRESSO)
2175-0173	CADERNOS DO CEOM
1517-2422	CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP)
1809-4449	CADERNOS PAGU
1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)
0841-8209	CANADIAN JOURNAL OF LAW & JURISPRUDENCE (IMPRESSO)
1923-6697	CANADIAN SOCIAL SCIENCE
1540-1650	CHINESE JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW (BOULDER, COLO.)
1678-4561	CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA
2317-6660	CIÊNCIA E CULTURA (ONLINE)
0009-6725	CIÊNCIA E CULTURA (IMPRESSO)
1413-8123	CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA (IMPRESSO)
2316-8374	CIVILISTICA.COM
1519-6089	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)
1984-7289	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)

ISSN	Título
1058-4838	CLINICAL INFECTIOUS DISEASES
0010-0277	COGNITION (THE HAGUE)
0364-0213	COGNITIVE SCIENCE
0010-1931	COLUMBIA JOURNAL OF TRANSNATIONAL LAW
1338-130X	COMMUNICATION TODAY
1556-5068	COMPARATIVE LAW EJOURNAL
0267-3649	COMPUTER LAW AND SECURITY REPORT
1982-0240	CONTEXTO INTERNACIONAL (ONLINE)
0010-8812	CORNELL INTERNATIONAL LAW JOURNAL
0925-4994	CRIME, LAW AND SOCIAL CHANGE (PRINT)
2193-7680	CRIME SCIENCE
2014-3753	CRÍTICA PENAL Y PODER
1364-8535	CRITICAL CARE (LONDON. PRINT)
2011-0324	CS (COLOMBIA)
1405-9193	CUESTIONES CONSTITUCIONALES: REVISTA MEXICANA DE DERECHO CONSTITUCIONAL
1678-4588	DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
0011-5258	DADOS (RIO DE JANEIRO. IMPRESSO)
0011-5266	DAEDALUS (CAMBRIDGE)
0188-9478	DEBATE FEMINISTA
0121-0483	DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA
2305-2546	DERECHO PUCP (ONLINE)
0251-3420	DERECHO PUCP (IMPRESSO)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1982-1921	DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA
2318-8863	DISCURSO
0103-328X	DISCURSO - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA FFLCH DA USP
2179-7412	DOIS PONTOS (UFPR) DIGITAL
1980-5799	DOMÍNIOS DE LINGU@GEM
0214-8676	DOXA (ALICANTE)
0769-3362	DROIT ET SOCIÉTÉ (PARIS. 1985)
2509-9434	EARTH SYSTEMS AND ENVIRONMENT
0921-8009	ECOLOGICAL ECONOMICS (AMSTERDAM)
1849-7535	ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT
0264-9993	ECONOMIC MODELLING
2212-0416	ECOSYSTEM SERVICES
1678-4626	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
1517-9702	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP. IMPRESSO)
2175-6236	EDUCAÇÃO E REALIDADE
1981-2582	EDUCAÇÃO (PUCRS)
1676-2592	EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL
1984-0411	EDUCAR EM REVISTA (ONLINE)
0104-4060	EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO)
1533-1296	ELECTION LAW JOURNAL
0301-4215	ENERGY POLICY
0195-9255	ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENT REVIEW

ISSN	Título
1809-046X	ESTAÇÃO CIENTÍFICA (FESJF. ONLINE)
0718-0195	ESTUDIOS CONSTITUCIONALES
0124-0579	ESTUDIOS SOCIO-JURÍDICOS
1806-9592	ESTUDOS AVANÇADOS (USP) (ONLINE)
0103-4014	ESTUDOS AVANÇADOS (USP) (IMPRESSO)
1982-0275	ESTUDOS DE PSICOLOGIA
2176-1078	ESTUDOS DE RELIGIÃO
1980-5357	ESTUDOS ECONÔMICOS
0104-026X	ESTUDOS FEMINISTAS (IMPRESSO)
1806-9584	ESTUDOS FEMINISTAS (ONLINE)
2178-1494	ESTUDOS HISTÓRICOS
1566-7529	EUROPEAN BUSINESS ORGANIZATION LAW REVIEW
1477-3708	EUROPEAN JOURNAL OF CRIMINOLOGY (PRINT)
0959-6801	EUROPEAN JOURNAL OF INDUSTRIAL RELATIONS
1619-7070	EUROPEAN JOURNAL OF NUCLEAR MEDICINE AND MOLECULAR IMAGING (PRINT)
1101-1262	EUROPEAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH
0046-2772	EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY (PRINT)
1368-4310	EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL THEORY
1351-5993	EUROPEAN LAW JOURNAL (PRINT)
0014-3138	EUROPEAN TAXATION
1980-5934	FILOSOFIA AURORA
1460-9819	FORCED MIGRATION REVIEW

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1664-1078	FRONTIERS IN PSYCHOLOGY
1415-7543	GEO UERJ (1997) (IMPRESSO)
1981-9021	GEO UERJ (2006) (ONLINE)
1550-5200	GEORGETOWN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW
2071-8322	GERMAN LAW JOURNAL
2045-3817	GLOBAL CONSTITUTIONALISM
2249-460X	GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE
0017-8322	HASTINGS LAW JOURNAL
2150-4113	HEALTH AND HUMAN RIGHTS JOURNAL
1576-4729	HISTORIA CONSTITUCIONAL (OVIEDO)
2236-3459	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UFRGS)
1414-3518	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (UFPEL)
1980-4369	HISTÓRIA (SÃO PAULO)
2236-1782	HISTÓRIA UNISINOS
1807-1600	HOLOS (NATAL. ONLINE)
2175-5841	HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE)
1679-9267	HÓRUS (FAESO)
1461-7781	HUMAN RIGHTS LAW REVIEW
1980-1726	HYGEIA : REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE (UBERLÂNDIA)
1089-7801	IEEE INTERNET COMPUTING
1556-6013	IEEE TRANSACTIONS ON INFORMATION FORENSICS AND SECURITY

ISSN	Título
0018-9855	IIC. INTERNATIONAL REVIEW OF INDUSTRIAL PROPERTY AND COPYRIGHT LAW
1973-8145	IL MULINO
0019-6665	INDIANA LAW JOURNAL (BLOOMINGTON)
1570-1255	INFORMATION POLITY
1471-6895	INTERNATIONAL & COMPARATIVE LAW QUARTERLY
0969-5931	INTERNATIONAL BUSINESS REVIEW
1871-9740	INTERNATIONAL COMMUNITY LAW REVIEW (PRINT)
2202-8005	INTERNATIONAL JOURNAL FOR CRIME, JUSTICE AND SOCIAL DEMOCRACY
0952-8059	INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW - REVUE INTERNATIONALE DE SÉMIOTIQUE JURIDIQUE (PRINT)
1572-8722	INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW - REVUE INTERNATIONALE DE SÉMIOTIQUE JURIDIQUE (ONLINE)
1474-2640	INTERNATIONAL JOURNAL OF CONSTITUTIONAL LAW (PRINT)
1364-2987	INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN RIGHTS
0953-8186	INTERNATIONAL JOURNAL OF REFUGEE LAW
1752-7716	INTERNATIONAL JOURNAL OF TRANSITIONAL JUSTICE (PRINT)
1468-2435	INTERNATIONAL MIGRATION (GENEVA. ONLINE)
0020-7985	INTERNATIONAL MIGRATION (GENEVA. PRINT)
0269-7580	INTERNATIONAL REVIEW OF VICTIMOLOGY
2197-6775	INTERNET POLICY REVIEW
0165-2826	INTERTAX (DEVENTER)
1995-2929	IUS ET VERITAS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1857-9760	JOURNAL OF LIBERTY AND INTERNATIONAL AFFAIRS
1499-691X	JOURNAL OF APPLIED BUSINESS AND ECONOMICS
0959-6526	JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION
2068-0317	JOURNAL OF COMPARATIVE RESEARCH IN ANTHROPOLOGY AND SOCIOLOGY
0168-7034	JOURNAL OF CONSUMER POLICY (DORDRECHT PRINT)
1573-0700	JOURNAL OF CONSUMER POLICY (DORDRECHT ONLINE)
0022-0388	JOURNAL OF DEVELOPMENT STUDIES
0167-2681	JOURNAL OF ECONOMIC BEHAVIOR & ORGANIZATION
0165-1889	JOURNAL OF ECONOMIC DYNAMICS & CONTROL
0927-5398	JOURNAL OF EMPIRICAL FINANCE
0378-8741	JOURNAL OF ETHNOPHARMACOLOGY
1753-318X	JOURNAL OF FLOOD RISK MANAGEMENT
2041-4099	JOURNAL OF HELLENIC STUDIES
1475-4835	JOURNAL OF HUMAN RIGHTS (PRINT)
2040-3593	JOURNAL OF INTERNATIONAL DISPUTE SETTLEMENT
2164-6570	JOURNAL OF LAW AND COURTS
0022-2585	JOURNAL OF MEDICAL ENTOMOLOGY
0306-6800	JOURNAL OF MEDICAL ETHICS
0743-0167	JOURNAL OF RURAL STUDIES
1388-199X	JOURNAL OF THE HISTORY OF INTERNATIONAL LAW (PRINT)
1754-9957	JOURNAL OF WORLD ENERGY LAW AND BUSINESS (PRINT)

ISSN	Título
2040-3321	JURISPRUDENCE: AN INTERNATIONAL JOURNAL OF LEGAL AND POLITICAL THOUGHT
1413-7038	JUSTIÇA DO DIREITO (UPF)
2211-9132	KIDNEY RESEARCH AND CLINICAL PRACTICE
0100-512X	KRITERION: REVISTA DE FILOSOFIA
0023-4834	KRITISCHE JUSTIZ
2264-119X	LA REVUE DES DROITS DE L'HOMME
0140-6736	LANCET (BRITISH EDITION)
1744-2222	LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ETHNIC STUDIES (PRINT)
0897-6546	LAW & SOCIAL INQUIRY
0957-8536	LAW AND CRITIQUE
1743-8721	LAW, CULTURE AND THE HUMANITIES
0922-1565	LEIDEN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW
1807-0175	LUA NOVA - REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA (ONLINE)
0102-6445	LUA NOVA (IMPRESSO)
0025-1747	MANAGEMENT DECISION
0308-597X	MARINE POLICY
1984-2201	MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)
0026-2234	MICHIGAN LAW REVIEW
2574-1314	MIGRATION AND SOCIETY
0268-1064	MIND & LANGUAGE (PRINT)
2398-9629	NATURE SUSTAINABILITY
0165-070X	NETHERLANDS INTERNATIONAL LAW REVIEW (PRINT)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0028-6060	NEW LEFT REVIEW
1807-3840	NOMOS (FORTALEZA)
0029-4624	NOUS (BLOOMINGTON, INDIANA)
0101-3300	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (IMPRESSO)
1980-5403	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (ONLINE)
2175-0491	NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (ONLINE)
2500-8692	NOVUM JUS
0251-3552	NUEVA SOCIEDAD
2011-4540	NUEVO DERECHO
2238-9091	O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE)
2079-5971	ONATI SOCIO - LEGAL SERIES
1807-0191	OPINIÃO PÚBLICA
2334-3745	PERSPECTIVES ON TERRORISM
2409-9287	PHILOSOPHIES
0191-4537	PHILOSOPHY & SOCIAL CRITICISM
0378-4371	PHYSICA. A (PRINT)
1932-6203	PLOS ONE
2007-4387	PROBLEMA. ANUARIO DE FILOSOFIA Y TEORÍA DEL DERECHO
2176-2767	PROJETO HISTÓRIA. REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DE HISTÓRIA
0103-7307	PRÓ-POSIÇÕES (UNICAMP. IMPRESSO)
1983-3288	PSYCHOLOGY & NEUROSCIENCE (ONLINE)
1478-0887	QUALITATIVE RESEARCH IN PSYCHOLOGY (PRINT)

ISSN	Título
2177-2738	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE
2595-3257	RATIO JURIS (POUSO ALEGRE, MG. ONLINE)
1794-6638	RATIO JURIS ¿ UNIVERSIDAD AUTÓNOMA LATINOAMERICANA DE MEDELLÍN
0952-1917	RATIO JURIS (WILEY. PRINT)
1619-4993	RECHTSGESCHICHTE (FRANKFURT)
2364-1355	RECHTSPHILOSOPHIE
0034-1398	RECHTSTHEORIE
1982-6745	REDES REVISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1699-3950	RELACIONES INTERNACIONALES (MADRID)
1364-0321	RENEWABLE & SUSTAINABLE ENERGY REVIEWS
1742-4755	REPRODUCTIVE HEALTH
1878-5166	REVIEW OF PHILOSOPHY AND PSYCHOLOGY
2448-0460	REVISTA BRASILEIRA DE ASSUNTOS REGIONAIS E URBANOS (BARU)
2178-4884	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ONLINE)
0103-3352	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (IMPRESSO)
0102-6909	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)
1806-9053	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)
1806-1117	REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA (IMPRESSO)
0102-3098	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (IMPRESSO)
2176-6681	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP
2359-5736	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS (ONLINE)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0034-7191	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS (IMPRESSO)
2317-1529	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR) (ONLINE)
1517-4115	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR) (IMPRESSO)
1809-239X	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
2238-0094	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
1983-3121	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (ONLINE)
2014-038X	REVISTA CATALANA DE DRET AMBIENTAL
2236-7284	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO UFPR (ONLINE)
0104-3315	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO UFPR (IMPRESSO)
1578-4282	REVISTA DE ANTROPOLOGÍA EXPERIMENTAL
1886-5887	REVISTA DE BIOÉTICA Y DERECHO
0034-7914	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA
1132-9955	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA DE LA UNED
0123-4366	REVISTA DE DERECHO PRIVADO (BOGOTA, 1998)
0719-5249	REVISTA DE DERECHO PÚBLICO
2238-5177	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (ONLINE)
0034-8007	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (IMPRESSO)
2526-8120	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA
1413-1439	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL
1415-7705	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR
2175-6058	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

ISSN	Título
1980-7864	REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (FDV)
0101-3157	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (IMPRESSO)
1809-4538	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA (ONLINE)
0123-885X	REVISTA DE ESTUDIOS SOCIALES (EN LINEA)
1676-8698	REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS
2316-9141	REVISTA DE HISTÓRIA
2301-0665	REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO
2178-2865	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFMA
0104-8740	REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA)
0100-1981	REVISTA DE PROCESSO
1678-9873	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
0104-4478	REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (UFPR. IMPRESSO)
1981-416X	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL
2179-8966	REVISTA DIREITO E PRÁXIS
1808-2432	REVISTA DIREITO GV (IMPRESSO)
2317-6172	REVISTA DIREITO GV (ONLINE)
1806-8200	REVISTA DIREITO PÚBLICO (IMPRESSO)
2236-1766	REVISTA DIREITO PÚBLICO (ONLINE)
2237-2261	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
1692-5858	REVISTA ENCUENTROS
1696-9650	REVISTA GENERAL DE DERECHO ADMINISTRATIVO
1698-1189	REVISTA GENERAL DE DERECHO PENAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1982-5587	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO
2236-3645	REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
2238-3212	REVISTA JUSTIÇA DO DIREITO
1982-0259	REVISTA KATALYSIS
1806-6755	REVISTA NERA (UNESP)
0719-5885	REVISTA PEDAGOGÍA UNIVERSITARIA Y DIDÁCTICA DEL DERECHO
0870-5283	REVISTA PORTUGUESA DE FILOSOFIA
1980-5462	REVISTA SOCIEDADE E ESTADO
0035-3086	REVUE GÉNÉRALE DE DROIT
1953-8111	REVUE INTERNATIONALE DE DROIT COMPARÉ
1129-2113	RIVISTA DELLA COOPERAZIONE GIURIDICA INTERNAZIONALE
0035-6182	RIVISTA DI DIRITTO PROCESSUALE
0391-1896	RIVISTA TRIMESTRALE DI DIRITTO E PROCEDURA CIVILE
2076-4650	SCIENTIFIC REVIEW. SERIES 1. ECONOMICS AND LAW
2177-7055	SEQUÊNCIA (UFSC) ONLINE
0101-9562	SEQUÊNCIA (UFSC) IMPRESSO
1948-5506	SOCIAL PSYCHOLOGICAL AND PERSONALITY SCIENCE
0277-9536	SOCIAL SCIENCE & MEDICINE (1982)
1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE)
0102-6992	SOCIEDADE E ESTADO (UNB. IMPRESSO)
1807-0337	SOCIOLOGIAS (UFRGS)
2695-2718	SOSTENIBILIDAD

ISSN	Título
0132-0769	SOVETSKOE GOSUDARSTVO I PRAVO
1971-8543	STATO, CHIESE E PLURALISMO CONFESIONALE
0160-791X	TECHNOLOGY IN SOCIETY
2175-1803	TEMPO E ARGUMENTO
1413-7704	TEMPO. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFF
1809-4554	TEMPO SOCIAL (USP. ONLINE)
0103-2070	TEMPO SOCIAL (USP. IMPRESSO)
1677-9509	TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE)
0738-4602	THE AI MAGAZINE
0016-8076	THE GEORGE WASHINGTON LAW REVIEW
1741-0401	THE INTERNATIONAL JOURNAL OF PRODUCTIVITY AND PERFORMANCE MANAGEMENT
0360-795X	THE JOURNAL OF CORPORATION LAW
1943-3867	THE LAW AND DEVELOPMENT REVIEW
2050-8840	THEORY AND PRACTICE OF LEGISLATION
2161-2234	THOUGHT: A JOURNAL OF PHILOSOPHY
0101-3173	TRANS/FORM/AÇÃO (UNESP. MARÍLIA) (IMPRESSO)
1538-9979	TULSA LAW REVIEW
2327-4514	UC IRVINE LAW REVIEW
0042-0220	UNIVERSITY OF TORONTO LAW JOURNAL
2175-3369	URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA
0957-1787	UTILITIES POLICY

ISSN	Título
2179-8699	VEREDAS DO DIREITO: DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (BELO HORIZONTE) (ONLINE)
1806-3845	VEREDAS DO DIREITO: DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (BELO HORIZONTE) (IMPRESSO)
1981-061X	VERINOTIO (BELO HORIZONTE)
1984-6746	VERITAS ONLINE
0042-3955	VERITAS (PORTO ALEGRE) (IMPRESSO)
1492-8442	VERTIGO: LA REVUE ELECTRONIQUE EN SCIENCES DE L'ENVIRONNEMENT
1809-4341	VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)
0043-003X	WAKE FOREST LAW REVIEW
1081-549X	WILLIAM & MARY JOURNAL OF WOMEN AND THE LAW
0741-9457	YALE JOURNAL ON REGULATION
0930-861X	ZEITSCHRIFT FÜR AUSLANDISCHES UND INTERNATIONALES ARBEITS- UND SOZIALRECHT
1612-703X	ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESAMTE STRAFRECHTSWISSENSCHAFT - THE GRUYTER (BERLIN) (ONLINE)
0084-5310	ZEITSCHRIFT FÜR DIE GESAMTE STRAFRECHTSWISSENSCHAFT - THE GRUYTER (BERLIN) (PRINT)

13.5.2 Periódicos Qualis A2

ISSN	Título
2178-5201	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION (ONLINE)
0973-6999	ADVANCES IN COMPUTER SCIENCE AND ENGINEERING
1984-6215	AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (IMPRESSO)

ISSN	Título
2176-0675	AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ONLINE)
1809-4422	AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)
1678-2690	ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ONLINE)
1414-3004	ANALYTICA. REVISTA DE FILOSOFIA
1582-5949	ANNALS OF THE UNIVERSITY OF PETROSANI, ECONOMICS
2179-7331	ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
2357-738X	ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO
2346-3120	ANUARIO IBEROAMERICANO DE DERECHO INTERNACIONAL PENAL (ONLINE)
2358-2472	ARACÊ - DIREITOS HUMANOS EM REVISTA
0004-0304	ARCHIVIO PENALE
1984-4247	ARGUMENTOS: REVISTA DE FILOSOFIA (IMPRESSO)
1984-4255	ARGUMENTOS: REVISTA DE FILOSOFIA (ONLINE)
1809-5267	ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOLOGIA (ONLINE)
2178-3845	ARTCULTURA
2348-2451	ASIAN JOURNAL OF LEGAL EDUCATION
1807-7692	BAR. BRAZILIAN ADMINISTRATION REVIEW
1808-2386	BBR. BRAZILIAN BUSINESS REVIEW
2284-4503	BIOLAW JOURNAL - RIVISTA DI BIODIRITTO
0303-9773	BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (ONLINE)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1134-993X	BOLETÍN DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE DERECHO COOPERATIVO
1678-2933	CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL
1517-0128	CADERNOS DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA (USP)
1413-7860	CADERNOS DE FILOSOFIA ALEMÃ
1679-3951	CADERNOS EBAPE. BR
0007-974X	CAHIERS DE DROIT (QUÉBEC)
1192-6422	CANADIAN FOREIGN POLICY
2526-9038	CARTA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE)
1413-0904	CARTA INTERNACIONAL (USP)
1390-1079	CHASQUI. REVISTA LATINOAMERICANA COMUNICACIÓN
1285-087X	CHRONIQUE INTERNATIONALE DE L'IRES
2447-2654	COISAS DO GÊNERO: REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM GÊNERO E RELIGIÃO
2542-1395	COMMUNICATIONS. MEDIA. DESIGN
2036-0967	CONFLUENZE (BOLOGNA)
2179-1309	CONTEXTO & EDUCAÇÃO
1659-4940	CUADERNOS INTER.C.A.MBIO SOBRE CENTROAMÉRICA Y EL CARIBE
2175-6600	DEBATES EM EDUCAÇÃO
0416-9565	DEMOCRAZIA E DIRITTO
2224-4131	DERECHO Y CAMBIO SOCIAL
1133-0937	DERECHOS Y LIBERTADES

ISSN	Título
2237-9029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE
2179-8869	DIMENSÕES: REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES
2317-7721	DIREITO DA CIDADE
1516-6104	DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE (IMPRESSO)
1808-4435	DIREITO UNIFACS
2447-0023	DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
2357-8009	DIREITO.UNB (ONLINE)
2318-9908	DIREITO.UNB (IMPRESSO)
1515-7326	DISCUSIONES
0747-4938	ECONOMETRIC REVIEWS
1982-3533	ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP. ONLINE)
0104-0618	ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP. IMPRESSO)
1545-2921	ECONOMICS BULLETIN
2238-1279	EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA (ONLINE)
2178-8359	EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA (ONLINE)
0872-7643	EDUCAÇÃO, SOCIEDADE & CULTURAS
1982-7814	EMANCIPAÇÃO (ONLINE) (PONTA GROSSA)
1518-2924	ENCONTROS BIBLI (ONLINE)
1688-437X	ENCUENTROS LATINOAMERICANOS (MONTEVIDEO)
0378-777X	ENVIRONMENTAL POLICY AND LAW
1863-9038	ERA FORUM
1414-722X	ESBOÇOS (UFSC)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1982-6524	ESPAÇO AMERÍNDIO (UFRGS)
2317-7837	ESPAÇO E ECONOMIA
1519-5899	ESPAÇO JURÍDICO
0718-5014	ESTUDIOS AVANZADOS (EN LÍNEA)
1688-8006	ESTUDIOS DE DERECHO ADMINISTRATIVO
1980-864X	ESTUDOS IBERO-AMERICANOS (PUCRS. ONLINE)
0101-4064	ESTUDOS IBERO-AMERICANOS (PUCRS. IMPRESSO)
2318-0501	ESTUDOS KANTIANOS
1677-2954	ETHIC@ (UFSC)
1973-2937	EUROPEAN JOURNAL OF LEGAL STUDIES
0924-9338	EUROPEAN PSYCHIATRY (PARIS)
0379-0738	FORENSIC SCIENCE INTERNATIONAL
0185-013X	FORO INTERNACIONAL
1980-0827	FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA
1984-0292	FRACTAL: REVISTA DE PSICOLOGIA
1983-7828	FRAGMENTOS DE CULTURA
2519-0709	FREEDOM FROM FEAR
0102-3888	GEOGRAFIA (LONDRINA)
2177-5230	GEOSUL
2175-5604	GERMINAL: MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE
1593-0793	GIORNALE DI STORIA COSTITUZIONALE
1986-2601	GLOBAL DIALOGUE

ISSN	Título
2358-4114	GRAGOATÁ
2535-5406	HUMAN RIGHTS EDUCATION REVIEW
0937-5414	HUMANITARES VOLKERRECHT
1123-3036	IL DIRITTO DELL'ECONOMIA
2381-3652	INDRASTRA GLOBAL
1981-8920	INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO (IEL. ONLINE)
0104-0146	INFORMAÇÃO & SOCIEDADE: ESTUDOS (UFPB. IMPRESSO)
1809-4783	INFORMAÇÃO & SOCIEDADE: ESTUDOS (UFPB. ONLINE)
0824-2577	INFORMAL LOGIC
2357-7975	INTERAÇÃO (UFSM)
1981-8416	INTER-AÇÃO (UFG. ONLINE)
1980-3508	INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE)
2177-7691	INTERFACES DA EDUCAÇÃO
2351-6674	INTERNATIONAL COMPARATIVE JURISPRUDENCE
1756-8692	INTERNATIONAL JOURNAL OF CLIMATE CHANGE STRATEGIES AND MANAGEMENT
1746-8809	INTERNATIONAL JOURNAL OF EMERGING MARKETS
0958-7594	INTERNATIONAL TAX REVIEW (LONDON)
1018-5909	INTERNATIONAL UNION RIGHTS
0167-6997	INVESTIGATIONAL NEW DRUGS
1561-8048	ITALIAN LABOUR LAW E JOURNAL
0021-325X	IUS CANONICUM
1390-7794	IUS HUMANI

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1699-2938	IUSLABOR
2194-3680	JAHRBUCH FÜR GESCHICHTE LATEINAMERIKAS
2362-194X	JOURNAL DE CIENCIAS SOCIALES
2591-801X	JOURNAL OF APPLIED LEARNING AND TEACHING
1740-1453	JOURNAL OF EMPIRICAL LEGAL STUDIES (PRINT)
1359-0790	JOURNAL OF FINANCIAL CRIME
2380-5439	JOURNAL OF HEALTH EDUCATION RESEARCH & DEVELOPMENT
1794-2918	JURÍDICAS
1664-848X	JUSLETTER IT
0211-7754	JUSTICIA: REVISTA DE DERECHO PROCESAL
2193-7869	KRITV, CRITQ, RCRIT
0738-2480	LAW AND HISTORY REVIEW (IMPRESSO)
1460-728X	LEGAL ETHICS (OXFORD)
1344-6223	LEGAL MEDICINE (TOKYO)
1628-6731	LES CAHIERS ALHIM
2174-6419	LEX SOCIAL - REVISTA DE DERECHOS SOCIALES
1981-0431	LINHAS CRÍTICAS (ONLINE)
2176-0985	MANDRÁGORA
1615-4568	MAX PLANCK INSTITUTE FOR SOCIAL ANTHROPOLOGY WORKING PAPERS
2007-9699	METAFÍSICA Y PERSONA
2362-616X	MILLCAYAC - REVISTA DIGITAL DE CIENCIAS SOCIALES

ISSN	Título
1794-600X	MISIÓN JURÍDICA - REVISTA DE DERECHO Y CIENCIAS SOCIALES
0028-0739	NATURAL RESOURCES JOURNAL
2246-7807	NAVEIÑ REET: NORDIC JOURNAL OF LAW AND SOCIAL RESEARCH
1413-2117	NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (UNIVALI)
2179-7064	NUNTIUS ANTIQUUS
1853-2713	OBSERVATORIO LATINOAMERICANO
1692-2530	OPINIÓN JURÍDICA (IMPRESSA)
2248-4078	OPINIÓN JURÍDICA (ONLINE)
1413-585X	ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE (UFBA. IMPRESSO)
1984-9230	ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE (UFBA. ONLINE)
2038-5633	OSSERVATORIO SULLE FONTI
1472-9342	OXFORD UNIVERSITY COMMONWEALTH LAW JOURNAL
1984-2503	PASSAGENS: REVISTA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURA JURÍDICA
1575-4022	PENAL Y PROCESAL PENAL
0122-1108	PENSAMIENTO JURÍDICO
2523-1960	PENSAMIENTO PROPIO (ONLINE)
2178-843X	PENSANDO: REVISTA DE FILOSOFIA (UFPI)
2175-795X	PERSPECTIVA
1981-5344	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
2520-8969	PERSPECTIVES ON BEHAVIOR SCIENCE
2239-4028	PHENOMENOLOGY AND MIND

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1982-2928	PHILÓSOPHOS - REVISTA DE FILOSOFIA
1743-923X	POLITICS & GENDER (PRINT)
1984-8803	POLITICS (IMPRESSO)
1984-4352	PRACS: REVISTA ELETRÔNICA DE HUMANIDADES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAP
2178-2679	PRÁXIS EDUCACIONAL (ONLINE)
0120-4688	PRAXIS FILOSÓFICA
1657-6535	PRECEDENTE - REVISTA JURÍDICA
1983-2109	PRINCÍPIOS: REVISTA DE FILOSOFIA (UFRN. ONLINE)
0104-8694	PRINCÍPIOS: REVISTA DE FILOSOFIA (UFRN. IMPRESSO)
0121-182X	PROLEGOMENOS (UNIVERSIDAD MILITAR NUEVA GRANADA)
2082-1212	PRZEGLĄD PRAWA KONSTYTUCYJNEGO
1414-9893	PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO
1678-9563	PSICOLOGIA EM REVISTA (ONLINE)
0048-5950	PUBLIUS (PHILADELPHIA)
0392-1867	QUADERNI FIORENTINI PER LA STORIA DEL PENSIERO GIURIDICO MODERNO
1124-4542	QUALE STATO
2178-938X	RAE (ONLINE)
2358-2332	RBPG - REVISTA BRASILEIRA DA PÓS-GRADUAÇÃO
2595-3206	REBEH
2175-2168	RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO
2568-4469	RECHTSKULTUR

ISSN	Título
2525-1678	REDEA – REVISTA DERECHOS EN ACCIÓN
2177-8736	REGE REVISTA DE GESTÃO
1436-378X	REGIONAL ENVIRONMENTAL CHANGE (ONLINE)
1515-3371	RELACIONES INTERNACIONALES (LA PLATA)
1645-9199	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (LISBOA)
1982-131X	RETRATOS DA ESCOLA
0953-8259	REVIEW OF POLITICAL ECONOMY
1695-2588	REVISTA ARANZADI DE DERECHO AMBIENTAL
1415-5400	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS
2238-0604	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO IMED
1807-1228	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO (PASSO FUNDO)
1984-4360	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL - RBDPRO (ONLINE)
0100-2589	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL - RBDPRO (IMPRESSO)
2525-510X	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL
1984-2295	REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA FÍSICA
1806-4892	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS (SÃO PAULO)
2175-3423	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS
2236-1677	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RBPP) (ONLINE)
2179-8338	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RBPP) (IMPRESSO)
1414-008X	REVISTA CEJ (BRASÍLIA)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0719-7551	REVISTA CHILENA DE DERECHO DEL TRABAJO Y DE LA SEGURIDAD SOCIAL
0718-9389	REVISTA CHILENA DE DERECHO Y CIENCIA POLÍTICA
1133-6595	REVISTA CIDOB D'AFERS INTERNACIONALS (1985)
2237-0315	REVISTA COCAR (ONLINE)
2256-5485	REVISTA COLOMBIANA DE SOCIOLOGÍA
1132-8312	REVISTA COMPLUTENSE DE HISTORIA DE AMÉRICA
2176-0144	REVISTA CONEXÕES - CIÊNCIA E TECNOLOGIA
0254-1106	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
2307-2113	REVISTA CUBANA DE INFORMACIÓN EN CIENCIAS DE LA SALUD
1981-2035	REVISTA DA AGU (IMPRESSO)
2525-328X	REVISTA DA AGU (ONLINE)
1679-1363	REVISTA DA AJURIS
2358-2480	REVISTA DA AJURIS - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL
0870-3116	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
2318-7999	REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO (BELO HORIZONTE (ONLINE)
1808-9429	REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO (BELO HORIZONTE) (IMPRESSO)
2358-0194	REVISTA DA FAEBA- EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
1415-6555	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
1982-3134	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAP (FGV. ONLINE)

ISSN	Título
0034-7612	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAP (FGV. IMPRESSO)
0034-7787	REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
0104-0529	REVISTA DE CULTURA TEOLÓGICA
1608-1714	REVISTA DE DERECHO
2074-0956	REVISTA DE DERECHO ADMINISTRATIVO
0716-9132	REVISTA DE DERECHO (VALDIVIA. IMPRESA)
2184-1799	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
2358-1433	REVISTA DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO
1809-6077	REVISTA DE DIREITO DA CIDADE
2447-6536	REVISTA DE DIREITO DA FACULDADE GUANAMBI
2179-8214	REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL
2179-345X	REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL DA PUCPR
1517-6851	REVISTA DE DIREITO MACKENZIE
1517-6290	REVISTA DE DIREITO PRIVADO (SÃO PAULO)
1980-5527	REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA
0719-7527	REVISTA DE ESTUDIOS TRIBUTARIOS
2179-5177	REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS DA UNESP
1414-3097	REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS UNESP
1981-9471	REVISTA DE FILOSOFIA ANTIGA (UNICAMP. ED. PORTUGUÊS)
2447-3359	REVISTA DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE
2177-3246	REVISTA DE GEOPOLÍTICA
0034-835X	REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2596-0466	REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA (ONLINE)
2007-3798	REVISTA DE LA ESCUELA JACOBEA DE POSGRADO
2448-8933	REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO DE MÉXICO
0120-3886	REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO Y CIENCIAS POLITICAS
2588-0837	REVISTA DE LA FACULTAD DE JURISPRUDENCIA
2304-7887	REVISTA DE LA SECRETARÍA DEL TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISIÓN (PARAGUAY) (ONLINE)
2307-5163	REVISTA DE LA SECRETARÍA DEL TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISIÓN (PARAGUAY) (IMPRESSO)
2594-3855	REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL
1909-3063	REVISTA DE RELACIONES INTERNACIONALES, ESTRATEGIA Y SEGURIDAD
2385-779X	REVISTA DE VICTIMOLOGÍA / JOURNAL OF VICTIMOLOGY
1641-4713	REVISTA DEL CESLA
0122-9893	REVISTA DERECHO DEL ESTADO
2301-1009	REVISTA DERECHO DEL TRABAJO
1852-2971	REVISTA DERECHO Y CIENCIAS SOCIALES
2145-2946	REVISTA DIGITAL DE DERECHO ADMINISTRATIVO
2317-2622	REVISTA DIREITO MACKENZIE
1983-8891	REVISTA DISSERTATIO DE FILOSOFIA
1980-511X	REVISTA DO DIREITO PÚBLICO (LONDRINA)
0122-0799	REVISTA DO INSTITUTO COLOMBIANO DE DERECHO TRIBUTARIO
0034-9275	REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO)

ISSN	Título
1809-3876	REVISTA E-CURRICULUM (PUCSP)
1982-7636	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL
1980-7791	REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA
2179-7943	REVISTA ESPAÇO JURÍDICO
1137-8654	REVISTA ESPAÑOLA DE EDUCACIÓN COMPARADA
2447-5467	REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS
2362-583X	REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO
0104-7043	REVISTA FAEEDA
1696-9642	REVISTA GENERAL DE DERECHO PROCESAL
1697-3046	REVISTA GENERAL DE DERECHO ROMANO
2316-1108	REVISTA GÊNERO
2236-255X	REVISTA GEOTEMAS
2317-109X	REVISTA HORIZONTES
1138-2783	REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN A DISTANCIA
1022-6508	REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN (IMPRESA)
1681-5653	REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN (ONLINE)
2178-1842	REVISTA INTER AÇÃO
1809-5771	REVISTA INTERAGIR
1885-589X	REVISTA INTERNACIONAL DE PENSAMIENTO POLÍTICO
1677-6402	REVISTA JURÍDICA CESUMAR. MESTRADO (IMPRESSO)
2176-9184	REVISTA JURÍDICA CESUMAR. MESTRADO (ONLINE)
2529-8941	REVISTA JURÍDICA DE LA UNIVERSIDAD DE LEÓN

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0328-5642	REVISTA JURÍDICA DE LA UNIVERSIDAD DE PALERMO
2027-7679	REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
0719-7160	REVISTA LATINOAMERICANA DE DERECHO Y RELIGIÓN
2525-1643	REVISTA LATINOAMERICANA EN DISCAPACIDAD, SOCIEDAD Y DERECHOS HUMANOS
2175-1994	REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO
2177-4129	REVISTA MEMÓRIA EM REDE
2447-4266	REVISTA OBSERVATÓRIO
1316-1164	REVISTA PROPIEDAD INTELECTUAL
2175-3539	REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL
1665-8639	REVISTA SEMESTRAL DE LA FACULTAD DE DERECHO
2697-0007	REVISTA SISTEMA PENAL CRÍTICO
0797-9789	REVISTA URUGUAYA DE CIENCIA POLÍTICA
2316-9036	REVISTA USP (ONLINE)
0103-9989	REVISTA USP (IMPRESSO)
0035-2578	REVUE DU DROIT PUBLIC ET DE LA SCIENCE POLITIQUE EN FRANCE ET A L'ETRANGER
0397-0299	REVUE JURIDIQUE DE L'ENVIRONNEMENT
1593-7135	RIFD. RIVISTA INTERNAZIONALE DI FILOSOFIA DEL DIRITTO
1971-033X	RIVISTA DI CRIMINOLOGIA, VITTIMOLOGIA E SICUREZZA
0557-1464	RIVISTA TRIMESTRALE DI DIRITTO PUBBLICO
2177-6059	ROTEIRO (UNOESC) (ONLINE)
0104-4311	ROTEIRO (UNOESC) (IMPRESSO)

ISSN	Título
1851-9628	RUNA: ARCHIVOS PARA LA CIENCIAS DEL HOMBRE (ONLINE)
2176-2708	SAPERE AUDE (BELO HORIZONTE. IMPRESSO)
2177-6342	SAPERE AUDE: REVISTA DE FILOSOFIA
0870-8185	SCIENTIA IURIDICA
1863-2386	SERVICE ORIENTED COMPUTING AND APPLICATIONS
2596-2612	SINGULAR SOCIAIS E HUMANIDADES
2317-0204	SOCIEDADE EM DEBATE (UCPEL) (ONLINE)
1414-9869	SOCIEDADE EM DEBATE (UCPEL) (IMPRESSO)
2236-7527	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
1988-0847	SORTUZ: OÑATI JOURNAL OF EMERGENT SOCIO-LEGAL STUDIES
1828-4973	STUDI SULLA QUESTIONE CRIMINALE (TESTO STAMPATO)
2071-1050	SUSTAINABILITY (BASEL)
0093-0709	SYRACUSE JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW AND COMMERCE
1815-7238	TAIWAN JOURNAL OF DEMOCRACY
2318-9576	TESSITURAS: REVISTA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
2340-9592	THE AGE OF HUMAN RIGHTS JOURNAL
0738-6729	THE BEHAVIOR ANALYST
1385-3457	THE JOURNAL OF MANAGEMENT AND GOVERNANCE
0884-1756	THE UNIVERSITY OF MIAMI INTER-AMERICAN LAW REVIEW
0725-5136	THESIS ELEVEN (PRINT)
2414-6366	TROPICAL MEDICINE AND INFECTIOUS DISEASE

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2386-9453	UNISCI JOURNAL
1548-6613	US-CHINA EDUCATION REVIEW
1316-5216	UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA (UNIVERSIDAD DEL ZULIA)
1315-5216	UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA (UNIVERSIDAD DEL ZULIA)
0506-7286	VERFASSUNG UND RECHT IN UBERSEE
1999-4915	VIRUSES
1981-4062	VISO : CADERNOS DE ESTÉTICA APLICADA
2048-8440	WORLD JOURNAL OF VAT/GST LAW
0965-1721	YEARBOOK OF INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW
0044-2348	ZEITSCHRIFT FÜR AUSLÄNDISCHES ÖFFENTLICHES RECHT UND VÖLKERRECHT (IMPRESSO)

13.5.3 Periódicos Qualis A3

ISSN	Título
2526-6675	ABYA-YALA: REVISTA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS NAS AMÉRICAS
1516-3210	A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO)
0001-6993	ACTA SOCIOLOGICA (TRYKT UTG.)
2270-4957	ACTES SÉMIOTIQUES (EN LIGNE)
2525-8923	ACTIO: DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS
2175-5787	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

ISSN	Título
1984-5634	AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (ONLINE)
2318-8499	AGENDA POLÍTICA
2238-5533	AMBIENTE & EDUCAÇÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2182-2999	ANÁLISE SOCIAL - REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
2346-0849	ANUARIO DE DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO
1809-6298	ARQUITEXTOS (SÃO PAULO)
2358-8470	AUFKLÄRUNG: JOURNAL OF PHILOSOPHY
2318-9428	AUFKLÄRUNG: REVISTA DE FILOSOFIA
1984-8196	BASE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNISINOS
2236-3637	BOLETIM CAMPINEIRO DE GEOGRAFIA
2177-4463	BOLETIM DATALUTA
2176-9915	BOLETIM DE ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL (IPEA)
2245-4373	BRASILIANA : JOURNAL FOR BRAZILIAN STUDIES
2179-2321	BRAZILIAN GEOGRAPHICAL JOURNAL: GEOSCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH MEDIUM
1678-4375	BRAZILIAN JOURNAL OF BIOLOGY (ONLINE)
1519-0951	CADERNOS ADENAUER (SÃO PAULO)
1984-7785	CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAI
2525-6904	CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE
2237-8871	CADERNOS DE HISTÓRIA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2178-2229	CADERNOS DE PESQUISA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
1809-8606	CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO
2179-2143	CADERNOS DO TEMPO PRESENTE
2236-5710	CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
1983-912X	CIÊNCIA ET PRAXIS (ONLINE)
1519-7050	CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS (IMPRESSO)
2177-6229	CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS (ONLINE)
2158-8724	CINEJ CINEMA JOURNAL (ONLINE)
0103-4316	CLÁSSICA (SÃO PAULO)
1677-7883	COLETÂNEA (RIO DE JANEIRO)
1569-1322	COMPARATIVE SOCIOLOGY (PRINT)
0104-8481	COMUNICAÇÕES (UNIMEP)
0103-1457	CONJECTURA: FILOSOFIA E EDUCAÇÃO (UCB)
2178-8839	CONJUNTURA AUSTRAL
1809-6182	CONJUNTURA INTERNACIONAL (BELO HORIZONTE. ONLINE)
2448-3931	CONPEDI LAW REVIEW (ONLINE)
2238-2577	CONTRACAMPO: BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION
0120-7180	COOPERATIVISMO Y DESARROLLO
2254-4455	CUADERNOS MANUEL GIMÉNEZ ABAD
1381-6128	CURRENT PHARMACEUTICAL DESIGN (PRINT)
1808-2882	CUSTOS E AGRONEGÓCIO ONLINE

ISSN	Título
2526-5180	DELICTAE - REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE O DELITO (ONLINE)
2255-3452	DEUSTO ESTUDIOS COOPERATIVOS
1980-7805	DIREITOS CULTURAIS (IMPRESSO)
2177-1499	DIREITOS CULTURAIS (ONLINE)
0148-0545	DRUG AND CHEMICAL TOXICOLOGY (NEW YORK, N.Y. 1978)
1983-9278	ECCOS REVISTA CIENTÍFICA (ONLINE)
1130-6378	ECOLOGÍA POLÍTICA
0390-6140	ECONOMIA PUBBLICA
2178-0587	ECONOMIC ANALYSIS OF LAW REVIEW
1747-5074	EDUCATIONAL ACTION RESEARCH (ONLINE)
2237-6984	EID&A ? REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS INTEGRADOS EM DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO
2316-4786	EKSTASIS REVISTA DE HERMENÊUTICA E FENOMENOLOGIA
2525-846X	ENCONTROS TEOLÓGICOS
1984-882X	ENFOQUE
2237-9622	EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE
1688-5317	ESTUDIOS HISTÓRICOS (RIVERA)
1678-698X	ESTUDOS GEOGRÁFICOS (UNESP)
2237-6461	ESTUDOS TEOLÓGICOS (ONLINE)
0101-3130	ESTUDOS TEOLÓGICOS (IMPRESSO)
1875-8274	EUROPEAN JOURNAL OF LAW REFORM (ONLINE)
0394-7297	FILOSOFIA POLITICA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1860-5605	FORUM HISTORIAE IURIS - ERSTE EUROPÄISCHE INTERNETZEITSCHRIFT FÜR RECHTSGESCHICHTE
2175-0742	FRONTEIRAS: REVISTA DE HISTÓRIA
1093-9946	FRONTIERS IN BIOSCIENCE (PRINT)
2184-1845	GALILEU
2237-1419	GEONORTE
1983-8220	GERAIS: REVISTA INTERINSTITUCIONAL DE PSICOLOGIA
0435-8600	GEWERBLICHER RECHTSSCHUTZ UND URHEBERRECHT, INTERNATIONALER TEIL
2198-1957	GLOBAL DIALOGUES (PRINT)
2437-1858	GLOBAL JOURNAL OF AGRICULTURAL RESEARCH AND REVIEWS
1744-1692	GLOBAL PUBLIC HEALTH (PRINT)
2178-1036	GRIOT - REVISTA DE FILOSOFIA
2238-8885	HISTÓRIA: DEBATES E TENDÊNCIAS
1517-2856	HISTÓRIA: DEBATES E TENDÊNCIAS (PASSO FUNDO)
2238-4286	IGAPÓ - REVISTA DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFAM
1080-0727	INDIANA JOURNAL OF GLOBAL LEGAL STUDIES (PRINT)
2338-7602	INDONESIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW
2399-5300	INNOVATION IN AGING (ONLINE)
1807-1260	INTELLECTOR (CENEGRI. ONLINE)
1984-042X	INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE) (ONLINE)
1518-7012	INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE) (IMPRESSO)

ISSN	Título
1980-8879	INTERDISCIPLINAR: REVISTA DE ESTUDOS EM LÍNGUA E LITERATURA
1676-8701	INTERESSE PÚBLICO (IMPRESSO)
1807-5762	INTERFACE (BOTUCATU. ONLINE)
1367-0271	INTERNATIONAL FINANCE (OXFORD)
1742-1241	INTERNATIONAL JOURNAL OF CLINICAL PRACTICE (ONLINE)
0952-617X	INTERNATIONAL JOURNAL OF COMPARATIVE LABOUR LAW AND INDUSTRIAL RELATIONS
1929-4409	INTERNATIONAL JOURNAL OF CRIMINOLOGY AND SOCIOLOGY
1740-8830	INTERNATIONAL JOURNAL OF INNOVATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
1757-2223	INTERNATIONAL JOURNAL OF INNOVATION SCIENCE
1751-1062	INTERNATIONAL JOURNAL OF WINE BUSINESS RESEARCH
2405-6901	INTERNATIONAL LABOR RIGHTS CASE LAW JOURNAL
1980-4865	INTERNEXT (SÃO PAULO)
1809-7286	INTERSABERES (FACINTER)
1679-9844	INTERSCIENCE PLACE
2250-6543	INTERSTICIOS DE LA POLÍTICA Y LA CULTURA : INTERVENCIONES LATINOAMERICANAS
2279-0837	IOSR JOURNAL OF HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCE (ONLINE)
2007-0500	IURIS TANTUM
0021-7557	JORNAL DE PEDIATRIA (IMPRESSO)
1984-3925	JOURNAL OF ACCOUNTING, MANAGEMENT AND GOVERNANCE (JAMG)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2499-9946	JOURNAL OF ADMINISTRATIVE JUDICIAL PROCESS
2516-7227	JOURNAL OF ILLICIT ECONOMIES AND DEVELOPMENT
0022-1791	JOURNAL OF INDIAN PHILOSOPHY
2374-2682	JOURNAL OF LAW AND CRIMINAL JUSTICE
0263-323X	JOURNAL OF LAW AND SOCIETY (PRINT)
1868-4890	JOURNAL OF POLITICS IN LATIN AMERICA (INTERNET)
1472-3891	JOURNAL OF PUBLIC AFFAIRS
0022-4197	JOURNAL OF RELIGION AND HEALTH
2615-3718	JOURNAL OF SOCIAL AND POLITICAL SCIENCES
1984-9206	KALAGATOS - REVISTA DE FILOSOFIA (VERSÃO ONLINE)
1984-8900	KÍNESIS (MARÍLIA)
2176-8846	LABOR & ENGENHO
2183-3745	LANGUAGE AND LAW / LINGUAGEM E DIREITO
0890-7218	LASA FORUM
0101-9635	LEOPOLDIANUM (UNISANTOS)
1980-8518	LIBERTAS (UFJF. ONLINE)
1808-3536	LIINC EM REVISTA
2526-8449	LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
2444-8478	LUS ET SCIENTICIA
2318-9657	MARX E O MARXISMO
2446-6905	MATRAGA
1409-0015	MEDICINA LEGAL DE COSTA RICA

ISSN	Título
1518-1219	MERIDIANO 47 (UNB)
2340-8413	METHAODOS. REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES
2447-3073	MIX SUSTENTÁVEL (UFSC) (ONLINE)
2447-0899	MIX SUSTENTÁVEL (UFSC) (IMPRESSO)
0104-0944	MOARA (UFPA)
1777-5841	MULTITUDES (PARIS) (ONLINE)
0292-0107	MULTITUDES (PARIS) (PRINT)
2011-799X	MUTATIS MUTANDIS (MEDELLIN. 2008)
1517-2430	NATUREZA HUMANA (IMPRESSO)
2175-2834	NATUREZA HUMANA (ONLINE)
1122-228X	NUOVE AUTONOMIE
1012-1587	OPCIÓN (MARACAIBO)
1851-4715	OTRA ECONOMÍA
1808-8031	OUTROS TEMPOS
1808-1967	PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)
2238-944X	PENSAMENTO JURÍDICO - REVISTA DA FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO
2317-2150	PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
2179-9024	PENSAR - REVISTA ELETRÔNICA DA FAJE
1519-8464	PENSAR (UNIFOR)
2177-580X	PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2177-1642	PLANETA AMAZÔNIA: REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2179-0019	PLURA, REVISTA DE ESTUDOS DE RELIGIÃO
2176-8099	PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE)
2035-5262	PÓLEMO
2448-2935	POLICROMIAS - REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, IMAGEM E SOM
2318-3160	POLIÉTICA. REVISTA DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA
2596-111X	POLIFONIA
0718-3399	POLÍTICA CRIMINAL: REVISTA ELECTRÓNICA SEMESTRAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN MATERIAS PENALES
1519-9029	POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL (ONLINE)
0104-7094	POLÍTICA HOJE
1518-4285	POLÍTICAS SOCIAIS (IPEA)
1415-7888	PRINCÍPIOS (SÃO PAULO)
1983-9286	PRISMA JURÍDICO (ONLINE)
1677-4760	PRISMA JURÍDICO (UNINOVE. IMPRESSO)
1678-6408	PROTESTANTISMO EM REVISTA
1807-8389	QUAESTIO IURIS (IMPRESSO)
1518-2886	QUAESTIO (UNISO)
1809-2039	RAI : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
0486-0349	RASSEGNA ITALIANA DI SOCIOLOGIA
1413-2311	READ. REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO
1981-6278	RECIIS - REVISTA ELETRÔNICA DE COM. INFORMAÇÃO & INOVAÇÃO EM SAÚDE
1982-9949	REFLEXÃO E AÇÃO (ONLINE)

ISSN	Título
1982-6605	RELIGARE: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES DA UFPB
2525-1937	REPÚBLICA E DERECHO
2524-9568	REVISTA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y SOCIEDAD
2237-8642	REVISTA BRASILEIRA DE CLIMATOLOGIA
1809-9092	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ANIMAL
2317-4552	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ANIMAL (ONLINE)
2358-6974	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL
2594-4932	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL (IMPRESSO)
1980-5497	REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA
1981-6162	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS
2358-3932	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA
1981-2256	REVISTA BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA
2525-5584	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNACIONAIS
1981-1659	REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2595-0258	REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2359-5582	REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DO DIREITO
2318-0544	REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA SBS (ONLINE)
2636-2147	REVISTA CARIBEÑA DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA
2179-460X	REVISTA CIÊNCIA E NATURA
2176-1477	REVISTA CIÊNCIAS & IDEIAS
2318-0722	REVISTA CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1807-6912	REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS
2238-7315	REVISTA CONEXÃO UEPG
1510-8090	REVISTA CRITICA DE DERECHO PRIVADO
1561-2880	REVISTA CUBANA DE INFORMACIÓN EN CIENCIAS DE LA SALUD - ACIMED
2236-3475	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UERJ
0104-6594	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS
2175-4705	REVISTA DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR
2318-1109	REVISTA DE ARQUITETURA IMED
1688-4981	REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES
1982-6486	REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES
2318-2253	REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA - RDC
0718-591X	REVISTA DE DERECHO (CONCEPCIÓN)
1518-272X	REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL
1679-2092	REVISTA DE DIREITO E POLÍTICA
2236-6377	REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA
1519-3993	REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC-CAMPINAS
2316-2058	REVISTA DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS
2409-3696	REVISTA DE ESTUDIOS TEÓRICOS Y EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA ISSN 2409-3696
2674-8703	REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
2236-4811	REVISTA DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
2316-9834	REVISTA DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

ISSN	Título
1981-982X	REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL (RGSA)
1414-0055	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL
2072-7976	REVISTA DE LA MAESTRÍA EN DERECHO PROCESAL
2175-5892	REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA
2236-479X	REVISTA DEBATES
1982-5269	REVISTA DEBATES (UFRGS)
1315-2378	REVISTA DEL CLAD REFORMA Y DEMOCRACIA
2591-3476	REVISTA DERECHO Y SALUD
2319-0825	REVISTA DIÁLOGOS (REVDIA)
1678-765X	REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
2237-0021	REVISTA DIREITO AMBIENTAL E SOCIEDADE (UCS) (ONLINE)
2316-8218	REVISTA DIREITO AMBIENTAL E SOCIEDADE (UCS) (IMPRESSO)
2447-2336	REVISTA DIREITO UFMS
1982-0496	REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS & DEMOCRACIA (UNIBRASIL)
2319-0884	REVISTA DO CEJUR/TJSC
2319-0876	REVISTA DO CEJUR/TJSC
2236-7632	REVISTA DO CURSO DE DIREITO DO UNIFOR
2447-9926	REVISTA DO INSTITUTO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA
1678-1864	REVISTA DO INSTITUTO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA
0870-6107	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2357-9226	REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2177-8256	REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL
2448-3303	REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS
1981-3694	REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM
2177-952X	REVISTA ELETRÔNICA ESPAÇO TEOLÓGICO
1983-1579	REVISTA ESPAÇO DO CURRÍCULO (ONLINE)
2174-0135	REVISTA EUROPEA DE HISTORIA DE LAS IDEAS POLÍTICAS Y DE LAS INSTITUCIONES PÚBLICAS
1132-8932	REVISTA GALEGA DE EDUCACIÓN - PUBLICACIÓN DE NOVA ESCOLA GALEGA
1886-6212	REVISTA GENERAL DE DERECHO CONSTITUCIONAL (INTERNET)
2236-4358	REVISTA HÚMUS
1984-4387	REVISTA INTERESSE PÚBLICO
2183-6396	REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO
2446-9424	REVISTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
2605-5244	REVISTA ÍTALO-ESPAÑOLA DE DERECHO PROCESAL
2595-9689	REVISTA JURÍDICA TRABALHO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
1657-4702	REVISTA LATINOAMERICANA DE BIOÉTICA
2346-920X	REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS CRÍTICOS ANIMALES
1983-2400	REVISTA LINGUAGEM & ENSINO
2526-3188	REVISTA MUNDAÚ
2178-1176	REVISTA OPINIÃO FILOSÓFICA

ISSN	Título
2447-6641	REVISTA OPINIÃO JURÍDICA
1806-0420	REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA)
1020-4989	REVISTA PANAMERICANA DE SALUD PÚBLICA / PAN AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH (IMPRESSO)
1680-5348	REVISTA PANAMERICANA DE SALUD PÚBLICA / PAN AMERICAN JOURNAL OF PUBLIC HEALTH (ONLINE)
1982-2596	REVISTA PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO EM ADMINISTRAÇÃO
2447-8571	REVISTA PENSAMENTO JURÍDICO
2236-0603	REVISTA PERCURSO ACADÊMICO
2177-3300	REVISTA PERCURSO (UEM) ONLINE
2358-0844	REVISTA PERIÓDICUS
2359-1552	REVISTA POLÍTICAS PÚBLICAS & CIDADES
2236-0514	REVISTA POLYPHONÍA
2446-6646	REVISTA PRESENÇA GEOGRÁFICA
0719-0417	REVISTA PUNTO EN GÉNERO
1516-0351	REVISTA QUAESTIO IURIS
1983-0378	REVISTA SIGNOS - CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
2179-1635	REVISTA SÍNTESE DIREITO DE FAMÍLIA
2179-1627	REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
2317-2339	REVISTA SOFIA - VERSÃO ELETRÔNICA
2359-1943	REVISTA TELLUS
2358-1425	REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO (ONLINE)
1809-3337	REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2447-2484	REVISTA VIS: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE
0035-0958	REVUE CRITIQUE DE DROIT INTERNATIONAL
2117-4350	REVUE DE DROIT COMPARÉ DU TRAVAIL ET DE LA SÉCURITÉ SOCIALE
2493-8637	REVUE DU DROIT DES RELIGIONS
0390-6701	REVUE INTERNATIONALE DE SOCIOLOGIE
2250-8139	RIHUMSO - REVISTA DE INVESTIGACIÓN DEL DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES
1984-4506	RISCO: REVISTA DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO (ONLINE)
1826-3534	RIVISTA FEDERALISMI (RIVISTA DI DIRITTO PUBBLICO ITALIANO, COMUNITARIO E COMPARATO)
2039-8026	RIVISTA GRUPPO DI PISA
1984-0470	SAÚDE E SOCIEDADE (USP. ONLINE)
0104-1290	SAÚDE E SOCIEDADE (USP. IMPRESSO)
2039-1749	SCIENZAEPACE
1414-5138	SÉRIE-ESTUDOS (UCDB)
2674-8541	SEXUALIDADE & POLÍTICA
2176-9389	SÍNTESE - REVISTA DE FILOSOFIA
1415-8566	SOCIEDADE E CULTURA (IMPRESSO)
1980-8194	SOCIEDADE E CULTURA (ONLINE)
0390-0851	SOCIOLOGIA DEL DIRITTO
0872-3419	SOCIOLOGIA (PORTO)
2007-1868	STOA

ISSN	Título
0213-2087	STUDIA HISTORICA. HA CONTEMPORÁNEA
1984-6754	SYNESIS (ONLINE)
1519-9452	TELLUS (UCDB)
0104-0103	TEORIA & PESQUISA
2236-0107	TEORIA & PESQUISA (ONLINE)
1982-095X	TERR@ PLURAL (UEPG. ONLINE)
1569-1853	THE LAW AND PRACTICE OF INTERNATIONAL COURTS AND TRIBUNALS (PRINT)
1439-9741	THE VINDOBONA JOURNAL OF INTERNATIONAL COMMERCIAL LAW AND ARBITRATION
2525-5096	THEMIS - REVISTA DA ESMEC
1516-9537	TRABALHO & EDUCAÇÃO (UFMG)
1808-799X	TRABALHO NECESSÁRIO
1982-5870	TRÁGICA: ESTUDOS SOBRE NIETZSCHE
1982-5935	TRAVESSIAS (UNIOESTE. ONLINE)
1673-9280	TSINGHUA LAW REVIEW
2183-3435	UNIO ¿ EU LAW JOURNAL
2531-6133	UNIVERSITY OF BOLOGNA LAW REVIEW (ONLINE)
2175-974X	VIRUS (USP SÃO CARLOS)
2179-3786	VOLUNTAS: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA
0734-242X	WASTE MANAGEMENT & RESEARCH (PRINT)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0049-6979	WATER, AIR AND SOIL POLLUTION (PRINT)
0323-4045	ZEITSCHRIFT DER SAVIGNY-STIFTUNG FÜR RECHTSGESCHICHTE
2304-4861	ZEITSCHRIFT DER SAVIGNY-STIFTUNG FÜR RECHTSGESCHICHTE (ONLINE)
1434-8888	ZEITSCHRIFT FÜR ZIVILPROZESS INTERNATIONAL

13.5.4 Periódicos Qualis A4

ISSN	Título
2237-5139	ADM.MADE
2279-5057	AG - ABOUT GENDER
1982-999X	ÁGORA FILOSÓFICA (UNICAP. ONLINE)
1679-5385	ÁGORA FILOSÓFICA (UNICAP. IMPRESSO)
2340-7743	AGUA Y TERRITORIO
2447-9837	ÁLTERA REVISTA DE ANTROPOLOGIA
2074-2568	ANÁLISIS LABORAL
2446-8088	ANAMORPHOSIS - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO E LITERATURA
1467-8322	ANTHROPOLOGY TODAY
1980-9484	ANUÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL
2224-9699	ANUARIO DE DERECHO PENAL ECONÓMICO Y DE LA EMPRESA
1688-5465	ANUARIO (FACULTAD DE DERECHO, UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA)

ISSN	Título
1138-4824	ANUARIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL
2525-3328	ANUÁRIO LUKÁCS
2193-3731	ARCHIV EURO ECO
2317-3882	ARGUMENTA
1676-2800	ARGUMENTA (FUNDINOPI)
1699-7549	ASTROLABIO: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA
2407-9685	ATHENS JOURNAL OF LAW
2237-826X	ATOZ: NOVAS PRÁTICAS EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
1442-9993	AUSTRAL ECOLOGY
2221-8890	BEITRÄGE ZUR RECHTSGESCHICHTE ÖSTERREICHS
1413-4853	BOLETIM DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS (IMPRESSO)
2237-7743	BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL RELATIONS
2425-231X	BRÉSIL(S) - SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES
2049-4092	BRITISH JOURNAL OF AMERICAN LEGAL STUDIES
0007-4624	BULLETIN FOR INTERNATIONAL TAXATION
1984-2104	CADERNO DE DEBATES REFÚGIO, MIGRAÇÕES E CIDADANIA
2594-7621	CADERNO HUMANIDADE E PERSPECTIVAS
1678-1244	CADERNOS DA FUCAMP
2175-2613	CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL (CURITIBA. ONLINE)
2359-5280	CADERNOS DE POLÍTICA EXTERIOR
2447-861X	CADERNOS DO CEAS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1413-6651	CADERNOS ESPINOSANOS (USP)
2358-4750	CAMINHOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM REVISTA (ONLINE)
2561-4665	CANADIAN JOURNAL OF BIOETHICS
2414-6153	CHRONICLE (INTERNATIONAL ASSOCIATION OF YOUTH AND FAMILY JUDGES AND MAGISTRATES)
1518-8353	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ONLINE)
2191-1339	CIVIL PROCEDURE REVIEW
2318-180X	COLÓQUIO - REVISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1554-6853	COMPETITION POLICY INTERNATIONAL
1554-0189	COMPETITION POLICY INTERNATIONAL ANTITRUST
2594-5467	CONECTE-SE! REVISTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO
2317-3254	CONEXÃO POLÍTICA - REVISTAS ELETRÔNICAS DA UFPI
1676-661X	CONFLITOS NO CAMPO BRASIL
2318-4558	CONFLUÊNCIAS (UFF. NITERÓI) (ONLINE)
1678-7145	CONFLUÊNCIAS (UFF. NITERÓI) (IMPRESSO)
2317-6563	CONJUNTURA GLOBAL
2316-1329	CONTEMPORÂNEA (ONLINE)
2236-532X	CONTEMPORÂNEA. REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCAR
1988-7833	CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES
1808-5253	CONTROVÉRSIA (UNISINOS)
2311-5475	CRISIS AND CRITIQUE (ONLINE)
1980-6493	CRÍTICA CULTURAL

ISSN	Título
1989-4155	CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO
2000-1525	CULTURE UNBOUND: JOURNAL OF CURRENT CULTURAL RESEARCH
2183-7295	CYBERLAW BY CIJIC
1647-6336	DEBATER A EUROPA
2177-6709	DENTAL PRESS JOURNAL OF ORTHODONTICS
2462-7518	DERECHO ANIMAL FORUM OF ANIMAL LAW STUDIES
2176-9257	DESENVOLVIMENTO EM DEBATE
2237-6453	DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO
1983-9294	DIALOGIA
1677-7603	DIÁLOGOS POSSÍVEIS (FSBA) (IMPRESSO)
2447-9047	DIÁLOGOS POSSÍVEIS (FSBA) (ONLINE)
1517-509X	DIKÉ (ILHÉUS)
2178-2792	DILEMAS
1983-5922	DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL
0100-9079	DIREITO & JUSTIÇA (PORTO ALEGRE. IMPRESSO)
1984-7718	DIREITO & JUSTIÇA (PORTO ALEGRE. ONLINE)
2177-0026	DIREITO E DESENVOLVIMENTO
2178-2466	DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS
1676-8558	DIREITO E JUSTIÇA (URI)
2177-1758	DIREITO E LIBERDADE.
1722-7666	DIRITTI LAVORI MERCATI

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0965-3562	DISASTER PREVENTION AND MANAGEMENT
2037-6677	DPCE ONLINE
1415-9902	EDUCAÇÃO & LINGUAGEM (IMPRESSO)
2176-1043	EDUCAÇÃO & LINGUAGEM (ONLINE)
2238-8346	EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EM DEBATE
2179-8435	EDUCAÇÃO POR ESCRITO PUCRS
1983-7771	EDUCATIVA (GOIÂNIA. ONLINE)
2175-0688	E-LEGIS
1516-8964	EM TEMPO (MARÍLIA. IMPRESSO)
2237-4450	ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA EM REVISTA
2526-2793	ENTROPIA
2183-184X	E-PÚBLICA: REVISTA ELETRÓNICA DE DIREITO PÚBLICO (ONLINE)
2446-6190	ESFERAS
1315-0006	ESPACIO ABIERTO - CUADERNO VENEZOLANO DE SOCIOLOGÍA (CARACAS. 1992)
1688-5953	ESPACIO ABIERTO - REVISTA DEL CIEJ-AFJU (MONTEVIDEO)
2317-773X	ESTUDOS INTERNACIONAIS
2179-3441	ESTUDOS NIETZSCHE
1414-3917	ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA
2179-6386	EXPEDIÇÕES: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
2358-6311	FAROL - REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE
1984-9605	FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

ISSN	Título
2334-8577	FILOZOFIJA I DRUSTVO (ONLINE)
2176-4360	FORMAÇÃO DOCENTE
1678-8648	FÓRUM ADMINISTRATIVO: DIREITO PÚBLICO (BELO HORIZONTE) (IMPRESSO)
1984-4107	FÓRUM ADMINISTRATIVO: DIREITO PÚBLICO (BELO HORIZONTE) (ONLINE)
2238-8869	FRONTEIRAS: JOURNAL OF SOCIAL, TECHNOLOGICAL AND ENVIRONMENTAL SCIENCE
2236-9929	FUCAMP CADERNOS
2175-5825	FUTURE STUDIES RESEARCH JOURNAL
2075-6305	GACETA PENAL & PROCESAL PENAL
1516-9103	GESTÃO & PLANEJAMENTO (SALVADOR)
2255-2707	GLOSSAE - EUROPEAN JOURNAL OF LEGAL HISTORY
2179-9180	GUAIRACÁ
0073-1579	HEGEL-JAHRBUCH
2526-0774	HOMA PUBLICA: REVISTA INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y EMPRESAS (ONLINE)
2526-9321	HOMA PUBLICA: REVISTA INTERNACIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y EMPRESAS (IMPRESSO)
1982-6931	HUMANIDADES EM DIÁLOGO (IMPRESSO)
1750-9378	INFECTIOUS AGENTS AND CANCER
2530-4496	INFORMÁTICA Y DERECHO 2ª ÉPOCA - REVISTA IBEROAMERICANA DE DERECHO INFORMÁTICO
0020-0190	INFORMATION PROCESSING LETTERS (PRINT)
2447-9020	INTELLIGERE - REVISTA DE HISTÓRIA INTELLECTUAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1984-431X	INTERDISCIPLINAR: REVISTA ELETRÔNICA DA UNIVAR
2316-3321	INTERFACES CIENTÍFICAS - DIREITO (IMPRESSO)
2316-381X	INTERFACES CIENTÍFICAS - DIREITO (ONLINE)
2316-3828	INTERFACES CIENTÍFICAS - EDUCAÇÃO
2316-3801	INTERFACES CIENTÍFICAS - HUMANAS E SOCIAIS
2553-6893	INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL AND DATA LAW
0020-7292	INTERNATIONAL JOURNAL OF GYNAECOLOGY AND OBSTETRICS (PRINT)
1879-3479	INTERNATIONAL JOURNAL OF GYNAECOLOGY AND OBSTETRICS (ONLINE)
2318-9975	INTERNATIONAL JOURNAL OF INNOVATION
1478-9647	INTERNATIONAL JOURNAL OF INTELLECTUAL PROPERTY MANAGEMENT
2313-5468	INTERNATIONAL JOURNAL OF LEARNING, TEACHING AND INNOVATION
2056-4929	INTERNATIONAL JOURNAL OF PUBLIC LEADERSHIP
1983-4012	INTUITIO (PORTO ALEGRE)
2179-6742	INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA
2464-8914	ITALIAN REVIEW OF LEGAL HISTORY
2035-553X	ITALIAN SOCIETY FOR LAW AND LITERATURE: DOSSIER LAW AND LITERATURE: A DISCUSSION ON PURPOSES AND METHOD
2237-4965	IUS GENTIUM
1059-048X	JOURNAL OF BANKRUPTCY LAW AND PRACTICE
2155-7950	JOURNAL OF BUSINESS AND ECONOMICS

ISSN	Título
0022-1198	JOURNAL OF FORENSIC SCIENCES
2175-4411	JOURNAL OF HEALTH INFORMATICS
1747-1532	JOURNAL OF INTELLECTUAL PROPERTY LAW AND PRACTICE (PRINT)
1096-620X	JOURNAL OF MEDICINAL FOOD
1034-4810	JOURNAL OF PAEDIATRICS AND CHILD HEALTH (PRINT)
2183-1912	JOURNAL OF SPATIAL AND ORGANIZATIONAL DYNAMICS (ONLINE)
1413-3571	JURIS (FURG)
2348-2834	KLE LAW JOURNAL
2509-6826	KRIPOZ - KRIMINALPOLITISCHE ZEITSCHRIFT
2410-2059	KUTAFIN UNIVERSITY LAW REVIEW (ONLINE)
2007-9842	LATIN AMERICAN JOURNAL OF SCIENCE EDUCATION
2050-9014	LAW AND ECONOMICS YEARLY REVIEW
1864-404X	LETTERS IN SPATIAL AND RESOURCE SCIENCES
1982-5625	LITERATURA EM DEBATE (URI)
2184-0008	MARKET AND COMPETITION LAW REVIEW
2176-6665	MEDIAÇÕES - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1576-3196	MEDIO AMBIENTE & DERECHO
1676-1669	MEMORANDUM (BELO HORIZONTE)
1678-8060	MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ (ONLINE)
2526-5229	METAXY
0941-2948	METEOROLOGISCHE ZEITSCHRIFT (BERLIN)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2578-2207	MIGRATION AND CITIZENSHIP
2316-3100	MOMENTO - DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO
2316-8323	MONÇÕES: REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD
1133-4797	MONOGRAFÍAS DE LA REVISTA ARAGONESA DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA
2175-2052	MUNDORAMA
2237-4558	NAVUS REVISTA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
0873-4372	O DIREITO (LISBOA)
1696-8352	OBSERVATORIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA
2317-7853	OLH@RES - REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UNIFESP
2238-2593	ORGANICOM
2610-9050	P.A. PERSONA E AMMINISTRAZIONE
0103-5908	PARADIGMA (RIBEIRÃO PRETO)
1806-6860	PARAHYBA JUDICIÁRIA
2316-7521	PERCURSO (CURITIBA)
1984-7246	PERCURSOS (UDESC) ONLINE
2175-1811	PERI
1806-9029	PESQUISA & DEBATE (SÃO PAULO. 1985. ONLINE)
2177-1626	PESQUISEDUCA
0718-6568	POLIS (SANTIAGO. EN LÍNEA)
2175-7984	POLÍTICA & SOCIEDADE (ONLINE)
0104-8015	POLÍTICA & TRABALHO

ISSN	Título
2316-4042	PONTO DE VISTA JURÍDICO
1678-2593	PRIM@ FACIE
1516-9219	PROBLEMATA: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA
2236-8612	PROBLEMATA: REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFIA
2176-5960	PROMETEUS FILOSOFIA EM REVISTA
2358-7814	P2P & INOVAÇÃO
1678-6483	RACE : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (IMPRESSO)
2179-4936	RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA (ONLINE)
2178-7638	RACEF: REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA DA FUNDACE
1676-8965	RBSE. REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO (ONLINE)
0101-8434	REB. REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA
2595-5667	REDAP - REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
2318-8081	REDES - REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E SOCIEDADE
2237-3667	REUNIR REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE
2175-1609	REVISTA TRIÂNGULO
2179-4456	REVELL ? REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS
1541-1443	REVISTA - HARVARD REVIEW OF LATIN AMERICA
1980-0096	REVISTA ÁGORA (VITÓRIA)
1980-993X	REVISTA AMBIENTE & ÁGUA
2317-5443	REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2447-2026	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO URBANÍSTICO
1980-0118	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (IMPRESSO)
1981-1764	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ONLINE)
2525-4863	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
1984-0446	REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM
2317-6644	REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB
2359-232X	REVISTA BRASILEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
2317-2363	REVISTA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
2177-2851	REVISTA BRASILEIRA ESTUDOS POLÍTICOS
1900-6896	REVISTA COLOMBIANA DE BIOÉTICA
2359-5744	REVISTA CULTURAS JURÍDICAS
1980-6698	REVISTA CULTURAS JURÍDICAS
1676-1480	REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL
2177-2770	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS
1984-1841	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
0304-2340	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (IMPRESSO)
1415-1979	REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA
2447-7117	REVISTA DA TULHA

ISSN	Título
1517-0276	REVISTA DA UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (IMPRESSO)
2236-5362	REVISTA DA UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (ONLINE)
1983-4659	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFSM
2237-7956	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO IMED
1679-6462	REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO
2237-1427	REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS
2525-8036	REVISTA DE CIÊNCIAS DO ESTADO (UFMG)
2178-4582	REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS
2448-2129	REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E EMPRESARIAIS.
1982-1107	REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR
1516-1579	REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR (IMPRESSO)
1510-3714	REVISTA DE DERECHO - UNIVERSIDAD CATÓLICA DÁMASO A. LARRAÑAGA. FACULTAD DE DERECHO
1909-7786	REVISTA DE DERECHO COMUNICACIONES Y NUEVAS TECNOLOGÍAS (EN LÍNEA)
1697-7890	REVISTA DE DERECHO CONSTITUCIONAL EUROPEO (INTERNET)
2521-8808	REVISTA DE DERECHO DE LA UCB
1853-1105	REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA DE LA LEY - THOMSON REUTERS
0123-6458	REVISTA DE DERECHO Y ECONOMÍA
2596-2337	REVISTA DE DIREITO CIVIL
1981-1950	REVISTA DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA
1981-1020	REVISTA DE DIREITO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2446-6166	REVISTA DE DIREITO DAS SOCIEDADES E DOS VALORES MOBILIÁRIOS
0102-8774	REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO)
1809-3280	REVISTA DE DIREITO E LIBERDADE
2318-7689	REVISTA DE DIREITO EMPRESARIAL
2237-1036	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL
1980-1995	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO
2236-997X	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL (UNICEUB)
1678-7102	REVISTA DE DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA
1982-7660	REVISTA DE EDUCAÇÃO POPULAR
2386-4540	REVISTA DE ESTUDIOS BRASILEÑOS
1519-1850	REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS (PORTO ALEGRE)
2346-9986	REVISTA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA E+
2317-9570	REVISTA DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA
2317-837X	REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
2178-9010	REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO
2316-3712	REVISTA DE GESTÃO EM SISTEMAS DE SAÚDE
2359-5639	REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS
2358-7164	REVISTA DE PROCESSO COMPARADO
2175-5027	REVISTA DE PSICOLOGIA DA IMED
2317-2010	REVISTA DIALECTUS

ISSN	Título
1982-310X	REVISTA DIGITAL CONSTITUIÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS (UFRN)
2319-0558	REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO
2175-2176	REVISTA DIGITAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS - IAB
2236-0859	REVISTA DIREITO E DESENVOLVIMENTO
2316-3054	REVISTA DIREITOS EMERGENTES NA SOCIEDADE GLOBAL
2359-2192	REVISTA DISSOL - DISCURSO, SOCIEDADE E LINGUAGEM
2358-8853	REVISTA DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO
2176-1094	REVISTA DO CURSO DE DIREITO (SÃO BERNARDO DO CAMPO. ONLINE)
2525-9857	REVISTA DO DIREITO DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
1413-4543	REVISTA DO DIREITO IMOBILIÁRIO
1980-8860	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO UCB
2176-7769	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
0101-6342	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (RIO GRANDE DO SUL)
0103-1090	REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
0100-1736	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO
2237-5864	REVISTA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR
2182-9845	REVISTA ELECTRÓNICA DE DIREITO
1989-2446	REVISTA ELECTRÓNICA DE INVESTIGACIÓN Y DOCENCIA
1678-8729	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2526-1223	REVISTA ELETRÔNICA OAB/RJ
1984-7858	REVISTA EM TEMPO (ONLINE)
2387-1555	REVISTA EUROAMERICANA DE ANTROPOLOGIA
2237-9460	REVISTA EXITUS.
2317-2932	REVISTA FEMINISMOS
2177-1383	REVISTA FIDES
1982-3916	REVISTA FÓRUM IDENTIDADES
1983-4535	REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA - GUAL
1982-7547	REVISTA HUMANIDADES EM DIÁLOGO
2529-9573	REVISTA IBEROAMERICANA DE BIOÉTICA
2358-7156	REVISTA IBEROAMERICANA DE DERECHO PROCESAL
1015-5074	REVISTA INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS
2316-3348	REVISTA INTERFACES CIENTÍFICAS - HUMANAS E SOCIAIS
2525-7668	REVISTA INTERRITÓRIOS
2415-5071	REVISTA JURÍDICA
2316-753X	REVISTA JURÍDICA - UNICURITIBA
2316-6959	REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
2238-4847	REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
1809-5836	REVISTA JURÍDICA DA FA7
2447-9055	REVISTA JURÍDICA DA FA7 (ONLINE)

ISSN	Título
1984-512X	REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
2526-9488	REVISTA JURÍDICA DA UFERSA
1807-1627	REVISTA JURÍDICA DA UNIFIL
2697-3170	REVISTA JURÍDICA DEL TRABAJO
1982-4858	REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE)
2183-539X	REVISTA JURÍDICA LUSO BRASILEIRA
0103-3379	REVISTA JURÍDICA (PORTO ALEGRE. 1953)
1678-9512	REVISTA JURÍDICA (RIO VERDE)
1983-2036	REVISTA JURÍDICA THEMIS
2526-6500	REVISTA JURIS UNITOLEDO
2177-2886	REVISTA LATINO-AMERICANA DE GEOGRAFIA E GÊNERO
2318-423X	REVISTA LIMIAR
2358-0593	REVISTA MEMORARE
2358-3223	REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
2157-0491	REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS
1984-2627	REVISTA OABRJ
2318-8650	REVISTA PARADIGMA
2077-5172	REVISTA PARAGUAYA DE ESTUDIOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEO - NOVAPOLIS
1853-4554	REVISTA PENSAMIENTO PENAL
1517-5901	REVISTA POLÍTICA E TRABALHO
1983-4527	REVISTA PÓS-CIÊNCIAS SOCIAIS
2596-1020	REVISTA PRÁXIS COMUNAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2358-6125	REVISTA PROFANAÇÕES
2447-7982	REVISTA PUBLICUM
2238-6408	REVISTA REFLEXÕES
2215-2466	REVISTA RUPTURAS
1980-1742	REVISTA SANTA RITA (FACEAS)
2238-3565	REVISTA SAPIÊNCIA: SOCIEDADE, SABERES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS
2236-5346	REVISTA SÍNTESE DIREITO EMPRESARIAL
2727-2354	REVISTA SOVRASTRUTTURE
1984-3526	REVISTA TECNOLOGIA E SOCIEDADE (ONLINE)
1549-2230	REVISTA TEKNOKULTURA
2526-2319	REVISTA TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE
2179-7528	REVISTA TRANSVERSOS
2422-0477	REVISTA UPB
0775-4663	REVUE DE DROIT INTERNATIONAL ET DE DROIT COMPARÉ
1957-7796	REVUE DE LA REGULATION: CAPITALISME, INSTITUTIONS, POUVOIRS
0990-1027	REVUE JURIDIQUE DE L'OUEST
2318-9304	ROMANITAS - REVISTA DE ESTUDOS GRECOLATINOS
0103-1104	SAÚDE EM DEBATE (IMPRESSO)
2358-2898	SAÚDE EM DEBATE (ONLINE)
1767-9397	SENS PUBLIC (LYON)
1666-0048	SISTEMAS JUDICIALES

ISSN	Título
2526-4702	SOCIABILIDADES URBANAS: REVISTA DE ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA
2038-3150	SOCIETÀMUTAMENTOPOLITICA
1295-9278	SOCIOLOGIES PRATIQUES
2446-4821	SOUTH AMERICAN JOURNAL OF BASIC EDUCATION, TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL
2036-3583	STUDI TRIBUTARI EUROPEI
1983-3342	SUR. REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
1806-6445	SUR. REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (IMPRESSO)
2176-5782	TABULEIRO DE LETRAS
1684-9434	TAX ADMINISTRATION REVIEW
1983-5744	TENSÕES MUNDIAIS / WORLD TENSIONS
1809-3124	TENSÕES MUNDIAIS (IMPRESSO)
2238-104X	TEORIA E PRÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO (TPA)
1070-1478	THE ELDER LAW JOURNAL
0949-541X	TÓPICOS (BONN)
2197-1927	TRIPLE HELIX
1517-1779	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (BRASÍLIA)
1517-9427	UNOPAR CIENTÍFICA. CIÊNCIAS JURÍDICAS E EMPRESARIAIS
2080-9670	UWM LAW REVIEW
1909-0528	VIA INVENIENDI ET LUDICANDI
1809-1636	VIVÊNCIAS (URI. ERECHIM)
0044-3638	ZEITSCHRIFT FÜR VERGLEICHENDE RECHTSWISSENSCHAFT

13.5.5 Periódicos Qualis B1

ISSN	Título
2318-3985	ALUMNI
1390-1230	AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO
2596-0180	ANANKE
2175-7119	ANIMA: REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA OPET
1984-4921	ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES
1889-4224	ANUARIO CORUÑÉS DE DERECHO COMPARADO DEL TRABAJO
1578-3138	ANUARIO ESPAÑOL DE DERECHO INTERNACIONAL PRIVADO
2526-592X	AORISTO - INTERNATIONAL JOURNAL OF PHENOMENOLOGY, HERMENEUTICS AND METAPHYSICS
2527-2551	ARGUMENTOS- REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIMONTES
1583-2767	ARGUMENTUM - JOURNAL OF THE SEMINAR OF DISCURSIVE LOGIC, ARGUMENTATION THEORY AND RHETORIC
2238-6912	AUSTRAL - BRAZILIAN JOURNAL OF STRATEGY & INTERNATIONAL RELATIONS
1982-2022	BARBARÓI (UNISC. ONLINE)
1984-4123	BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (ONLINE)
1676-0611	BIOTA NEOTROPICA (ONLINE. EDIÇÃO EM INGLÊS)
0870-4260	BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS
2317-5206	BOLETIM DO MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA (ONLINE)

ISSN	Título
2319-0612	BRAZILIAN JOURNAL OF RADIATION SCIENCES
2318-6933	CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1980-1769	CADERNOS DE GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
1516-0173	CADERNOS DO GIPE-CIT (UFBA)
2317-8558	CADERNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGDIR./UFRGS
1678-5029	CADERNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGDIR./UFRGS
1676-6288	CADERNOS PROLAM/USP
2596-1314	CAMPOS NEUTRAIS
0826-3663	CANADIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN STUDIES
1677-7794	CANTAREIRA (UFF)
2183-9336	CATÓLICA LAW REVIEW
2595-4881	CENAS EDUCACIONAIS
1983-9480	CIÊNCIA EM MOVIMENTO (ONLINE)
0101-2657	COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE (METODISTA)
2237-8049	CONHECIMENTO & DIVERSIDADE (ONLINE)
1983-3695	CONHECIMENTO & DIVERSIDADE (IMPRESSO)
2526-6519	CONTEMPORÂNEA: REVISTA UNITOLEDO: ARQUITETURA, COMUNICAÇÃO, DESIGN E EDUCAÇÃO
1678-2089	CONTEXTUS (FORTALEZA)
2236-6822	CONTRAPONTO
1130-2682	COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1749-8457	CRITICA (LONDON)
2447-7087	DAS QUESTÕES
1389-1863	DERIVATIVES & FINANCIAL INSTRUMENTS
2446-5496	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM DEBATE
2176-3070	DESTAQUES ACADÊMICOS
2526-849X	DEVIR EDUCAÇÃO
2596-2353	DIÁLOGOS INTERNACIONAIS
2316-4034	DI@LOGUS
1518-7047	DIREITO & PAZ
0871-0376	DIREITO E JUSTIÇA (LISBOA)
0103-9040	DIREITO EM DEBATE
1593-2605	DIRITTO DEL COMMERCIO INTERNAZIONALE
2594-5025	DISSONÂNCIA: REVISTA DE TEORIA CRÍTICA
1270-9824	DROIT DE LA FAMILLE
2040-557X	EASYCHAIR PROCEEDINGS IN COMPUTING
1984-2716	E-CIVITAS (BELO HORIZONTE)
2317-627X	ECONOMIA & REGIÃO
1517-1302	ECONÔMICA (NITERÓI)
2359-2087	EDUCA - REVISTA MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO
2236-5192	EDUCAÇÃO EM REVISTA
2357-8424	EDUCAÇÃO (FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA)
2527-1393	ELEUTHERÍA

ISSN	Título
2316-1191	EM TEMPO DE HISTÓRIAS
2594-2999	ENCARTES
2426-6760	ÉNERGIE-ENVIRONNEMENT-INFRASTRUCTURES (IMPRESSO)
1519-339X	ENFERMAGEM ATUAL
2357-707X	ENFERMAGEM EM FOCO
1161-2770	ENTREPRISES ET HISTOIRE (PARIS)
0966-2030	ENVIRONMENTAL LIABILITY
2595-1378	ERR01: REVISTA DE FOTOGRAFIA
2238-7188	ESCRITAS: REVISTA DO CURSO DE HISTÓRIA DE ARAGUAÍNA
1982-4718	ESTUDOS DE SOCIOLOGIA
1619-5272	EUROPEAN STATE AID LAW QUARTERLY
1807-0221	EXTENSIO: REVISTA ELETRÔNICA DE EXTENSÃO
2358-3878	FACES DA HISTÓRIA
1676-5826	FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (IMPRESSO)
1984-4166	FÓRUM DE DIREITO URBANO E AMBIENTAL
1676-6962	FÓRUM DE DIREITO URBANO E AMBIENTAL (IMPRESSO)
2446-8215	FRONTEIRAS E DEBATES
2177-6563	FUNDAMENTO - REVISTA DE PESQUISA EM FILOSOFIA
1981-1268	GAIA SCIENTIA (UFPB)
2384-9495	GENIUS - RIVISTA DI STUDI GIURIDICI SULL'ORIENTAMENTO SESSUALE E L'IDENTITÀ DI GENERE
2446-6875	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO (ONLINE)
1980-5756	GESTÃO E SOCIEDADE

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1875-9858	GLOBAL RESPONSIBILITY TO PROTECT
1806-8979	GV EXECUTIVO
1809-1261	HEGEMONIA (BRASÍLIA)
2448-2609	HERÓDOTO - REVISTA DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E SUAS CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS
2318-1540	HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
1783-7014	HUMAN RIGHTS AND INTERNATIONAL LEGAL DISCOURSE
2675-1038	HUMANITIES AND RIGHTS GLOBAL NETWORK JOURNAL
1888-0967	IBERSID (ZARAGOZA)
1982-7717	ÍCONE: REVISTA DE LETRAS (UEG. SÃO LUÍS DE MONTES BELOS)
1950-5701	IDEAS
1852-9550	IMAGOFAGIA
2554-4918	IMODEV
1516-084X	INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (IMPRESSO)
2447-6684	INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS
1679-8902	INTELLECTUS REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
2236-4447	INTERAGIR (UERJ)
1519-8847	INTERAGIR (UERJ)
2316-3313	INTERFACES CIENTÍFICAS - SAÚDE E AMBIENTE
1980-5276	INTERIN
2156-7964	INTERNATIONAL JOURNAL FOR COURT ADMINISTRATION

ISSN	Título
2317-1456	INTERSEÇÕES - REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
1517-6088	INTERSEÇÕES (UERJ)
1807-1384	INTERTHESIS (FLORIANÓPOLIS)
2237-8154	IURISPRUDENTIA - REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA AJES
1981-8033	IUS GENTIUM (FACINTER)
2364-0014	JOURNAL FOR RESEARCH ON ADULT EDUCATION
1070-9789	JOURNAL OF ADVANCED MATERIALS
2245-8921	JOURNAL OF CHINA AND INTERNATIONAL RELATIONS
2161-7104	JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION AND GOVERNANCE
2448-0517	JURIS POIESIS
1516-6635	JURISPOIESIS (RIO DE JANEIRO)
1519-6674	LABIRINTO (UNIR)
2282-1279	LE CORTI UMBRE
2175-0947	LEX HUMANA
1281-3389	L'OBSERVATEUR DES NATIONS UNIES
2247-0220	MANAGEMENT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ONLINE)
2223-5248	MIGRATION POLICY PRACTICE
1984-2899	MISCELÂNEA (ASSIS. ONLINE)
2447-0244	MISSÕES: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
2595-1211	MODERNOS & CONTEMPORÂNEOS
2447-9276	MULTITEMAS
1414-512X	MULTITEMAS (UCDB)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2596-108X	MUNDO E DESENVOLVIMENTO
2177-7314	MURAL INTERNACIONAL
1869-5604	NIETZSCHEFORSCHUNG
1516-5477	NOTANDUM (USP)
2175-0769	O MOSAICO: REVISTA DE PESQUISA EM ARTES
1806-7530	OUTRAS PALAVRAS (BRASÍLIA)
1980-0193	PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS
1981-0695	PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
1676-3076	PHAOS (UNICAMP)
1811-0916	PHILOSOPHY OF EDUCATION - SCIENTIFIC JOURNAL
2526-7310	PIXO - REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE
0103-4138	PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
2448-3095	POIESIS - REVISTA DE FILOSOFIA
2238-7692	PÓLEMO
2300-1437	POLISH REVIEW OF INTERNATIONAL RELATIONS
1982-3207	POLÍTICAS EDUCATIVAS
1982-193X	PONTA DE LANÇA (UFS)
1982-4807	PONTO-E-VÍRGULA (PUCSP)
2448-0738	PRETEXTOS
1646-3153	PRISMA.COM
2177-2754	RAHIS. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E INOVAÇÃO EM SAÚDE (ONLINE)

ISSN	Título
1983-5205	RAHIS. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR E INOVAÇÃO EM SAÚDE (IMPRESSO)
2317-7705	RAÍZES E RUMOS
0102-552X	RAÍZES. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS
2317-6695	RBCEH. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO HUMANO
1984-6266	RC&C. REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA
2237-5953	(RE) PENSANDO DIREITO
1984-7866	REGRAD. REVISTA ELETRÔNICA DE GRADUAÇÃO DO UNIVEM
2525-7870	RELACULT - REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA E SOCIEDADE
2317-3688	RELEGENS THRÉSKEIA: ESTUDOS E PESQUISA EM RELIGIÃO
1415-2762	REME. REVISTA MINEIRA DE ENFERMAGEM
2447-3464	(RE)PENSANDO DIREITO
2058-8615	RESEARCH INTEGRITY AND PEER REVIEW
2173-0040	RE-VISIONES
2236-4498	REVISTA JURISFIB
2596-0288	REVISTA ACERVO EDUCACIONAL
1983-8042	REVISTA BIOÉTICA (IMPRESSO)
1983-8034	REVISTA BIOÉTICA (ONLINE)
2237-9223	REVISTA BRASILEIRA DE CRIMINALÍSTICA
1807-9962	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO AMBIENTAL
2359-1137	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO COMERCIAL

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1677-3756	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DESPORTIVO
1678-7072	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO
2238-8249	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS
0100-5502	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA (IMPRESSO)
2447-5076	REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA E HISTÓRIA
2359-1412	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
2526-009X	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DO DIREITO
0303-7657	REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL
2527-2675	REVISTA BRASILEIRA MULTIDISCIPLINAR. REBRAM (ONLINE)
2254-7630	REVISTA CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES
1982-0216	REVISTA CEFAC (ONLINE)
2175-7275	REVISTA CEREUS
2179-1120	REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS
2179-4200	REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
2318-1621	REVISTA CIENTÍFICA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO PIAUÍ
2448-3354	REVISTA CIENTÍFICA FACULDADES DO SABER
2359-4632	REVISTA CIENTÍFICA INTEGRADA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ
2448-0959	REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO CONHECIMENTO
2359-2494	REVISTA COM CENSO ESTUDOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

ISSN	Título
2526-5970	REVISTA COMMUNITAS
2236-4781	REVISTA COMPOLÍTICA
1806-9282	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA
2674-5739	REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
0102-1788	REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
2525-9547	REVISTA DA ESMAL (ONLINE)
2358-6990	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
2178-0498	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO (UFU)
0871-164X	REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS. SÉRIE DE HISTÓRIA
2525-7293	REVISTA DA JOPIC.
1806-5619	REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
2595-0789	REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (ONLINE)
2237-8057	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE RORAIMA - RARR
2317-6091	REVISTA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
2318-4620	REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (UFC)
2631-2700	REVISTA DE CULTURA DE PAZ
1851-0590	REVISTA DE DERECHO ADMINISTRATIVO (BUENOS AIRES)
1134-7198	REVISTA DE DERECHO Y GENOMA HUMANO
2317-7349	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO
1518-2703	REVISTA DE DIREITO BANCÁRIO DO MERCADO DE CAPITALIS E DA ARBITRAGEM

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2596-0733	REVISTA DE DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS
1980-1955	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO
2318-8529	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO
0102-8049	REVISTA DE DIREITO MERCANTIL INDUSTRIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO
0034-8015	REVISTA DE DIREITO PÚBLICO
2317-4188	REVISTA DE DIREITO PÚBLICO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
1517-9192	REVISTA DE DIREITOS DIFUSOS
2674-6328	REVISTA DE DIREITOS DIFUSOS (ONLINE)
2594-858X	REVISTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E TRIBUTAÇÃO - RDFT
0101-8868	REVISTA DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA - RDJ (IMPRESSA)
2526-7744	REVISTA DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA - RDJ (ONLINE)
2675-9640	REVISTA DE DOCTRINA JURÍDICA
2526-9089	REVISTA DE EDUCAÇÃO
2238-7234	REVISTA DE ENFERMAGEM DA UFPI
1981-8963	REVISTA DE ENFERMAGEM UFPE
2595-7643	REVISTA DE ENSINO E CULTURA
2238-3360	REVISTA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE INFECÇÃO
2446-6972	REVISTA DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES ANTROPOLÓGICAS
2359-5299	REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS AVANÇADAS DO TERCEIRO SETOR
1984-1639	REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS

ISSN	Título
2319-0817	REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO
2526-2378	REVISTA DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO
2545-8604	REVISTA DE INTERÉS PÚBLICO
0041-2805	REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1980-4431	REVISTA DE NEGÓCIOS (ONLINE)
2316-8080	REVISTA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - DIREITO CONTEMPORÂNEO E CONSTITUIÇÃO
2175-1390	REVISTA DE PSICOLOGIA POLÍTICA
2317-2738	REVISTA DIGITAL DO INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA- UNILA
2446-8908	REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
2359-5035	REVISTA DIREITO E PAZ
2176-6622	REVISTA DIREITO EM DEBATE
2595-7155	REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL ATUAL
2317-5389	REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA
2318-5732	REVISTA DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - UNIFAFIBE
1982-9957	REVISTA DO DIREITO (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)
0104-9496	REVISTA DO DIREITO (UNISC. IMPRESSO)
2526-1347	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
0101-4366	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO
2179-7137	REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM GÊNERO & DIREITO (UFPB)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0102-1052	REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
0103-703X	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1. REGIÃO
2526-4923	REVISTA DOCENTES
1980-6469	REVISTA EDUCAÇÃO (GUARULHOS)
1983-0173	REVISTA EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE
1984-6290	REVISTA EDUCAÇÃO PÚBLICA (RIO DE JANEIRO)
2527-1083	REVISTA EDUCARE (ONLINE)
2178-2091	REVISTA ELETRÔNICA ACERVO SAÚDE
1984-4735	REVISTA ELETRÔNICA ARMA DA CRÍTICA
1984-3372	REVISTA ELETRÔNICA DE ESTRATÉGIA & NEGÓCIOS
2447-1097	REVISTA ELETRÔNICA DIREITO & TI
2357-9080	REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
2446-8703	REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
2237-8588	REVISTA ELETRÔNICA JUDICARE
2318-6062	REVISTA ELETRÔNICA VENTILANDO ACERVOS
2317-5451	REVISTA ELO - DIÁLOGOS EM EXTENSÃO
2177-0360	REVISTA ESMAT
2177-0260	REVISTA ESMAT
2447-9896	REVISTA ESMAT (ONLINE)
1137-8875	REVISTA ESPAÑOLA DE DESARROLLO Y COOPERACIÓN
2177-1006	REVISTA ESTUDOS HUM(E)ANOS
2596-2019	REVISTA EXTENSÃO

ISSN	Título
2236-5842	REVISTA EXTENSÃO EM DEBATE
2236-3467	REVISTA EXTRAPRENSA
0872-0851	REVISTA FILOSÓFICA DE COIMBRA
0102-8413	REVISTA FORENSE (IMPRESSO)
2238-9695	REVISTA FÓRUM DE DIREITO CIVIL - RFDC
2237-0722	REVISTA GEINTEC: GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS
2179-1465	REVISTA GEMINIS
2447-3545	REVISTA GEPESVIDA
2446-9491	REVISTA GUARÁ
2318-9851	REVISTA INOVAÇÃO, PROJETOS E TECNOLOGIAS
1518-8167	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITO
2447-4290	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE VALENÇA (ONLINE)
2357-7738	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS
2318-9568	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS
2317-2428	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE GESTÃO SOCIAL
2238-2569	REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL
2530-1144	REVISTA INTERNACIONAL DE TRANSPARENCIA E INTEGRIDAD
2256-2796	REVISTA JURÍDICA MARIO ALARIO D`FILIPPO
1806-6771	REVISTA JURÍDICA UNIANDRADE
2176-901X	REVISTA KAIRÓS (ONLINE)
1983-5000	REVISTA LABOR

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2316-6746	REVISTA LABORATIVA
1983-2192	REVISTA LEVS (MARÍLIA)
2319-0159	REVISTA LIBERTAS
2237-1168	REVISTA LUSO-BRASILEIRA DE DIREITO DO CONSUMO
2525-3050	REVISTA M. ESTUDOS SOBRE A MORTE, OS MORTOS E O MORRER
1807-0930	REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
2236-7810	REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO
1807-3395	REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
2178-602X	REVISTA MÍDIA E COTIDIANO
1808-589X	REVISTA MOSAICUM (IMPRESSO)
2359-1986	REVISTA NOVOS SABERES
2237-6976	REVISTA ORBIS LATINA
2238-5703	REVISTA ORG & DEMO
1138-9168	REVISTA PENAL
2446-7901	REVISTA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO E SAÚDE
1809-3264	REVISTA QUERUBIM
2237-339X	REVISTA REBELA
2359-4993	REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
2179-166X	REVISTA SÍNTESE - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
2179-1651	REVISTA SÍNTESE DE DIREITO ADMINISTRATIVO
2174-7210	REVISTA SOBRE LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA (ONLINE)

ISSN	Título
2317-5338	REVISTA SUL-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
2317-3580	REVISTA THESIS JURIS
2318-0277	REVISTA TRANSGRESSÕES
1677-9037	REVISTA UFG (IMPRESSO)
2179-2925	REVISTA UFG (ONLINE)
2318-2083	REVISTA UNILUS ENSINO E PESQUISA (ONLINE)
1517-3275	REVISTA UNIVAP
2359-0106	REVISTA VERTENTES DO DIREITO
2177-2150	REVISTA VIDERE
2177-7837	REVISTA VIDERE (ONLINE)
2359-5183	REVISTA VOX - FADILESTE
0223-5404	REVUE INTERNATIONALE DE DROIT PÉNAL
2178-9061	ROSA DOS VENTOS
2448-0576	SABERES DA AMAZÔNIA
2318-5279	SCIENTIA CUM INDUSTRIA
2178-8189	SCIENTIA IURIS (ONLINE)
1415-6490	SCIENTIA IURIS (UEL)
2526-8848	SCRIPTORIUM (PUCRS)
2177-8698	SEARA FILOSÓFICA - REVISTA ONLINE DE FILOSOFIA
2236-6725	SÉCULO XXI - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1679-0383	SEMINA. CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (ONLINE)
2432-5376	SHINSHU ECONOMICS AND LAW REVIEW

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2316-4514	SINAPSE MÚLTIPLA
1980-5160	SISTEMAS & GESTÃO
2675-3847	SUL GLOBAL
2238-8079	TEAR - REVISTA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
2318-101X	TEORIA E CULTURA (ONLINE)
2338-770X	THE INDONESIA JOURNAL OF INTERNATIONAL & COMPARATIVE LAW
1517-4549	TOMO (UFS)
1678-1007	TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (IMPRESSO)
1981-7746	TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (ONLINE)
2236-5257	UNIMONTES CIENTÍFICA
2317-1308	UNISANTA LAW AND SOCIAL
1982-8268	UNIVERSITAS JUS
1519-9045	UNIVERSITAS/JUS (IMPRESSO)
2471-6723	UNIVERSITY OF BALTIMORE JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW (ONLINE)
1678-3425	VIRTUJUS (PUCMG)
2238-6424	VOZES DOS VALES
2237-4531	VOZES E DIÁLOGOS
0710-0841	WINDSOR YEARBOOK OF ACCESS TO JUSTICE
1746-4498	WIT TRANSACTIONS ON THE BUILT ENVIRONMENT (PRINT)
0960-0949	WORLD ARBITRATION & MEDIATION REPORT
0889-7743	YALE JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW

13.5.6 Periódicos Qualis B2

ISSN	Título
2236-6695	A BARRIGUDA: REVISTA CIENTÍFICA
2525-6556	A (IN)AFASTABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS.
2238-0701	AÇÃO MIDIÁTICA - ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA
1887-0279	ADMINISTRACIÓN & CIDADANÍA (ED. EN CASTELLANO)
1887-0287	ADMINISTRACIÓN & CIDADANÍA (ED. EN GALEGO)
0104-7507	AGORA (UNC)
1414-0810	AGRICULTURA FAMILIAR (UFPA)
2359-1366	AMPLIANDO - REVISTA CIENTÍFICA DA FACERB
2594-6153	ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
2525-3913	ANAIS DO V CIDIL - COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITO E LITERATURA
2525-457X	ANÁLISE ESTRATÉGICA
2183-9565	ANÁLISE EUROPEIA
1453-7559	ANALIZE - JOURNAL OF GENDER AND FEMINIST STUDIES
2183-1386	ANTROPE
1982-3908	ANUÁRIO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (ONLINE)
0101-9759	ANUÁRIO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (UFRJ. IMPRESSO)
2317-918X	ARQUIVO JURÍDICO - REVISTA JURÍDICA ELETRÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
2525-8303	ARTICULANDO E CONSTRUINDO SABERES

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2357-7614	ATAS DE SAÚDE AMBIENTAL
2316-1833	ATHENAS - REVISTA DE DIREITO, POLÍTICA E FILOSOFIA
2237-6208	BOLETIM DE ANÁLISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL
2447-5580	BRAZILIAN JOURNAL OF PRODUCTION ENGINEERING
2409-9058	BRICS LAW JOURNAL
1981-3082	CADERNO ESPAÇO FEMININO (ONLINE)
1516-9286	CADERNO ESPAÇO FEMININO (UFU)
2447-8954	CADERNO PAIC
1981-3759	CADERNO VIRTUAL (INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO)
1677-9010	CADERNOS ASLEGIS (IMPRESSO)
2238-118X	CADERNOS CEPEC
2594-3707	CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1676-8450	CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
1414-7394	CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO (PUCCAMP)
1677-9061	CADERNOS DE COMUNICAÇÃO (UFSM)
2317-0026	CADERNOS DE PROSPECÇÃO
1983-4500	CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
1517-1760	CADERNOS DO COLÓQUIO (UNIRIO)
0104-7078	CADERNOS ENAP
2359-5337	CADERNOS OBMIGRA - REVISTA MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
2268-4247	CAHIERS DES AMÉRIQUES LATINES (ONLINE)

ISSN	Título
1850-0722	CARTAPACIO DE DERECHO
1809-127X	CHECK LIST
1980-5098	CIÊNCIA FLORESTAL (ONLINE)
1982-3037	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS EM REVISTA (ONLINE)
2238-9032	CIPPUS - REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNILASALLE
1519-7654	COMCIÊNCIA (UNICAMP)
1980-0584	COMUNICAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (IMPRESSO)
2447-018X	CONEXÕES CULTURAIS
2238-0426	CONHECER: DEBATE ENTRE O PÚBLICO O PRIVADO
1696-8360	CONTRIBUCIONES A LA ECONOMÍA
2526-4265	CORPUS DELICTI (IMPRESSA)
1688-7840	CRÍTICA CONTEMPORÁNEA. REVISTA DE TEORÍA POLÍTICA
0188-3968	CRÍTICA JURÍDICA
2596-0318	DESC
2176-9109	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
1518-952X	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)
1471-8847	DEVELOPING WORLD BIOETHICS
1471-8731	DEVELOPING WORLD BIOETHICS (PRINT)
1677-2601	DÍÁLOGO JURÍDICO (FORTALEZA. 2002)
1415-8124	DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL
1594-199X	DIRITTO E PRATICA TRIBUTARIA INTERNAZIONALE
2176-2724	DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2596-0601	DOM HELDER REVISTA DE DIREITO
2179-507X	DUC IN ALTUM CADERNOS DE DIREITO
1414-6509	ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO (SANTA MARIA. IMPRESSO)
2176-4883	EM DEBATE (BELO HORIZONTE)
1518-6369	EM EXTENSÃO (UFU)
1806-5023	EM TESE (FLORIANÓPOLIS)
2177-2312	E-METROPOLIS: REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
2446-7405	EMPÓRIO DO DIREITO
2445-3269	E-REVISTA INTERNACIONAL DE LA PROTECCION SOCIAL
1983-036X	ESTUDO & DEBATE (ONLINE)
1414-5146	ESTUDOS ELEITORAIS
0144-3054	EUROPEAN COMPETITION LAW REVIEW
1981-223X	FOCO (FACULDADE NOVO MILÊNIO)
1676-5680	GENETICS AND MOLECULAR RESEARCH
1980-900X	GEOCIÊNCIAS (SÃO PAULO. ONLINE)
2174-9515	GIGAPP ESTUDIOS WORKING PAPERS
1679-9321	HILÉIA (UEA)
1957-7745	HISTOIRE ET MESURE
2358-8322	HUMANIDADES & INOVAÇÃO
1809-1628	HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA (FINOM)
1980-6418	IN REVISTA (UNAERP)

ISSN	Título
0378-1844	INTERCIENCIA (CARACAS)
2237-7506	INTERFACE
1984-5677	INTERFACES BRASIL/CANADÁ
1519-0994	INTERFACES BRASIL/CANADÁ (IMPRESSO)
1982-1662	INTER-LEGERE (UFRN)
1861-1303	INTERNATIONAL JOURNAL OF ACTION RESEARCH
1861-9916	INTERNATIONAL JOURNAL OF ACTION RESEARCH
2347-7474	INTERNATIONAL JOURNAL OF ADVANCES IN SOCIAL SCIENCE AND HUMANITIES
2581-7922	INTERNATIONAL JOURNAL OF ARTS AND SOCIAL SCIENCE
1756-7130	INTERNATIONAL JOURNAL OF FINANCIAL MARKETS AND DERIVATIVES
2576-2184	INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW AND PUBLIC ADMINISTRATION
2525-3654	INTERNATIONAL JOURNAL OF PROFESSIONAL BUSINESS REVIEW
1385-3074	INTERNATIONAL TRANSFER PRICING JOURNAL
1984-2902	ISYS: REVISTA BRASILEIRA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
2594-5173	JAMAXI - REVISTA DE HISTÓRIA
1980-4288	JORNAL JURID DIGITAL
1807-6017	JURIS PLENUM
2106-8976	JURISPRUDENCE - REVUE CRITIQUE
2358-8160	JUS POPULIS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2525-3883	JUSTIÇA & SOCIEDADE - REVISTA DO CURSO DE DIREITO DO IPA
2317-5656	KOAN - REVISTA DE EDUCAÇÃO E COMPLEXIDADE
2595-1033	KWANISSA
2238-5274	LAMPEJO
1983-5086	LATINIDADE (RIO DE JANEIRO)
2594-8261	LEX CULT
1516-2168	LICERE - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER
1981-3171	LICERE (CENTRO DE ESTUDOS DE LAZER E RECREAÇÃO. ONLINE)
2036-6558	LO SGUARDO
1413-3024	LOCUS (UFJF)
1980-2072	MERITUM (FUMEC)
1518-0263	MISSIONEIRA (SANTO ÂNGELO)
1981-7207	MOUSEION (UNILASALLE)
2526-7906	MOVIMENTOS SOCIAIS
2237-9290	NATURAL RESOURCES
2237-7840	NAU SOCIAL
2178-6259	NEGÓCIOS EM PROJEÇÃO
1516-6481	NOVOS CADERNOS NAEA
2179-7536	NOVOS CADERNOS NAEA
1111-1119	NYSSA

ISSN	Título
2318-1478	O ADJUNTO - REVISTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS DAS ARMAS
2176-9249	OLHARES PLURAIS
2161-7597	OPEN JOURNAL OF ANIMAL SCIENCES
2318-9223	ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE
1982-1670	PÁGINA 22 (FGV)
2318-1516	PANORAMA OF BRAZILIAN LAW
1414-7866	PARANÁ ELEITORAL
2594-7443	PÉRIPILOS. REVISTA DE PESQUISA SOBRE MIGRAÇÕES
2236-045X	PERSPECTIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS
1807-9806	PESQUISAS EM GEOCIÊNCIAS (ONLINE)
2385-1945	PHILOSOPHY KITCHEN
2237-1508	PRAGMATIZES - REVISTA LATINO AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA
0765-1333	PROBLÈMES D'AMÉRIQUE LATINE
2176-1795	PROCESSOS COLETIVOS
1678-8419	P@RTES (SÃO PAULO)
0326-2774	PRUDENTIA IURIS
0104-8570	PUBLICATIO UEPG
1677-4280	QUALITAS REVISTA ELETRÔNICA
1981-3872	RAÍZES JURÍDICAS (UNIVERSIDADE POSITIVO. ONLINE)
1808-6020	RBB. REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA
1808-0936	RBC. REVISTA BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA (ONLINE)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1983-8166	REBAP - REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA
1872-2083	RECENT PATENTS ON BIOTECHNOLOGY
2182-4967	RE@D
1984-1736	REDD - REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO
2359-182X	REFAS - REVISTA FATEC ZONA SUL
2007-8501	REFLEXIONES MARGINALES
2595-0401	RELEDUC: REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO
2448-2307	REVISTA ACADÊMICA
1806-809X	REVISTA BRASILEIRA DE ARBITRAGEM
2446-5658	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO
2595-7414	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO SOCIAL
1981-2221	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS
2238-2763	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA FUNÇÃO PÚBLICA - RBEFP
1984-5642	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
2358-9744	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS JURÍDICOS
1809-7278	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS JURÍDICOS
2595-4539	REVISTA CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
2527-1180	REVISTA CATARINENSE DE ECONOMIA
1516-2664	REVISTA CESUMAR
2176-9176	REVISTA CESUMAR CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

ISSN	Título
2594-8849	REVISTA CIENTÍFICA FOZ (ONLINE)
1981-7509	REVISTA CONATUS (UECE. ONLINE)
1980-086X	REVISTA CONTROLE
1980-2846	REVISTA DA ABPI
1981-674X	REVISTA DA CGU
2595-668X	REVISTA DA CGU (ONLINE)
2177-8116	REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1983-7283	REVISTA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA
1678-0450	REVISTA DA ESMAL
2448-4628	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP
1982-2979	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA FMP
0101-7187	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFG
2447-2735	REVISTA DA FAE
1678-3085	REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
2177-8337	REVISTA DA SJRJ
1679-8708	REVISTA DA UNIFEBE
2447-8156	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO
2595-9840	REVISTA DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO
1851-1198	REVISTA DE DERECHO AMBIENTAL
2526-9348	REVISTA DE DIREITO DA EMPRESA E DOS NEGÓCIOS
2358-2057	REVISTA DE DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1981-2493	REVISTA DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR
2526-6284	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA
2526-4451	REVISTA DE DIREITO RECUPERACIONAL E EMPRESA
2316-9044	REVISTA DE DIREITO SANITÁRIO
1516-4179	REVISTA DE DIREITO SANITÁRIO
2525-4626	REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO
2594-7397	REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS
2359-0432	REVISTA DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS
2318-9452	REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
1809-6107	REVISTA DE PESQUISA: CUIDADO É FUNDAMENTAL
2175-5361	REVISTA DE PESQUISA: CUIDADO É FUNDAMENTAL (ONLINE)
0101-6083	REVISTA DE PSIQUIATRIA CLÍNICA (SÃO PAULO. IMPRESSO)
2595-2803	REVISTA DEBATES INSUBMISSOS
2238-9024	REVISTA DIÁLOGO
2317-3793	REVISTA DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
2675-1143	REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
2527-1563	REVISTA DIREITO (S)EM FRONTEIRAS
2527-1555	REVISTA DIREITO SEM FRONTEIRAS - ONLINE
2595-8348	REVISTA DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE
1677-1419	REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS

ISSN	Título
1678-3484	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
2595-6957	REVISTA DO LEGISLATIVO PARANAENSE
1677-1060	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
0102-2571	REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
2236-5850	REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
2358-4777	REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (ONLINE)
0103-7978	REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
2317-6555	REVISTA DUC IN ALTUM
1390-7921	REVISTA ECONOMÍA Y POLÍTICA
0798-1228	REVISTA EDUCACIÓN SUPERIOR Y SOCIEDAD
2531-1565	REVISTA ELECTRÓNICA DE ESTUDIOS PENALES Y DE LA SEGURIDAD
2595-0630	REVISTA ELETRÔNICA DA - PGE-RJ
1983-4225	REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA
2179-1880	REVISTA ELETRÔNICA DA FEATI
2177-742X	REVISTA ELETRÔNICA DA UNIFEBE
2594-7664	REVISTA ELETRÔNICA INTERAÇÕES SOCIAIS
1982-7687	REVISTA EM EXTENSÃO (ONLINE)
2317-9791	REVISTA EXTENSÃO EM FOCO

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2236-2037	REVISTA FEVEREIRO - POLÍTICA, TEORIA, CULTURA
2319-0795	REVISTA FÓRUM DE CIÊNCIAS CRIMINAIS
2317-2983	REVISTA FSA (FACULDADE SANTO AGOSTINHO) (ONLINE)
1806-6356	REVISTA FSA: PERIÓDICO CIENTÍFICO DA FACULDADE SANTO AGOSTINHO (PRINT)
1984-7297	REVISTA GESTÃO EM ANÁLISE
2359-618X	REVISTA GESTÃO EM ANÁLISE (REGEA)
2175-0157	REVISTA GRIFOS
2447-942X	REVISTA HYDRA
2358-1670	REVISTA IBDFAM
0719-4706	REVISTA INCLUSIONES - REVISTA DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES
2236-210X	REVISTA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA
2358-6036	REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
2447-6498	REVISTA INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE
1617-6871	REVISTA INTERESSE PÚBLICO
2386-7582	REVISTA INTERNACIONAL DE APRENDIZAJE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR
1807-4960	REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO
1516-5485	REVISTA INTERNACIONAL D'HUMANITATS
2237-0870	REVISTA JURÍDICA DIREITO & REALIDADE
2358-7970	REVISTA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO DA FAAP (PRINT)
2357-7940	REVISTA JURIS

ISSN	Título
2175-5280	REVISTA LIBERDADES
2596-240X	REVISTA LIMIARES
2178-7956	REVISTA MAGISTRO (UNIGRANRO)
2238-6939	REVISTA MERITUM
2594-9950	REVISTA MISSIONEIRA
2595-9859	REVISTA ONLINE DE PESQUISA
0871-8563	REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIA CRIMINAL
2178-6283	REVISTA PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE
2238-7552	REVISTA PUBLICATIO
2238-7560	REVISTA PUBLICATIO
1678-1252	REVISTA SETREM
2237-714X	REVISTA SÍNTESE DIREITO PREVIDENCIÁRIO
2359-3121	REVISTA SÍSIFO
2595-8402	REVISTA SOCIEDADE CIENTÍFICA
1809-3957	REVISTA SODEBRAS
2176-7025	REVISTA TEMPO NO MUNDO
2316-1493	REVISTA TURISMO ESTUDOS E PRÁTICAS
2316-8072	REVISTA UNEMAT DE CONTABILIDADE
2179-5037	REVISTA UNIABEU
2236-9074	REVISTA UNIÍTALO EM PESQUISA
2238-9636	REVISTA VISÃO: GESTÃO ORGANIZACIONAL
2344-8431	REVISTA ZERO

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2446-628X	RHEMA
1516-3954	RHEMA (JUIZ DE FORA)
0394-2287	RIVISTA GIURIDICA DELL'AMBIENTE (TESTO STAMPATO)
1972-4942	RIVISTA TRIMESTRALE DI SCIENZA DELL'AMMINISTRAZIONE
2317-921X	RP 3 - REVISTA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS
1980-5950	SABER ACADÊMICO
2446-6298	SABER HUMANO: REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE ANTONIO MENEGHETTI
2596-1772	SCIAS. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO
1984-6487	SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)
1983-3253	SIMBIO-LOGIAS (BOTUCATU)
2179-9067	SUSTENTABILIDADE EM DEBATE
1982-8829	TEMPUS ACTAS DE SAÚDE COLETIVA
2526-0464	TEORIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA
1517-9737	TERESA (USP)
2526-2270	TRANSVERSAL: INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE HISTORIOGRAPHY OF SCIENCE
2557-0633	TRAYECTORIAS HUMANAS TRASCONTINENTALES
1984-8463	VEREDAS FAVIP (ONLINE)
2317-269X	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE: SOCIEDADE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA

13.5.7 Periódicos Qualis B3

ISSN	Título
2236-2029	A ECONOMIA EM REVISTA - AERE
2595-8127	ABEI JOURNAL
1519-9800	ACTA CIENTÍFICA. CIÊNCIAS HUMANAS
2446-7006	ACTA SEMIÓTICA ET LINGVISTICA
2318-3888	AMBIVALÊNCIAS
1414-8846	AQUILA (RIO DE JANEIRO)
2317-3009	ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION
1645-6947	AREA DOMENIU
1677-809X	ARGUMENTUM
2359-6880	ARGUMENTUM (UNIMAR)
1806-2857	ASA-PALAVRA (BRUMADINHO)
2238-3069	ÁSKESIS
2595-3966	ATUAÇÃO
1981-1683	ATUAÇÃO (MINISTÉRIO PÚBLICO CATARINENSE)
1982-8004	AURORA (UNESP. MARÍLIA)
1984-4131	BIBLIOTECA DIGITAL REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO (ONLINE)
1983-1072	BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA
2446-7014	BOLETIM GEOCORRENTE
2237-8006	BOLETIM GOVERNAT DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL
0102-4728	BRASIL MINERAL (SÃO PAULO)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2595-6825	BRAZILIAN JOURNAL OF HEALTH REVIEW
2237-8960	BRAZILIAN JOURNAL OF OPERATIONS & PRODUCTION MANAGEMENT
2317-4404	BRAZILIAN JOURNAL OF SURGERY AND CLINICAL RESEARCH
2446-4880	CADERNO CIENTÍFICO CECIESA-GESTÃO
2675-0678	CADERNO DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS
2318-5104	CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
2179-1376	CADERNO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
2447-1739	CADERNO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
2359-2419	CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1415-0689	CADERNOS DE CAMPO (UNESP)
2674-5704	CADERNOS DE GÊNERO E TECNOLOGIA
1807-9415	CADERNOS DE GÊNERO E TECNOLOGIA (CEFET/PR)
2359-0033	CADERNOS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA
2675-3200	CADERNOS DE PESQUISA DIREITO INTERNACIONAL SEM FRONTEIRAS
2177-0247	CADERNOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
2358-1824	CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO
2317-8396	CADERNOS IBERO-AMERICANOS DE DIREITO SANITÁRIO (PRINT)
2175-1056	CADERNOS JURÍDICOS (OAB/PR)
1809-9475	CADERNOS UNIFOA
2304-5531	CALIBÁN - REVISTA LATINO AMERICANA DE PSICANÁLISE

ISSN	Título
2499-7641	CARTOGRAFIE SOCIALI
0874-1093	CEDOUA (COIMBRA)
2182-908X	CESCONTEXTO
2192-908X	CESCONTEXTO
2177-3483	CIÊNCIA & CONHECIMENTO - REVISTA ELETRÔNICA DA ULBRA SÃO JERÔNIMO
0304-2685	CIÊNCIA & TROPICO
2319-0574	CIÊNCIAS DO TRABALHO
2492-4652	CLINIQUES JURIDIQUES
2075-8952	COMPÁS EMPRESARIAL
2525-4154	COMPLEXITAS - REVISTA DE FILOSOFIA TEMÁTICA
1809-3442	CONHECIMENTO INTERATIVO
1981-2140	CSOONLINE - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
1983-5930	CULTURAS MUDIÁTICAS
2566-7742	CULTURE, PRACTICE AND EUROPEANIZATION
1809-8487	DE JURE (BELO HORIZONTE)
2184-2647	DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE - REVISTA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS
2595-9387	DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR
2525-698X	DIGNIDADE RE-VISTA
2527-0222	DIREITO & JUSTIÇA SOCIAL
8536-1997	DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO
1518-1685	DIREITO E DEMOCRACIA (ULBRA)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2318-678X	DISCIPLINARUM SCIENTIA
1981-5778	DISCIPLINARUM SCIENTIA. SÉRIE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
0000-000X	DISCOVERY TOOLS, A BIBLIOGRAPHY
1676-0867	DISSERTAR (RIO DE JANEIRO)
2318-647X	ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
2053-8626	E-INTERNATIONAL RELATIONS
2469-0864	EN LETRA: DERECHO PENAL
2596-2817	ENTRELACES
2525-1805	ESTADO ABIERTO: REVISTA SOBRE EL ESTADO, LA ADMINISTRACIÓN Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
1339-8474	EUROPEAN JOURNAL OF ECOLOGY (ONLINE)
2358-8195	EXPRESSA EXTENSÃO
2358-7180	EXTENSÃO EM FOCO
1982-8977	FENOMENOLOGIA E DIREITO - CADERNOS DA ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - EMARF
1678-8656	FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO
2526-3102	GESTÃO & APRENDIZAGEM
2732-6578	HAPSC POLICY BRIEFS SERIES
2318-8626	HORIZONTES LATINOAMERICANOS
2183-0290	IBERIAN JOURNAL OF CLINICAL AND FORENSIC NEUROSCIENCE
2175-215X	ÍCONE (RECIFE. ONLINE)
1981-1179	ID ONLINE - REVISTA MULTIDISCIPLINAR E DE PSICOLOGIA

ISSN	Título
2179-5525	IDÉIAS - REVISTA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP
1518-1243	INICIAÇÃO CIENTÍFICA - CESUMAR
1517-6940	INSIGHT INTELIGÊNCIA (RIO DE JANEIRO)
1413-6147	INTEGRAÇÃO (USJT)
2596-3503	INTER
1981-2183	INTERAÇÃO (SÃO PAULO)
1517-848X	INTERAÇÃO (VARGINHA)
1982-8497	INTERESSE NACIONAL
2034-5275	INTERNATIONAL JOURNAL OF PROCEDURAL LAW
2526-2254	INTERNATIONAL JOURNAL ON ACTIVE LEARNING
1516-8158	INTERTEMAS (PRESIDENTE PRUDENTE. IMPRESSO)
2179-6750	JMPHC. JOURNAL OF MANAGEMENT AND PRIMARY HEALTH CARE
2317-3076	JOURNAL OF HEALTH & BIOLOGICAL SCIENCES
2177-4811	JUSTIÇA E SISTEMA CRIMINAL
2238-3476	JUSTIÇA FEDERAL - PRIMEIRA REGIÃO EM REVISTA
2595-847X	LABORARE
1676-9651	LABRYS, ÉTUDES FÉMINISTES/ ESTUDOS FEMINISTAS
2179-6637	LEGIS AUGUSTUS
1646-0359	LEX MEDICINAE
2236-5354	LIBERTAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
2358-8411	LINKSCIENCEPLACE

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
1415-8604	LUGAR COMUM
2525-8338	MAIÊUTICA - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
2675-3111	MALOCA
2699-0903	MAX PLANCK INSTITUTE FOR EUROPEAN LEGAL HISTORY RESEARCH PAPER SERIES
2356-9271	MEGA JOURNAL OF BUSINESS RESEARCH
2594-9187	MISES
2333-2581	MODERN ENVIRONMENTAL SCIENCE AND ENGINEERING
2176-9893	NONADA
2596-2833	NOVOS OLHARES SOCIAIS
2178-4396	O DIREITO À SAÚDE DE MULHERES SOROPOSITIVAS COMO VIA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO
1519-7670	OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA (SÃO PAULO)
1982-4564	OBSERVATÓRIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
2317-9465	OPARÁ
2058-7422	OPEN REVIEW OF MANAGEMENT, BANKING AND FINANCE
1516-9111	PAPERS DO NAEA (UFPA)
1677-1893	PARTICIPAÇÃO (UNB)
1647-3965	PENSARDIVERSO
1980-6310	PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO
1647-1210	PRIMA FACIE (FARO)
1806-0285	PROFICIENTIA (CUIABÁ)

ISSN	Título
2317-9708	RACIN - REVISTA ANALISANDO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
2447-9527	REJU - REVISTA JURÍDICA DA OAPEC ENSINO SUPERIOR
2316-2880	RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MUNDO ATUAL
1518-9368	RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MUNDO ATUAL
2477-9083	RELIGACIÓN: REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES
2176-3755	RES SEVERA VERUM GAUDIUM
0104-6152	RESENHA ELEITORAL - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
2176-7939	REVISTA ACADÊMICA DA ESMP-CE
2527-0206	REVISTA ACADÊMICA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ
1981-0253	REVISTA ALAMEDAS (UNIOESTE. TOLEDO)
2448-1548	REVISTA ALPHA
2176-9923	REVISTA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (ONLINE)
1983-2303	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL (VERSÃO ELETRÔNICA)
1982-2219	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES
2317-5583	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DO PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA.
2179-9148	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO
2175-053X	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
2447-4851	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2675-1860	REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL
1809-2632	REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
2317-0158	REVISTA BRASILEIRA DE PREVIDÊNCIA
2183-7384	REVISTA CIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS
2238-4510	REVISTA CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
1677-1591	REVISTA CIENTEFICO
1677-5716	REVISTA CIENTEFICO
2525-8028	REVISTA CIENTÍFICA DE CIÊNCIAS APLICADAS DA FAIP
2674-7804	REVISTA CIENTÍFICA DISRUPTIVA
2594-9195	REVISTA CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO - RCCD
2178-2768	REVISTA CIENTÍFICA FACULDADE CAMPO REAL
2175-4462	REVISTA CIENTÍFICA VIRTUAL DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DA OAB/SP
2618-2424	REVISTA CUESTIONES CRIMINALES
2318-2970	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS - ABRAT
1984-283X	REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA
1518-918X	REVISTA DA ESCOLA DE MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL
2674-6700	REVISTA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
2596-3139	REVISTA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT4
2595-7589	REVISTA DA ESDM
2447-3413	REVISTA DA ESDM

ISSN	Título
2526-0812	REVISTA DA ESMAM (ONLINE)
1983-3830	REVISTA DA ESMAT 13
1519-8731	REVISTA DA ESMESC
2236-5893	REVISTA DA ESMESC
1516-0947	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
1516-4551	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS
2447-8709	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS
1677-5627	REVISTA DA FADIVALE
0101-1480	REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1982-9965	REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
2595-0894	REVISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
2359-4284	REVISTA DA RECEITA FEDERAL - ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS
1984-3690	REVISTA DACULTURA
2545-6431	REVISTA DE DERECHO DEL CONSUMIDOR
1889-8068	REVISTA DE DERECHOS HUMANOS Y ESTUDIOS SOCIALES
2447-360X	REVISTA DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
2358-1352	REVISTA DE DIREITO BRASILEIRA
2237-583X	REVISTA DE DIREITO BRASILEIRA - RDBRAS
2594-5432	REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL E COMPARADO
2357-8440	REVISTA DE DIREITO COSMOPOLITA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2447-2042	REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1984-7920	REVISTA DE DIREITO DA UNIGRANRIO
2596-3171	REVISTA DE DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
2674-7324	REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO
1984-9729	REVISTA DE DIREITO, ESTADO E TELECOMUNICAÇÕES (IMPRESSO)
1984-8161	REVISTA DE DIREITO, ESTADO E TELECOMUNICAÇÕES (ONLINE)
2448-2358	REVISTA DE DIREITO (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA)
2318-6526	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
2595-0215	REVISTA DE DIREITO NOTARIAL (RDN)
2595-6000	REVISTA DE DIREITO PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA
2177-5494	REVISTA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO - EDITORA CONCEITO
1646-9119	REVISTA DE DIREITO PÚBLICO (COIMBRA)
2446-5259	REVISTA DE DIREITO SETORIAL E REGULATÓRIO
2358-9949	REVISTA DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS
2525-9865	REVISTA DE DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL
1980-458X	REVISTA DE DOUTRINA 4. REGIÃO
1807-2674	REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA
2316-5235	REVISTA DE ECONOMIA REGIONAL, URBANA E DO TRABALHO

ISSN	Título
2359-0041	REVISTA DE EDUCAÇÃO DO VALE DO ARINOS - RELVA
1646-9127	REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FISCAL
1517-2686	REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2. REGIÃO
2448-4067	REVISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE CIDADE VERDE
0101-823X	REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
1677-7522	REVISTA DE SAÚDE COLETIVA DA UEFS
1853-211X	REVISTA DEBATES LATINOAMERICANOS
2412-0715	REVISTA DEL COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA (IMPRESSO)
2346-3473	REVISTA DEL INSTITUTO COLOMBIANO DE DERECHO PROCESAL
1413-7097	REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO
2527-1784	REVISTA DIORITO
2447-987X	REVISTA DIPLOMATIZE
2674-7286	REVISTA DIREITO & DESENVOLVIMENTO DA UNICATÓLICA
2238-7110	REVISTA DIREITO EM MOVIMENTO
2179-8176	REVISTA DIREITO EM MOVIMENTO
2527-0524	REVISTA DISCENTE OFÍCIOS DE CLIO
0101-7497	REVISTA DO ADVOGADO
1983-6031	REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
2527-2136	REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
0104-5849	REVISTA DO BNDES
2448-2773	REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO
2236-2363	REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2595-8828	REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PENAL ECONÔMICO
2596-0075	REVISTA DO INSTITUTO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIDADANIA
2359-0955	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
1983-3229	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
1981-3457	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO MATO GROSSO DO SUL
2176-7181	REVISTA DO TCMRJ
1679-8694	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15. REGIÃO
1980-9913	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7. REGIÃO
0076-8855	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3. REGIÃO
2318-4922	REVISTA E-CIÊNCIA
2526-1290	REVISTA ELETRÔNICA DA ESMPE
1981-9439	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO INTERNACIONAL
1981-8386	REVISTA ELETRÔNICA DO CEJUR
2238-6114	REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

ISSN	Título
2177-4641	REVISTA ELETRÔNICA DON DOMÊNICO
2316-2317	REVISTA ELETRÔNICA MULTIDISCIPLINAR FACEAR
2316-6266	REVISTA ELETRÔNICA SAPERE AUDE
2175-4470	REVISTA ESASP: REVISTA CIENTÍFICA VIRTUAL DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DA OAB-SP (CD-ROM)
1519-6186	REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO (UEM)
2446-7693	REVISTA ESTUDOS CULTURAIS
2316-4743	REVISTA ESTUDOS DE POLÍTICA
2526-964X	REVISTA EXPRESSÃO CATÓLICA SAÚDE
2238-8710	REVISTA EXPRESSÃO: CULTURA UNIBRASIL
2316-3704	REVISTA EXPRESSÃO DA ESTÁCIO
2236-000X	REVISTA FEOL
2359-4829	REVISTA FLAMMAE
2177-7780	REVISTA FORMADORES
0121-2559	REVISTA FORO
2596-3333	REVISTA FRONTEIRAS INTERDISCIPLINARES DO DIREITO
2318-5287	REVISTA FUNEC CIENTÍFICA
1677-2768	REVISTA GERENCIAIS (UNINOVE. IMPRESSO)
2358-0216	REVISTA GESTO
2595-976X	REVISTA IBERC
2675-3375	REVISTA IBERO-AMERICANA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
2525-3263	REVISTA INDISCIPLINAR

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2316-7041	REVISTA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS
2675-6722	REVISTA INTERNACIONAL EDUCON
2179-0167	REVISTA JURES
2596-2906	REVISTA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
2526-737X	REVISTA JURÍDICA DIREITO E CIDADANIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
1980-9662	REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (JOÃO PESSOA. IMPRESSO)
2317-9880	REVISTA JURÍDICA ELETRÔNICA DIREITO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
1516-7674	REVISTA JURÍDICA UNIGRAN
2357-8807	REVISTA LIVRE DE CINEMA
2525-4774	REVISTA MUNDI SOCIAIS E HUMANIDADES
1809-3159	REVISTA ONLINE FADIVALE
2595-5985	REVISTA PARAJÁS
2179-9938	REVISTA PASSAGENS: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO UFC
2358-7008	REVISTA REFLEXÃO E CRÍTICA DO DIREITO
2446-4813	REVISTA SAÚDE EM REDES
2236-9406	REVISTA SÍNTESE - DIREITO AMBIENTAL
1519-1818	REVISTA SÍNTESE DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
2179-1643	REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO
2317-1758	REVISTA SOCIAIS E HUMANAS
1809-2721	REVISTA SOCIOLOGIA JURÍDICA

ISSN	Título
1677-2784	REVISTA TRABALHISTA (RIO DE JANEIRO)
1518-2711	REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS
2358-9485	REVISTA UNIFESO - HUMANAS E SOCIAIS
1519-6178	REVISTA URUTÁGUA (ONLINE)
2177-3726	REVISTA "VIANNA SAPIENS"
2526-1851	RICADI - REVISTA INTERDISCIPLINAR CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO
1983-5264	RSDE. REVISTA SEMESTRAL DE DIREITO EMPRESARIAL
2709-1228	SAPIENTIA & IUSTITIA
2178-7085	SAÚDE & TRANSFORMAÇÃO SOCIAL / HEALTH & SOCIAL CHANGE
2175-2672	SCRIPTORIUM
2236-6717	SEMANA ACADÊMICA: REVISTA CIENTÍFICA
1981-996X	SEMIOSES: INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE
1980-9859	SÉRIE ANTROPOLOGIA (BRASÍLIA. IMPRESSO)
2176-1337	SIMPÓSIO TEOLÓGICO FILOSÓFICO - ANAIS
2331-6179	SOCIOLOGY AND ANTHROPOLOGY
2389-8232	SOFT POWER
1518-4765	SOMANLU (UFAM)
2595-1858	STATUS LIBERTATIS
0100-5405	SUMMA PHYTOPATHOLOGICA (IMPRESSO)
2526-690X	SUSTENTARE
2595-315X	TEMÁTICAS (ONLINE)

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2317-7764	TEMIMINÓS REVISTA CIENTÍFICA
1981-4798	TEMPO DA CIÊNCIA
2526-5555	TENDÊNCIAS EM DIREITOS FUNDAMENTAIS
1413-9243	TEXTOS NEPO (UNICAMP)
2176-896X	TUIUTI: CIÊNCIA E CULTURA (ONLINE)
2675-1186	UNIFICADA
2525-4243	UNITAS - REVISTA DO CURSO DE DIREITO
2331-950X	UNIVERSAL JOURNAL OF MANAGEMENT (IMPRESSO)
9999-9994	VISIÓN DOCENTE CON-CIENCIA (CEU ARKOS LA UNIVERSIDAD VALLARTENSE)
1743-3541	WIT TRANSACTIONS ON ECOLOGY AND THE ENVIRONMENT (ONLINE)
2070-8289	WORKING PAPER CIRIEC ...
1566-6352	YEARBOOK OF PRIVATE INTERNATIONAL LAW

13.5.8 Periódicos Qualis B4

ISSN	Título
2596-0873	ABEÁFRICA
1981-4763	ACADEMIA - REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
2317-8957	ACTA SCIENTIAE ET TECHNICA
0100-4298	AGROANALYSIS (FGV)
1982-1093	AKRÓPOLIS

ISSN	Título
1517-5367	AKRÓPOLIS (UNIPAR)
2318-4817	ALTUS CIÊNCIAS
1808-0251	AMBIÊNCIA
2594-9292	ANAIS ELETRÔNICOS DO ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM ARQUITETURAS E URBANISMOS DO SUL
2525-4669	ANUÁRIO PESQUISA E EXTENSÃO UNOESC JOAÇABA
2317-8442	AREL FAAR - AMAZON'S RESEARCH AND ENVIRONMENTAL LAW
2318-5422	ARQUIVOS DO CMD
2640-2599	ARTEMEMORIA
1808-2688	BALDUINIA (UFSM)
1676-4781	BOLETIM CIENTÍFICO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
1981-5522	BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO
1981-8114	BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS NATURAIS
2594-6935	BOLETIM NEAAPE
2237-8529	BRANDTRENDS JOURNAL
2595-573X	BRAZILIAN JOURNAL OF ANIMAL AND ENVIRONMENTAL RESEARCH
2236-420X	BREVIÁRIO DE FILOSOFIA PÚBLICA
1984-6738	CADERNO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
2238-3425	CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS
2526-5199	CADERNOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2358-1212	CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ONLINE)
2238-1228	CADERNOS DE DIREITO
1676-529X	CADERNOS DE DIREITO (UNIMEP)
1984-5820	CADERNOS DE FENOMENOLOGIA E DIREITO
1806-5449	CADERNOS JURÍDICOS (EPM)
1517-5529	CADERNOS PET-FILOSOFIA (UFPR)
1678-3638	CADERNOS THEMIS: GÊNERO E DIREITO (IMPRESSO)
2236-4099	CADERNOS ZIGMUNT BAUMAN
2595-184X	CADERNOS 4 CAMPOS
2075-6046	CALIBAN (LA HABANA)
1677-860X	CAMINHANDO COM O ITEPA
2317-2444	CAMPO JURÍDICO - REVISTA DE DIREITO AGROAMBIENTAL E TEORIA DO DIREITO
2177-3432	CAPTURA CRÍPTICA
1984-6096	CAPTURA CRÍPTICA (ONLINE)
1980-5144	CARTA SOCIAL E DO TRABALHO
2236-3009	COGNITIO JURIS
2177-1634	COMMUNICATION POLICY RESEARCH LATIN AMERICA
2178-5694	CONVERSAS & CONTROVÉRSIAS
0719-6423	CUADERNOS DE TEORÍA SOCIAL (ONLINE)
2448-7996	DE RAÍZ DIVERSA. REVISTA ESPECIALIZADA EN ESTUDIOS LATINOAMERICANOS
2448-8518	DERECHOS FUNDAMENTALES A DEBATE

ISSN	Título
1980-0878	DIREITO E SOCIEDADE (CATANDUVA)
2522-4883	EHRlich JOURNAL
1808-7914	EMBLEMAS (UFG. CATALÃO)
2526-9798	EOFTALMO (ONLINE)
2179-4421	ESPAÇO PÚBLICO PERIÓDICO: PISEAGRAMA
2179-8222	FAS@JUS
2527-077X	FESPPR PÚBLICA
2358-6796	FGV DIREITO SP LAW SCHOOL LEGAL STUDIES RESEARCH PAPER SERIES
2176-3569	FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE PAULO FREIRE
2238-8184	GÊNERO NA AMAZÔNIA
2316-3127	IDEIAS E INOVAÇÃO LATO SENSU
2398-2659	INTERNATIONAL JOURNAL OF ENVIRONMENTAL IMPACTS (ONLINE)
2182-4096	INTERNATIONAL JOURNAL ON WORKING CONDITIONS
2183-8194	INTERPRETATIO PRUDENTIUM - DIREITO ROMANO E TRADIÇÃO ROMANÍSTICA EM REVISTA
1980-3583	IURE-MAIL (FORTALEZA)
1983-5019	IUS ET IUSTITIA ELETRÔNICA
1849-3327	JOURNAL OF ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT
2319-0256	JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO
2317-210X	JURIS PLENUM PREVIDENCIÁRIA
1688-826X	JUSTICIA CONSTITUCIONAL Y DERECHOS FUNDAMENTALES
1827-0565	L'ALTRO DIRITTO RIVISTA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2527-1067	LEGALIS SCIENTIA
2262-1407	LES NOUVEAUX PROBLÈMES ACTUELS DE SCIENCES CRIMINELLES
2674-6409	LIBRO LEGIS
2176-1248	LIVRO DE ANAIS DO SCIENTIARUM HISTORIA IV
1679-0952	MAESTRIA (SETE LAGOAS)
2358-758X	MAIS QUE AMÉLIAS
1678-7684	MARGEM ESQUERDA
0327-7585	MARGEN (BUENOS AIRES)
2571-8010	NORRAG SPECIAL ISSUE
0103-8125	O ALFERES
1988-3439	PARANINFO DIGITAL
1413-9375	PARCERIAS ESTRATÉGICAS (IMPRESSO)
2675-7974	PASQUINAGEM
1982-4289	PERSEU: HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA
2317-7438	PERSPECTIVAS SOCIAIS
0104-6721	PLURAL (USP)
2359-1072	PODER & CULTURA
2526-9658	POEMAS - POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE
2526-8503	PRÁTICAS EM GESTÃO PÚBLICA UNIVERSITÁRIA
2675-6218	RECIMA21
0267-1522	RESEARCH PAPERS IN EDUCATION

ISSN	Título
1678-068X	R.E.V.I. REVISTA DE ESTUDOS DO VALE IGUAÇU
2526-3110	REVISTA ACADEMIA NACIONAL DE DIREITO DESPORTIVO
2358-9140	REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE FERNÃO DIAS
2675-0600	REVISTA ACADÊMICA NOVO MILÊNIO
2595-2757	REVISTA AKEKO
2422-5894	REVISTA AMERICANA DE DERECHO AERONÁUTICO
1519-423X	REVISTA ANHANGUERA
2316-5855	REVISTA ANIMA
2358-5056	REVISTA APORIA JURÍDICA
2447-9144	REVISTA BRASILEIRA DA ADVOCACIA
1980-9735	REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA
2596-3201	REVISTA BRASILEIRA DE ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION (IMPRESSO)
2238-0477	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DA SAÚDE
2176-1671	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL
2674-9564	REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO
2237-3098	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
2238-6718	REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA
2237-3985	REVISTA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
2238-1511	REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA - RBINF
2526-9704	REVISTA CALUNDU
2359-0882	REVISTA CARAVANA
2358-260X	REVISTA CIENTIFIC@

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2307-3896	REVISTA CIENTÍFICA DA UEM: SÉRIE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS E SAÚDE PÚBLICA
2358-8551	REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO - FAEF
2525-5045	REVISTA CIENTÍFICA FAGOC - SAÚDE
2177-3645	REVISTA CIENTÍFICA INTR@CIÊNCIA
2525-5150	REVISTA CIENTÍFICA UMC
1982-2960	REVISTA CONGREGA URCAMP (CD-ROM)
2176-8501	REVISTA CONHECIMENTO ONLINE
1679-2483	REVISTA DA ABET (IMPRESSO)
1676-4439	REVISTA DA ABET (ONLINE)
1984-0853	REVISTA DA ACADEMIA NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO
0567-5995	REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS/ ANL
1678-0272	REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS JURÍDICAS
1679-2262	REVISTA DA AJUFERGS
2358-4653	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES PARA A DEMOCRACIA
2175-5590	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DIREITO E ECONOMIA
1984-0322	REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
1415-4951	REVISTA DA EMERJ
2236-8957	REVISTA DA EMERJ
2348-4602	REVISTA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO

ISSN	Título
2358-4602	REVISTA DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO
2594-8644	REVISTA DA ESCOLA NACIONAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO
2594-8628	REVISTA DA ESCOLA NACIONAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO
2178-0501	REVISTA DA ESMA-PB
2316-6673	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO ARNALDO JANSSEN
1982-7423	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (IMPRESSA)
0102-8065	REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
1806-0862	REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
2238-6335	REVISTA DA UNIVERSIDADE IBIRAPUERA
2238-7080	REVISTA DE ARBITRAGEM - GEARB
0871-018X	REVISTA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (LISBOA)
2674-9246	REVISTA DE COMUNICAÇÃO DIALÓGICA
1850-9290	REVISTA DE DERECHO PROCESAL
2236-5338	REVISTA DE DIREITO ADUANEIRO, MARÍTIMO E PORTUÁRIO
0100-1582	REVISTA DE DIREITO AGRÁRIO
2317-4056	REVISTA DE DIREITO AGROAMBIENTAL E TEORIA DO DIREITO (ONLINE)
2596-2698	REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL & ECONÔMICO
2595-7627	REVISTA DE DIREITO DA SAÚDE SUPLEMENTAR
2527-0389	REVISTA DE DIREITO DE VIÇOSA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2179-1155	REVISTA DE DIREITO DOM ALBERTO
2594-813X	REVISTA DE DIREITO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO
2595-5993	REVISTA DE DIREITO: TRABALHO E PROCESSO.
1806-8790	REVISTA DE DIREITO (VIÇOSA)
1981-5425	REVISTA DE ESTUDOS E INFORMAÇÕES
2238-9180	REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS
2594-7702	REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS (ONLINE)
2447-9403	REVISTA DEMOCRÁTICA
2595-5845	REVISTA DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS
2250-7558	REVISTA DERECHO PENAL
2448-4512	REVISTA DIREITO E DEMOCRACIA
2318-6879	REVISTA DIREITO E SOCIEDADE: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS
2594-4207	REVISTA DIZER
2594-5718	REVISTA DO AMBIENTE DE NITERÓI
1415-0344	REVISTA DO CAAP
2358-0607	REVISTA DO CURSO DE DIREITO DA FSG
2595-2153	REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (RIBSP)
1677-0897	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO
1981-7347	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
2525-6653	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

ISSN	Título
1519-5678	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
1809-1873	REVISTA DO MESTRADO EM DIREITO (UFAL)
2317-9082	REVISTA DO MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES
1809-5917	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
1980-5535	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
0103-6769	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
1413-3873	REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (RIO DE JANEIRO)
1980-7481	REVISTA DO TCE - PI
1806-3497	REVISTA DO TRE-RS
1984-5448	REVISTA DO TRIBUNAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO
1984-3658	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO (IMPRESSO)
0104-7027	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
0100-5448	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
1982-1506	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
2175-716X	REVISTA DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA
2177-6458	REVISTA DOS ESTUDANTES DE DIREITO DA UNB
1981-9684	REVISTA DOS ESTUDANTES DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
1415-630X	REVISTA DOS TRIBUNAIS. CADERNOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2594-9519	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO ELEITORAL E SISTEMA POLÍTICO
2318-4892	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL
2357-9293	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA ABDF
2317-9155	REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
2178-5651	REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO
1809-0583	REVISTA ENCICLOPÉDIA BIOSFERA
2595-5535	REVISTA ESPAÇO PÚBLICO
2319-0566	REVISTA EXTENSÃO & CIDADANIA
2358-2804	REVISTA FAATUAL
2526-5814	REVISTA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE
2238-4138	REVISTA FÓRUM TRABALHISTA
1132-2799	REVISTA GALEGA DE ECONOMÍA
1980-2536	REVISTA HISPECI & LEMA (ONLINE)
2674-8428	REVISTA HUMANIDADES EM PERSPECTIVAS
2595-8151	REVISTA IBRADIM DE DIREITO IMOBILIÁRIO
2447-7915	REVISTA INTERFACIS
2446-9823	REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITO PÚBLICO
2526-2440	REVISTA JORNALISMO E CIDADANIA
2316-4212	REVISTA JUDICIÁRIA DO PARANÁ
2525-5800	REVISTA JURÍDICA CORREGEDORIA NACIONAL
2447-9624	REVISTA JURÍDICA DA AMPPE

ISSN	Título
1982-1034	REVISTA JURÍDICA DA FADISMA (IMPRESSO)
1982-5552	REVISTA JURÍDICA DA FADISMA (ONLINE)
2359-1447	REVISTA JURÍDICA DE SEGUROS
2359-1021	REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
2595-6515	REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1984-168X	REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
1807-3956	REVISTA JURÍDICA DO UNIARAXÁ
1809-0699	REVISTA JURÍDICA (FIP)
1984-5405	REVISTA JURÍDICA <i>ONLINE</i> DO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNISAL DE LORENA/SP
2183-5705	REVISTA JURÍDICA PORTUGALENSE - PORTUGALENSE LAW JOURNAL (<i>ONLINE</i>)
1516-9154	REVISTA LTR. LEGISLAÇÃO DO TRABALHO
2675-6048	REVISTA MBOTE
2675-3472	REVISTA MUTIRÃO
1981-125X	REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL
1677-8081	REVISTA PLANTIO DIRETO
2595-6191	REVISTA PLURAL
2596-1098	REVISTA PLURI
2358-8276	REVISTA RELICÁRIO
2238-8478	REVISTA REVESTRÉS
2359-4071	REVISTA RUMOS DA HISTÓRIA

13. FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PESQUISA JURÍDICA

ISSN	Título
2177-7381	REVISTA SABERES ACADÊMICOS
2238-359X	REVISTA SEM ASPAS
2236-1553	REVISTA SÍNTESE DIREITO IMOBILIÁRIO
2236-3033	REVISTA SÍNTESE RESPONSABILIDADE PÚBLICA
2238-7641	REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA
2525-4812	REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA
0101-7489	REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DOS ESTADOS
1677-8308	REVISTA UNIFAMMA
2177-4951	REVISTA UNIVERSITÁRI@
2358-6117	RE-VISTA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA
1853-8819	REVISTA VOCES EN EL FENIX
1981-4941	REVISTAS TRABALHISTA - ANAMATRA
2238-6254	SCIENTIA
2317-5869	SCIENTIA (REVISTA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO)
2176-123X	SCIENTIARUM HISTORIA - ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA (IMPRESSO)
2316-9281	SCIENTIFIC ELECTRONIC ARCHIVES
1984-8730	SINAL DE MENOS
2576-4470	SOCIOLOGY INTERNATIONAL JOURNAL
2213-7793	SPRINGER SCIENCE REVIEWS
2595-5756	SUFFRAGIUM
1809-1474	SUFFRAGIUM (TRE-CE)
0104-8112	TERRA E CULTURA

ISSN	Título
2195-3422	THIS CENTURY'S REVIEW
2448-136X	TOM CADERNO DE ENSAIOS
2675-4398	TRANSIÇÕES
0103-5576	TRAVESSIA (SÃO PAULO)
1893-5834	TVERGASTEIN
2695-910X	UBI SOCIETAS IBI IUS
1982-3924	UNIVERSITAS JURÍDICA (UNIRP)
1984-1213	UNIVERSITAS (MOGI-MIRIM)
2595-3508	VEREDAS - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS HUMANAS
1809-7170	VISÃO JURÍDICA
2596-2426	VUKÁPANA VO
2663-4155	YACHAQ
1390-938X	YURA RELACIONES INTERNACIONALES
2675-0201	ZUMÉ: BOLETIM ELETRÔNICO DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA, FILOSOFIA E PATRIMÔNIO

* Importante observar que o rol exemplificativo dos periódicos pode sofrer alterações conforme avaliação realizada pela CAPES.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa originou-se da cooperação entre o Projeto Proteção Autoral e Utilização de Fontes de Informação para Pesquisa Jurídica e o Projeto Comunicação Jurídica no Distrito Federal: proposição de modelo voltado à Integração de Serviços. Tem como finalidade contribuir de forma interdisciplinar na orientação de alunos e pesquisadores, atendendo às necessidades informacionais e buscando fontes de informações originais disponíveis para a pesquisa jurídica. O objetivo é delinear diretrizes que possam contribuir para construção de uma cultura de proteção autoral.

Nesse contexto, a pesquisa apresenta uma linearidade em seu conteúdo, sem esgotar o tema, visando uma melhor compreensão sobre a história dos registros do conhecimento, bem como do surgimento da proteção autoral até a atualidade, discutindo o impacto das tecnologias nesse processo. Desse modo, visa apresentar fontes de informação confiáveis, completas e atualizadas para o desenvolvimento da pesquisa jurídica.

Apresenta um rol atualizado de fontes de informação para pesquisa jurídica envolvendo desde periódicos científicos com qualis, bibliotecas digitais do executivo, legislativo e judiciário, até repositórios institucionais, bases de dados jurídicas e multidisciplinares, anais de eventos, sites de órgãos nacionais e internacionais, legislação e sites oficiais, jurisprudências, jornais e fontes jurimétricas, entre outras que podem servir de base a pesquisas jurídicas e multidisciplinares.

Sua relevância está em contribuir tanto no campo do Direito quanto para a Ciência da Informação, uma vez que traz discussões teóricas sobre conceitos e características das fontes de informação, sua aplicabilidade e sua importância no fomento à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

ABREU, Ana Silvia Couto de. Authorship and Plagiarism – Discursive issues and educational effects. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 55, p. 915-924, Oct. 2012. Work presented at 3rd. International Conference on New Horizons - INTE, 2012, [Prague, Czech Republic]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.581>. Acesso em: 23 out. 2023.

ALEXY, Roberto. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ANDRETA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal do Direito. *In*: PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p. 79-124.

ARAÚJO, Paula Carina de. O serviço de pesquisa bibliográfica oferecido pela Biblioteca de Ciências Jurídicas do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal da Paraná (UFPR). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte-MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.3800.3364>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ARAÚJO, Paula Carina de; SCHIOCCHET, Taysa. O resumo e a mobilização dos recursos metodológicos em teses do direito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 31, p. 1-25, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n1.57984. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57984>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Versão corrigida em 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Atualização em 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2000.

BASSETTE, Fernanda. Pesquisa: 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio. **Revista Veja**, São Paulo, 29 out. 2018. [Seção] Educação. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio>. Acesso em: 23 out. 2023.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na Sociedade da Informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_08/gi2001.zip. Acesso em: 4 nov. 2017.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges (org.). **Competência em informação**: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo, SP: FEBAB, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito. 17. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira. **Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. *Online*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Crêa dous Cursos de ciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Publicado na CLIBR, de 1827. Disponível em: [Lei n. 16, 11 ago. 1827, RJ. \(ufsc.br\)](http://www.ufsc.br/leis/1827). Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 20 fev. 1998. Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 21/2020**. Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostra_rintegra;jsessionid=node01nqy6udrvo9grdymcxl3horh1320269.node0?co-dteor=1853928&filename=PL+21/2020. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2370, de 2019**. Altera os arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 68, 77, 78, 79, 81, 86, 90, 95, 96, 97, 100-B, 101, 102, 103, 107, 108

e 109 e acrescenta os arts. 30-A, 52-A, 52-B, 52-C, 52-D, 52-E, 61-A, 67-A, 85-A, 88-A, 88-B, 88-C, 99-C, 99-D, 110-A, 110-B, 110-C, 110-D, 110-E, 110-F, 110-G, 110-H, 110-I, 110-J, 110-K, 110-L, 111-A, 111-B, 113-A e 113-B na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198534>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BUFREM, L. S. Questões de metodologia - Parte 1. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, jan./jun. 2011. DOI: 10.5380/atoz.v1i1.41279. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v1i1.41279>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BUFREM, L. S.; ALVES, E. C. **A dinâmica da pesquisa em ciência da informação**. João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2020.

CARVALHO, Joana de Moraes Sousa Machado. **Colisão de Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2009.

CHAVES, Márcio Mello. Proteger ou Não Proteger: a proteção da propriedade intelectual dos conteúdos criados por inteligência artificial. *In*: PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital aplicado 3.0**. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018. p. 42-48.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DESLANDES, S. F. O Projeto Científico como Exercício Científico e Artesanal Intelectual. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FABIANI, Emerson Ribeiro; TORMIN, Mateus Matos. Não fale do Elon Musk! A pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, p. e2327, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdi-reitogv/article/view/89835>. Acesso em: 10 abr. 2024.

- FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 183-196, 2001. Edição especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 53-70, nov. 2004. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/40/37>. Acesso em: 20 maio 2020.
- GANDELMAN, H. **De Gutenberg à Internet: direitos autorais das origens à era digital**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GASQUE, Kelly Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 83-92, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.
- GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 7 nov. 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 64.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. La información jurídica. In: BARITÉ, Mario; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Guía metodológica para el acceso, el análisis y la organización temática de documentos jurídicos**. Montevideo: Universidad de La República, 1999. p. 11-18.
- HIGOUNET, Charles. **História Concisa da Escrita**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- HORCADES, Carlos M. **A Evolução da Escrita: história ilustrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO-IBPT. **Quantidade de Normas Editadas no Brasil**: 34 anos da Constituição Federal de 1988. São Paulo: IBPT, [2022]. Disponível em: <https://ibpt.com.br/quantidade-de-normas-editadas-no-brasil-34-anos-da-constituicao-federal-de-1988/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

JARRAH, A. M.; WARDAT, Y.; FIDALGO, P. Using ChatGPT in academic writing is (not) a form of plagiarism: What does the literature say?. **Online Journal of Communication and Media Technologies**, [s. l.], v. 13, n. 4, e202346, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.30935/ojcm/13572>. Acesso em: 27 fev. 2024.

JEAN, Georges. **A Escrita**: memória dos homens. Tradução de Lídia da Motta Amaral. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUNGMANN, Diana de Mello; BONETTI, Esther Aquemi. **Proteção da criatividade e inovação**: entendendo a propriedade intelectual: guia para jornalistas. Brasília, DF: IEL, 2010.

KROKOSZ, Marcelo. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto; CASARIN, Helen de Castro Silva; ANÇANELLO, Juliana Venancio. Cartografia da competência crítica em informação: estudo da literatura indexada nas bases Scopus e WOS. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 28, p. 1-21, e90976, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90976. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90976>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas Ltda, 2022.

MARTINHO, Ana Maria. O bibliotecário jurídico: identidade e competências profissionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS, 1., 2004, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MEYER, Jesse G. *et al.* ChatGPT and large language models in academia: opportunities and challenges. **BioData Mining**, [s. l.], v. 16, n. 20, July 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s13040-023-00339-9>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: Teoria, métodos e criatividade. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MIRABILE, Richard J. Everything you wanted to know about competency modeling. **Training and Development**, Alexandria, v. 51, n. 8, p. 73-77, Aug. 1997.

MORIGI, V. J.; BONOTTO, M. E. K. K. A Narrativa Musical, Memória e Fonte de Informação Afetiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 143-161, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/88>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MORIN, Edgar; LISBOA, Eliane. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NOBRE, Marcos. **Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil**. São Paulo: FGV, 2004. p. 3-19. (Série Cadernos Direito GV, v. 1, n. 1). Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2779/Pesquisa_Direito_Cadernos_Direito_GV.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2020.

NOVELINO, Marcelo. **Direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Método, 2010.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. Machine learning, big data and computing power have enabled recent AI progress. *In*: OECD. **Artificial Intelligence in Society**. [S. l.]: OECD Publishing, c2019. p. 15. DOI: 10.1787/eedfee77-en. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eedfee77-en.pdf?expires=1703014374&id=id&accname=ocid54025470&checksum=0F88B841C1DD2BCC6A6B1483D73C508A>. Acesso em: 25 out. 2023.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537/537>. Acesso em: 7 nov. 2017.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de Informação para Pesquisa em Direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PEDRA, Adriano Sant´Ana. A importância dos deveres humanos na efetivação de direitos. In: ALEXY, Robert *et al.* (org.). **Níveis de efetivação dos direitos fundamentais civis e sociais: um diálogo Brasil e Alemanha**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2013. p. 281-301.

PERITZ, Loree. **Class 1 - beginning legal research**. 23 ago. 2016. 1 vídeo (29 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j3RET96bp-Vk&ab_channel=LoreenPeritz. Acesso em: 28 maio 2023.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PICALHO, A. C.; LUCAS, E. R. O.; AMORIM, I. S. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 11, p. 1-12, 2022. DOI: 10.5380/atoz.v11i0.81838. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81838>. Acesso em: 5 dez. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, A. J. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 4-29, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/RMwpcd-5QyLSBnTxkM3YHtDw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patricia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica: a confiabilidade da publicação científica**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2023.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência Artificial**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. 5. ed. Santana de Parnaíba, SP: Editora Manole, 2022.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553620490. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: EDIPRO, 2018.

SHINOHARA, Luciane. Inteligência Artificial, Machine Learning e Deep Learning. *In*: PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital aplicado 3.0**. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018. p. 40-42.

SHINTAKU, Milton; SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; ARAÚJO, Paula Carina de; VECHI, Bernardo Dionízio. **Guia do colaborador de pesquisa sobre comunicação jurídica**. Brasília, DF: Ibict, 2023. Disponível em: <https://lab-cotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog/view/221/235/1282>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de. **Memória Exercitada**: O direito de acesso a informações no âmbito dos arquivos permanentes. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; DIAS, Guilherme Ataíde. **A informação e a proteção da propriedade intelectual**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SABANAI, Noriko Lúcia. A Proteção da Pessoa com Surdez e a Política Autoral de Obra Audiovisual. *In*: BRITO, Ronnie Fagundes *et al.* (org.). **Tradução para Libras Escrita**: relatos sobre o processo de tradução e implementação do SignWriting em um sistema de revistas científicas para surdos. São Carlos: Editora Scienza, 2021.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SHINTAKU, Milton. **Guia de Direitos Autorais**: questões teóricas e práticas. Brasília, DF: Ibict, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1170/1/SOUSA_SHINTAKU_GuiadeDireitosAutorais_2021.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; SHINTAKU, Milton; CARVALHO NETO, José Londe de. Direitos Autorais e Fontes de Informação para a Pesquisa Jurídica. **Scientia et Ratio**, João Pessoa, ano 3, n. 4, mar. 2023. Disponível em: <https://scientiaetratio.com.br/direitos-autorais-e-fontes-de-informacao-para-a-pesquisa-juridica/>. Acesso em: 23 out. 2023.

SPAREMBERGER, R. F. L. A Ciência do Direito: uma breve abordagem. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 9, n. 14, 2000. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/803>. Acesso em: 7 ago. 2020.

STOKEL-WALKER, C. ChatGPT listed as author on research papers: Many scientists disapprove. **Nature**, [s. l.], n. 613, Jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-00107-z>. Acesso em: 27 fev. 2024.

THORP, H. H. ChatGPT is fun, but not an author. **Science**, [s. l.], v. 379, n. 6630, p. 313, Jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.adg7879>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/epdf/10.1126/science.adg7879>. Acesso em: 28 nov. 2023.

VALE, André Rufino do. **Estrutura das normas de direitos fundamentais**: repensando a distinção entre regras, princípios e valores. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

VECHI, Bernardo Dionísio; MIGNOT, Fernanda Alves. **Novo livro, novo leitor**: tecnologias aplicadas à leitura. 2011. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

SOBRE OS AUTORES

ROSILENE PAIVA MARINHO DE SOUSA

Doutora e Mestre em Ciência da Informação (UFPB), e Mestre em Direito (Unipê). Graduada em Direito e Biblioteconomia. Professora do Curso de Direito do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB. Professora do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT/UFOB e do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes - PPGOA/UFPB. Vice-líder do Grupo de pesquisa Estudos em Comunicação Jurídica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict. Realiza estudos e pesquisas nas áreas de Propriedade Intelectual, Aspectos Jurídicos da Informação, Privacidade e Proteção de Dados, Direito Empresarial.

<https://orcid.org/0000-0002-4699-8692>

<http://lattes.cnpq.br/4465533418771961>

rosilenesousa@ibict.br

MILTON SHINTAKU

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Coordenador de Tecnologia para Informação (Cotec) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação na Universidade Federal do Paraná (PPGGI/UFPR).

<https://orcid.org/0000-0002-6476-4953>

<http://lattes.cnpq.br/8605833104600600>

shintaku@ibict.br

MARCKSON ROBERTO FERREIRA DE SOUSA

Doutor em Engenharia Elétrica (UFPB). Mestre em Engenharia Elétrica (UFPB). Graduado em Engenharia Elétrica (UFPB). Bacharel em Direito (IESP). Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação (UFPB) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFPB) e do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (UFPB). Editor do Portal do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (<https://lti.pro.br>). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Renovatio - Estudos sobre Disrupção, Interação e Aspectos Jurídicos da Informação. Na Pós-graduação trabalha especialmente os seguintes temas: Competência Informacional; Arquitetura da Informação; Limitações Digitais; Aspectos Jurídicos da Informação.

<https://orcid.org/0000-0003-2001-1631>

<http://lattes.cnpq.br/0221265788966967>

marckson.dci.ufpb@gmail.com

FLÁVIO MARCELO RODRIGUES BRUNO

Jurista. Servidor Público Federal. Professor do Magistério Superior. Pós-doutor em Direito pelo Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Messina (IIES/Itália); Doutor em Direito (PPGD/UERJ); Mestre em Direito (PPGD/Puc-PR); Mestre em Economia; Especialista em Direito e Economia (PPGD-PPGE/UFRGS); Graduado em Direito (Unisinos-RS). Membro Associado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), também à Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI) e ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). Avaliador de Cursos e Instituições de Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), membro integrante em atuação junto ao Banco Nacional de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliadores da Educação Superior (BASIS/SINAES). Pesquisador nas áreas da Teoria do Direito, Teoria Econômica, Socioambientalismo, Direitos Fundamentais e Direito Internacional, filiado a Grupos de Pesquisa do Diretório de Grupo de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (DGP/CNPq).

<https://orcid.org/0000-0002-0593-0253>

<http://lattes.cnpq.br/6305479195546985>

flaviobruno@unipampa.edu.br

PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA

Possui graduação em Direito - Institutos Paraibanos de Educação (1989), mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2002) e Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela UFPB (2013). Ocupa o cargo de Juiz Titular da 5a. Vara do Trabalho de João Pessoa. Professor Titular no Unipê (Centro Universitário de João Pessoa), na cadeira de Direito do Trabalho II (graduação) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado). Professor Adjunto da UFPB. Professor convidado da ESMAT 13 (Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba/Especialização Lato Sensu em Direito Material e Processual do Trabalho). Coordenador Acadêmico do PPGD/Unipê (mestrado em Direito).

<https://orcid.org/0000-0002-9491-8829>

<http://lattes.cnpq.br/8783276658095596>

phsilva@trt13.jus.br

BERNARDO DIONÍZIO VECHI

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB). Bibliotecário e pesquisador no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

<https://orcid.org/0000-0002-7727-3889>

<http://lattes.cnpq.br/9243400892850329>

bernardovechi@ibict.br

INGRID TORRES SCHIESSL

Mestre em Ciência da Informação e bacharela em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB). Bibliotecária e pesquisadora no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

<https://orcid.org/0000-0001-5815-2574>

<http://lattes.cnpq.br/3155894540549262>

ingridschiessl@ibict.br

NATALIA NAKANO

Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela Unesp/Marília. Docente da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA. Pesquisadora colaboradora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

<http://orcid.org/0000-0002-3217-2515>

<http://lattes.cnpq.br/4612974888327511>

natinakano@gmail.com

THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN

Diretor do Centro das Humanidades, da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Docente Permanente no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e do Curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), na vaga de Direito Constitucional. Pós-doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal de Pelotas. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, Socioambientalismo e Neoliberalismo (UFOB). Tem experiência na área de Direito e Políticas Sociais, com ênfase em Direito Constitucional, Teoria do Direito e Teoria do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: Constituição, Direitos Fundamentais Sociais, Reforma Constitucional, Globalização, Políticas Sociais, Neoliberalismo, Organizações Financeiras Internacionais.

<https://orcid.org/0000-0002-2015-4811>

<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

thiago.rafagnin@ufob.edu.br

PAULA CARINA DE ARAÚJO

Docente do Departamento de Ciência e Gestão da Informação e do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina

<https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>

<http://lattes.cnpq.br/9181524134984137>

paulacarina@ufpr.br

FERNANDA MACIEL RUFINO

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2010-2014). Pós graduada em Letramento informacional: Educação para a Informação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Assistente pesquisadora atuando em projetos no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia na Coordenação de Tecnologia para Informação (COTEC).

<https://orcid.org/0000-0002-7593-8146>

<http://lattes.cnpq.br/1294599236801115>

fernandamaciel@ibict.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO